relatório e contas 2007

CONSOLIDADO • CRÉDITO AGRÍCOLA

Crédito Agrícola
Um grupo ao seu lado.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL 5

I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central 13

2. Organograma do Grupo 17

3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 2007 18

4. Principais Indicadores do SICAM 26

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 28

III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Evolução da Actividade nas Principais Áreas 52

1.1. Função Risco no Grupo Crédito Agrícola 53

1.2. Actividade Comercial 56

1.2.1. Depósitos e Outros Recursos 58

1.2.2. Evolução do Crédito 59

1.3. Marketing e Canais de Distribuição 64

1.3.1. Marketing 64

1.3.2. Canais Complementares 72

1.4. Actividade da Área Financeira 76

1.4.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria 76

1.4.2. Caixas Associadas e *Corporate Desk* 78

1.4.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola 79

1.4.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria 79

1.4.5. Intermediação no Mercado de Capitais 80

1.5. Área Internacional, Emigração e Representações no Exterior 82

1.5.1. Área Internacional 82

1.5.2. Emigração e Representações no Exterior 83

1.6. Áreas de Suporte, Enquadramento e Auditoria 86

1.6.1. Gestão de Recursos Humanos 86

1.6.2. Meios Materiais e Logística 88

1.6.3. Auditoria Interna 90

1.7. BancaSeguros 92

1.7.1. Seguros – Ramos Reais 92

1.7.2. Seguros – Ramo Vida 95

1.8. Banca de Investimento 99

1.8.1. CA Gest 99

1.8.2. CA Consult 103

1.9 Sistemas de Informação e Empresas Instrumentais 105

1.10. FENACAM 110

2. Supervisão, Orientação e Acompanhamento das Caixas Associadas 113

2.1. Políticas de Consolidação Económico-Financeira 115

2.2. Acompanhamento das Caixas Associadas 116

2.3. Sistemas de Informação de Suporte 118

3. Execução do Programa de Modernização 119

3.1. Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade 121

3.2. Sistema de Informação – Programa Ruris + 128

4. Análise Financeira 136

5. Evolução Económica das Caixas Associadas 147

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados 157

2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas 164

3. Certificação Legal de Contas 244

4. Parecer do Conselho Consultivo 248

Conselho Geral e de Supervisão

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Exmos. Senhores
Dirigentes das Caixas de Crédito Agrícola

- Apesar da inegável complexidade e dificuldades, de que se revestiu a evolução das condições de mercado em 2007, este exercício ficará decerto marcado pelos resultados históricos alcançados pelo Grupo Crédito Agrícola.

  Na actividade bancária, isto é, a nível do SICAM, o Grupo Crédito Agrícola alcançou um Resultado Líquido global de 113,3 milhões de euros, correspondente a um Resultado, antes de Impostos, de 151,9 milhões de euros.

  A Situação Líquida, igualmente a nível do SICAM, atingiu o valor de 873,6 milhões de euros, se considerarmos os Resultados do Exercício, o que, por sua vez, se reflecte num Rácio de Solvabilidade global de 14,4%, muito acima da média do Sistema Bancário, que em 2007 se situou nos 10,8%.

  Para estes excelentes Resultados contribuíram, quer a Caixa Central, quer naturalmente as Caixas Associadas.

  Dentre estas sobressai um grupo significativo de Caixas, exactamente 13 Caixas, que obtiveram Resultados individuais superiores a 2 milhões de euros.

  No entanto, apesar desta evolução claramente favorável, meia dúzia de Caixas Associadas apresentaram ainda resultados negativos, em dois casos influenciados por processos de fusão que protagonizaram.

  Globalmente, as 100 Caixas que integravam o SICAM alcançaram, no final de 2007, um Resultado Líquido de 101,0 milhões de euros, que compara com um Resultado Líquido de 85,6 milhões de euros em 2006, o que corresponde a uma melhoria de 18,6%.

A Margem Financeira atingiu os 387 milhões de euros e o Produto Bancário 486 milhões de euros.

De notar que todos estes valores foram, em 2007, calculados, pela primeira vez, de acordo com as chamadas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCAs).

Trata-se, em qualquer caso, de valores que podemos considerar como um verdadeiro "record" no Grupo Crédito Agrícola.

Para o compreender basta ter presente que os Resultados antes de Impostos do SICAM no montante de cerca de 152 milhões de euros, atingiram o rácio de 17,4%, quando comparados com os Capitais Próprios.

Os Custos de Estrutura globais, por sua vez, aumentaram 5,0%, o que fez com que o Rácio de Eficiência global se tivesse situado nos 54,1%, o que continua a comparar favoravelmente com o rácio médio de eficiência do Sistema Bancário. O mesmo aliás acontecendo, quer com os indicadores de rentabilidade do Activo, quer com o nível de rentabilidade dos Capitais Próprios do Grupo.

Em síntese, os principais indicadores e rácios médios do SICAM tiveram, em 2007, uma evolução favorável:

- o Rácio de Solvabilidade do Grupo , atingiu em 2007, o valor de 14,4%;

  Para compreendermos a importância deste valor, no contexto actual, há que ter presente que, como já atrás referi, o Rácio de Solvabilidade médio do Sistema Bancário se ficou, no final de 2007, pelos 10,8%;

- o rácio de Crédito Vencido Líquido por sua vez desceu, pela primeira vez, abaixo dos 0,2%, enquanto o Crédito Vencido Bruto a mais de noventa dias se ficou pelos 3,5%;

- o Rácio de Eficiência médio global desceu para os 54,1%;

- ao mesmo tempo, o crédito coberto com garantias reais atingiu o valor de 68% da carteira total.

O Crédito Agrícola, no que respeita à actividade bancária da Caixa Central e das Caixas Associadas, deu assim, em 2007, passos seguros no sentido da sua consolidação e fortalecimento.

No entanto, há que referir igualmente que há aspectos que não tiveram uma evolução tão favorável e que convém ter igualmente presentes.

Em particular, a evolução das comissões em 2007, reflectidas na Demonstração de Resultados, não foi muito favorável, pois mantiveram-se praticamente ao nível de 2006.

Torna-se de facto necessário prosseguir o esforço de incremento da política comercial de "cross-selling", pois tal é, como sabemos, crucial para o futuro.

- Mas a evolução do Grupo Crédito Agrícola foi igualmente favorável no que respeita às Empresas do Grupo.

  No que se refere à área seguradora, prosseguiu em 2007 o movimento de consolidação e de crescimento, tanto no ramo real, como no ramo vida.

  Conjuntamente, ambas as seguradoras contribuíram com 8,6 milhões de euros para os Resultados Líquidos do Grupo, ao mesmo tempo que prosseguiram o esforço de melhoria da sua imagem e eficiência.

  No que se refere à CA Seguros, os prémios brutos atingiram o valor de cerca de 69 milhões de euros, com um Resultado Líquido de 4,2 milhões de euros.

  Isto corresponde a um crescimento de 6,4% dos respectivos prémios, excluindo as colheitas, contra apenas 0,4% do mercado.

  A margem de solvência no final do ano situou-se nesta empresa nos 221% e pela 1ª vez na sua história, procedeu a uma distribuição, ainda que simbólica, de dividendos.

  No que se refere à CA Vida, esta continuou igualmente o seu percurso largamente positivo.

Embora os seus Resultados Líquidos, em 2007, tivessem reflectido as condições desfavoráveis de mercado, em particular no mercado de capitais, ainda assim atingiram o montante de 4,4 milhões de euros.

Esta empresa lançou ainda em 2007 a actividade de Fundos de Pensões, tendo assumido a gestão do Fundo de Pensões do Grupo.

No que diz respeito à CA Gest, o valor global de activos sob gestão continuou a crescer em 2007, atingido os 901 milhões de euros.

Enquanto os Fundos Mobiliários reflectiram o comportamento do mercado e se reduziram, as carteiras de clientes sob gestão registaram um acréscimo de 16,3%, atingindo o valor de 740 milhões de euros.

Em 2007, procedeu-se ainda à reestruturação do negócio de corretagem no nosso Grupo.

A CA Dealer foi alienada ao Grupo espanhol CIMD, tendo-se estabelecido com este Grupo um Acordo de Parceria para a prestação de serviços de corretagem e de colaboração na área de consultadoria financeira especializada.

Deste modo o Crédito Agrícola deixou de participar directamente, com empresa própria, no negócio de corretagem que apresenta risco elevado devido à potencial instabilidade do mercado de capitais e ao forte aperto das margens e das comissões praticadas.

Na área da banca de negócios e de consultadoria, a CA Consult incrementou a sua actividade em diferentes sectores, com reflexos positivos sobre a sua notoriedade.

Como resultado, a CA Consult posicionou-se favoravelmente em sectores como a, Agroindústria e as Energias Renováveis, actividades de grande futuro, onde o Crédito Agrícola – seguindo aliás o caminho percorrido por organizações congéneres europeias – deve procurar assegurar uma presença importante.

Também foi acelerado em 2007, o processo de reorganização da Rural Informática e do SICAMSERV, tendo sido criado a CA Serviços e ultrapassados os problemas que podiam ter implicações fiscais significativas.

- Como temos presente do Plano de Actividades, o ano de 2007 foi assumido como um ano em que o Programa de Modernização do Grupo atingiria um elevado nível de realização.

  Vale aqui a pena abrir um parêntesis para relembrar que o esforço de reorganização e modernização do Crédito Agrícola foi iniciado há quatro anos, com o objectivo de dotar o grupo com ferramentas que lhe permitissem concorrer num ambiente de mercado cada vez mais agressivo e competitivo e ao mesmo tempo responder a exigências crescentes de controlo.

  Neste contexto, em 2007, o Programa foi fortemente marcado pelo desenvolvimento de iniciativas relacionadas com a regulamentação prudencial e de supervisão, com vista a preparar o Grupo para os requisitos de Basileia II.

  Ao mesmo tempo, procurou-se criar condições técnicas e operacionais capazes de permitir ao Crédito Agrícola tirar partido comercial de todo o esforço dispendido em recursos humanos e financeiros, no âmbito do Programa de Modernização.

  Assim, em 2007, foram lançadas múltiplas iniciativas, de que vale a pena destacar:

  .. a reorganização da área de risco e a segregação de funções com a área comercial, na Caixa Central, mas que terá fortes repercussões futuras nas Caixas;

  .. a implementação da função de Gestão de Activos e Passivos, com vista à melhoria da gestão da Tesouraria do Grupo;

  .. a criação e definição do Modelo de Balcão que há-de ser completado com a operacionalização da nova solução de Balcões;

.. a revisão do modelo organizacional de referência para as Caixas, que vai alinhar a organização com as exigências que decorrem, quer de Basileia II, quer do chamado MAR – Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal;

Também em 2007, no âmbito da vertente tecnológica do Programa de Modernização, se avançou em projectos de grande impacto, de que se destaca:

.. as Normas Internacionais de Contabilidade;

.. o Plano de Continuidade de Negócio;

.. os modelos de Risco – o chamado *scoring* de Empresários em Nome Individual, do Crédito à Habitação e dos Cartões de Crédito;

.. o projecto *on Line* Empresas;

.. o projecto ELO – Cliente Grupo

Quanto à imagem do Grupo, pode dizer-se que 2007 foi um ano de consolidação da nova imagem do Crédito Agrícola, que, com raras excepções, se estendeu à generalidade da rede de Balcões do Grupo.

- O ano de 2007 foi assim um período em que, em simultâneo, foi possível ao Grupo Crédito Agrícola caminhar de forma muito positiva, em duas frentes:

  .. na frente da consolidação e do fortalecimento financeiro e patrimonial do Grupo, com Resultados muito favoráveis;

  .. na frente organizativa e de modernização, como resposta às novas exigências da supervisão prudencial e do mercado.

Termino esta minha mensagem com duas observações finais:

.. em primeiro lugar, para agradecer o empenho de todos quantos contribuíram para estes excelentes resultados;

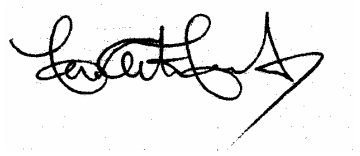
.. depois, para sublinhar que se trata, agora, de, por um lado, prosseguir com determinação o esforço de modernização e, por outro, de tirar partido do

que já construímos, de modo a responder aos difíceis desafios que o mercado e a situação económica nos está a colocar.

Estou seguro que a resposta do Grupo e, em particular, das Caixas Associadas e decerto também da Caixa Central e das Empresas do Grupo, vai ser positiva e que o Crédito Agrícola consolidará cada vez mais a sua posição como um dos principais grupos financeiros nacionais, mas sem perder a sua natureza cooperativa e de proximidade às populações, que são o seu mercado natural e para cujo desenvolvimento económico e social quer contribuir e temos vindo a contribuir.

Lisboa, 30 de Abril de 2008

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Amares

Presidente

Paulo Rebelo Barbosa de Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira

Secretário

Carlos Alberto Pereira Martins

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal

Presidente

Carlos Alberto Courelas

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores

Francisco Amâncio Oliveira Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Mondego

António João Mota Cachulo da Trindade

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Guadiana Interior

José Artur Palma Estrela

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós

Jorge Manuel da Piedade Volante

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende

Alberto Gonçalo Resende Moreira Festa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio

António Manuel Nobre Louçã

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato

Américo Afonso Cardoso Loureiro

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega

Artur Teixeira de Faria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente

João António Morais da Costa Pinto

Vogal

Licínio Manuel Prata Pina

Vogal

Renato Manuel Ferreira Feitor

Vogal

Mário Dúlio de Oliveira Negrão

Vogal

José Fernando Maia Alexandre

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte e Associados, S.R.O.C., S.A.

Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

CONSELHO CONSULTIVO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio

Presidente

João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Corgo, Tâmega e Barroso

Alcino Pinto dos Santos Sanfins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Douro

Paulo Alexandre Varela Martins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga

José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra

José Paulo Barbosa Moreira de Sousa

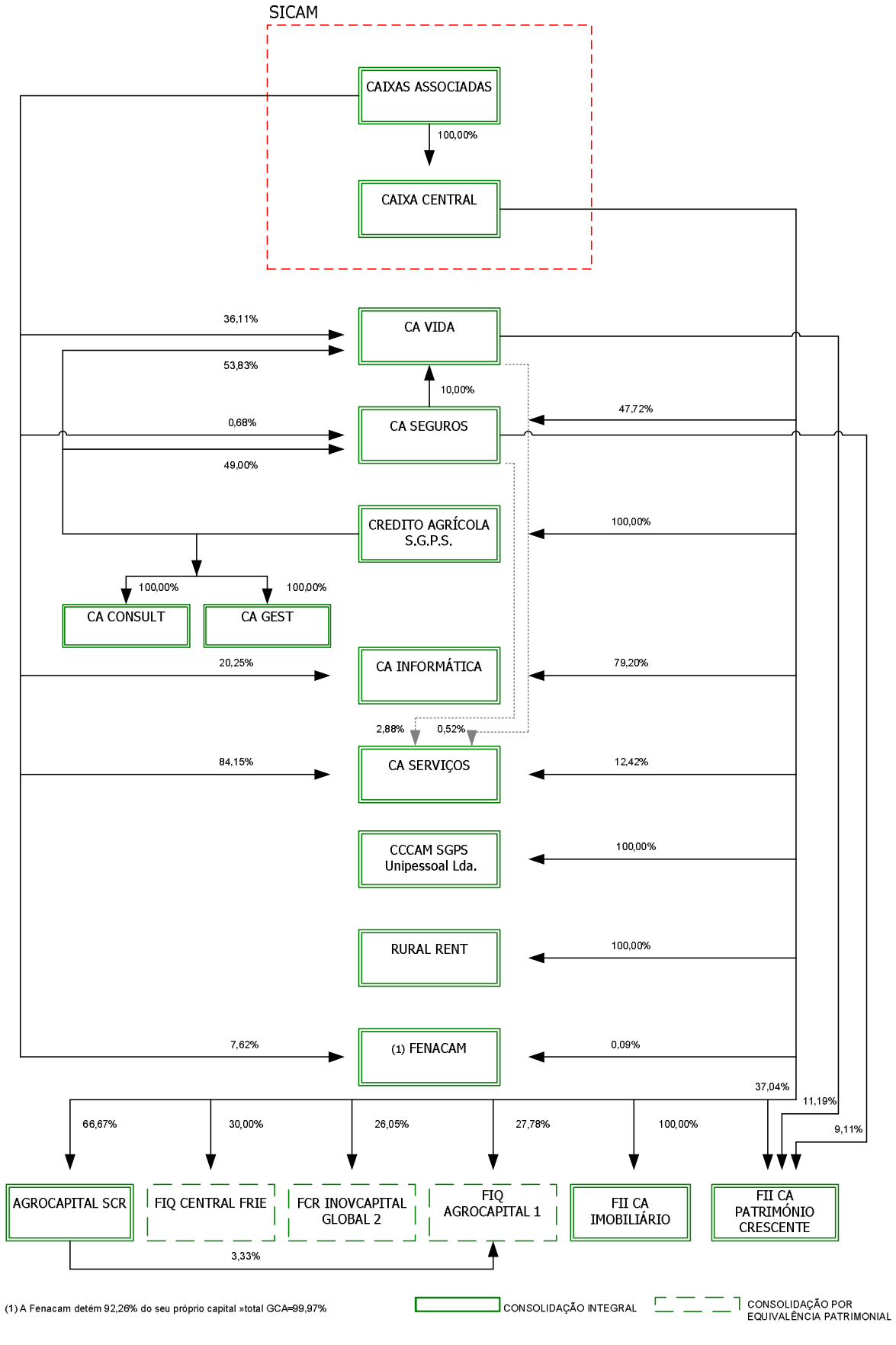
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

Henrique Vasconcelos Teixeira

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes

2. Organograma do Grupo



3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 2007

No ano de 2007 há a registar a prossecução da consolidação financeira da **Caixa Central**, que perfez o seu quinto exercício consecutivo com resultados positivos e crescentes, tendo em paralelo, continuado a política de reforço de provisões prudenciais.

No mesmo âmbito destaca-se o crescimento dos resultados da **CA Vida** que foi distinguida pela maior Companhia de Resseguros a operar em Portugal, a *Swiss Re*, como a Companhia de Seguros de Referência na Península Ibérica.

A **CA Seguros** também obteve uma performance bastante positiva prosseguindo o crescimento sustentado dos últimos anos. Refira-se que, pela primeira vez desde o início da sua actividade, a Assembleia-Geral da CA Seguros deliberou efectuar o pagamento de Dividendos aos Accionistas, no montante de 525 milhares de euros, o que corresponde a 12,5% do Resultado Líquido do Exercício

Na área da Banca de Investimento, a **CA Gest** obteve uma ligeira diminuição dos seus Resultados Líquidos. No entanto, e apesar da perda de competitividade de alguns fundos comercializados, designadamente face aos depósitos a prazo, registou um ligeiro ganho de quota de mercado, fruto da sua política de diversificação dos produtos e do crescimento do montante das carteiras sob gestão da sociedade, acima da média do subsector.

Em 2007 procedeu-se à reestruturação do negócio de corretagem no seio do Grupo tendo a CA Dealer, detida pela Crédito Agrícola SGPS (CA SGPS), sido alienada à Corretage e Información Monetária Y de Divisas, S. A. (CIMD), com a qual foi estabelecida uma parceria para a prestação de serviços de corretagem e colaboração na área de consultadoria financeira especializada. Simultaneamente a **CA SGPS** adquiriu uma pequena participação na CIMD.

A CA SGPS, durante 2007, adquiriu também uma participação na empresa Floresta Atlântica – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, sociedade que irá gerir o Primeiro Fundo Floresta Atlântica e cujo objectivo estratégico consiste na promoção do desenvolvimento sustentado da floresta, através do empenhamento da iniciativa privada.

Perto do final do ano, procedeu-se igualmente à transmissão das acções das seguradoras do Grupo detidas pela Caixa Central para a CA SGPS, na totalidade no caso da CA Vida e de 49% do número total de acções, no caso da CA Seguros.

Para o exercício das actividades de intermediação financeira no mercado de capitais, designadamente a recepção e transmissão de ordens de bolsa por conta de outrem e o registo e depósito de valores mobiliários, foi constituído na Caixa Central o Departamento de Títulos, que mantém a relação, nesta área especializada, com as Caixas Associadas e Clientes do Grupo CA, e assegura a gestão de produtos associados e dos canais onde aqueles serviços são disponibilizados.

Na área da Banca de Negócios a **CA Consult** incrementou a sua notoriedade enquanto entidade de assessoria de Gestão ao sector do *Agribusiness*, e tem vindo progressivamente a posicionar-se em outros sectores de actividade, tendo sido as Energias Renováveis, a Saúde e as Parcerias Público-Privadas na área de concessões, as áreas de particular importância na actividade da Sociedade em 2007.

É também de referir a redefinição do escopo de actividades da RI e do SICAMSERV, em função da missão e dos objectivos destas duas entidades, tendo-se procedido, nesse contexto, à reafectação dos seus recursos. A **CA Informática** – Sistemas de Informação, SA e o **CA Serviços** – Centro de Serviços Partilhados, ACE são as novas designações da Rural Informática, Serviços de Informática, SA e do SICAMSERV – Serviços Informáticos e de Gestão, ACE, em conformidade com a nova simbologia e imagem adoptadas pelo Grupo Crédito Agrícola.

Em 2007 continuou a dar-se particular ênfase à promoção de fusões de CCAM, como veículo de consolidação económico-financeira e reorganização estrutural do SICAM, e já não como uma mera forma de ultrapassar situações de desequilíbrio em algumas CCAM, tendo o seu número diminuído de 105 no final de 2006 para 100 no final de 2007, resultado de 5 processos de fusão.

Com as fusões tem-se conseguido aumentar a dimensão e solidez financeira das Caixas Agrícolas constituintes do SICAM potenciando uma maior competitividade nos mercados em que operam. No final de 2007, o valor do Activo Médio por Caixa Associada foi superior a 100 milhões de euros destacando-se ainda os Resultados Líquidos superiores a 2 milhões de euros alcançados por 13 Caixas Associadas, sendo em 3 delas, superiores a 4 milhões de euros.

No que se refere ainda à melhoria dos resultados do Grupo, refira-se que estes excedem largamente e pela primeira vez os 100 milhões de euros. Para esta evolução releve-se ainda

a *performance* atingida pela maioria das Caixas Associadas com 17 delas a apresentarem resultados em base individual superiores a 2 milhões de euros.

O ano de 2007 foi assumido como o último ano do **Programa de Modernização do Grupo Crédito Agrícola**, lançado há cerca de quatro anos com o objectivo de dotar o Grupo de uma infra-estrutura organizacional e tecnológica que lhe permitisse encarar os desafios do futuro com as mesmas ferramentas que os seus principais competidores, consolidando, simultaneamente, a sua base financeira.

Neste último ano, o Programa foi fortemente marcado pelo desenvolvimento de iniciativas relacionadas com o vector de regulamentação, supervisão e controlo, com vista não só a preparar o SICAM para a adaptação aos requisitos de Basileia II, através da definição de um Programa de Transformação da Função de Risco, como, também, retirar todos os benefícios internos que esses desafios e investimentos originam.

O Programa de Modernização abarca duas vertentes: O Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade (PDQD) na vertente organizacional e o Programa Ruris + na vertente tecnológica.

Neste contexto, o **Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade** foi em 2007 orientado à geração de valor através da optimização dos meios disponibilizados no Programa Ruris+, tendo como principais vectores de actuação a melhoria da eficiência e produtividade, o desenvolvimento do negócio, a gestão do risco e o cumprimento dos requisitos regulamentares. São de se destacar as seguintes iniciativas:

- Formalização, no Grupo CA, da função *compliance*, que terá como missão garantir que os Órgãos de Gestão, as estruturas funcionais e os colaboradores em geral cumpram com as disposições definidas internamente, que permitam garantir o cumprimento das regras impostas por entidades externas;
- Implementação da Função ALM – Gestão de Activos e Passivos, visando através de um comité ALCO, uma gestão efectiva dos riscos inerentes à actividade de intermediação financeira, em particular do risco de liquidez e do risco de taxa de juro;
- Concepção de Políticas e de Modelos de Gestão de Risco, cujo principal objectivo nesta fase, foi o de promover a evolução dos processos da gestão do risco de crédito, na prossecução das orientações oriundas do Comité de Basileia;

- Criação do Middle-Office e Definição do Modelo de Balcão, projecto de importância vital para suportar a expansão da rede da Caixa Central e cujo conceito se espera vir a ser reutilizado pelas Caixas Associadas, em especial em Balcões mais urbanos;
- Criação e capacitação do Gabinete Comercial de Empresas com o objectivo de aumentar a oferta de soluções empresariais através do desenvolvimento de serviços complementares nas várias áreas do Crédito Agrícola, com criação de valor e risco mais diversificado para este segmento;
- Operacionalização do Departamento de Títulos que veio permitir a manutenção no Grupo da actividade de custódia de valores mobiliários, a gestão e manutenção das emissões de títulos de investimento da Caixa Central, a supervisão da actividade de transmissão e recepção de ordens de bolsa por conta de outrem e a função de depositário dos Fundos de Investimento;
- Revisão do Modelo Organizacional de Referência para as Caixas Associadas, um projecto interdepartamental desenvolvido ao longo do ano de 2007, que constitui a base da evolução organizacional do grupo para 2008, respeitando as exigências regulamentares decorrentes de Basileia II e da implementação do MAR – Modelo de Avaliação de Riscos – do Banco de Portugal;
- Reorganização do DCCC, projecto que tem por objectivo proceder a uma reorganização da Função Contabilidade da Caixa Central, enquanto prestador de informação financeira, orçamental e patrimonial de suporte à gestão, da Caixa Central e Grupo Crédito Agrícola;
- Reorganização e Capacitação do DMEP – Departamento de Meios Electrónicos de Pagamentos;
- Restruturação da função recuperação de crédito, em linha com as melhores práticas do mercado, processo apoiado numa estruturação dos princípios, condições e procedimentos a serem respeitados na recuperação judicial e extra judicial deste tipo de crédito.

Lançado em 2004, o **Programa Ruris^{+}** surgiu como resposta a um conjunto de desafios que, através da disponibilização de meios tecnológicos, permitiram o reposicionamento competitivo do Grupo CA. Tendo por base um estudo realizado por consultores externos conclui-se que, em 2007/2008, o Grupo CA se encontra acima da média do sector financeiro nacional em 39 % das infra-estruturas tecnológicas analisadas.

Nesta vertente concluíram-se em 2007, em estreita articulação entre a Caixa Central, CA Serviços e as Caixas seleccionadas para o respectivo acompanhamento, os seguintes projectos:

- Normas Internacionais de Contabilidade
- Plano de Continuidade de Negócio – *Swift* e Consolidação
- Risco II – Propostas e *Scoring* de ENI's, Crédito à Habitação e Cartões de Crédito
- ALM – Infra-estrutura de Gestão de Activos e Passivos
- Infra-Estrutura de Suporte ao Risco – Requisitos
- On Line Empresas (Internet Banking)
- Linha Directa 2
- Elo – Cliente Grupo
- Trevo +

A actividade do Grupo foi ainda marcada pelo impacto das alterações estruturais no mercado de pagamentos europeu com a criação da **SEPA** (*Single Euro Payments Area*). O Crédito Agrícola, através da Caixa Central, foi um dos nove bancos que participaram na avaliação preliminar que procurou identificar os impactos a nível do Plano de Negócio e na vertente tecnológica.

Nesta área, destaque-se ainda o desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica e ligação à SIBS, para o *Scheme Credit Transfer* e participação do grupo restrito de Bancos portugueses que procederam aos Testes com a EBA (*Clearing House Pan-Europeia*).

O Crédito Agrícola participou ainda em dois estudos com a VISA PORTUGAL, no âmbito das orientações da Comissão Europeia relativamente às *Interchange Fees*, procurando a convergência do mercado português com os restantes países europeus.

Em termos de **comunicação e imagem**, o Grupo Crédito Agrícola em 2007 deu continuidade ao processo de evolução do posicionamento do Grupo, como uma Instituição moderna e próxima das pessoas. O ano de 2007 foi o ano de consolidação da nova imagem do Crédito Agrícola, tendo-se dado como concluído o processo de renovação da imagem corporativa, expressão indispensável da evolução do Grupo.

Destaque-se ainda a **Campanha de Nova Imagem dos Cartões**, com ênfase na inovação (Cartões Verticais), na segurança (Chip e Seguros) e outras vantagens (Programas de Fidelização).

Em 2007, o Crédito Agrícola atingiu o 3º lugar no ranking das Instituições Financeiras a operar no negócio de **Cartões *CoBranded*** em Portugal, quer a nível do número de parcerias, quer a nível do número de cartões emitidos.

Ao nível do projecto *pricing* e margem complementar, realizou-se a **Campanha de Recuperação de Valor** cujas acções conduziram a uma maior sensibilização do SICAM para a temática do comissionamento, que se traduziu num aumento da eficácia de cobrança média face ao período anterior.

A campanha multimédia **"Regresso às Aulas"**, com o objectivo principal de divulgar a imagem institucional do Grupo junto do segmento Jovem, contou, pela primeira vez no Crédito Agrícola, com a presença de uma figura pública.

Ao nível da oferta de produtos de recursos reforçámos a diversidade da nossa oferta de soluções, através do lançamento do Fundo Especial de Investimento Raiz Valor Acumulado **– CA Rendimento Duplo 2007** e o **CA TOP CAPITAL**.

O desenvolvimento de **novos canais complementares** assumiu significativa importância, destacando-se nesta área:

- O lançamento do Serviço *On-Line* Empresas, serviço de *Internet Banking*, com características de segurança, adesão e funcionalidades próprias para o segmento;

- O Serviço Linha Directa transaccional, que veio permitir aos Clientes do Grupo CA, aderentes ao Sistema MultiCanal, a realização de transacções financeiras às suas contas, através de atendimento automático 24 h/dia, todos os dias do ano, e de atendimento personalizado, de acordo com a sua preferência.

Como resposta às mais variadas necessidades dos nossos Clientes foram criados **novos canais** no Site do Crédito Agrícola, nomeadamente o **CA Imóveis** e a **Sala de Imprensa.**

Durante o ano de 2007 procurou-se ainda a dinamização comercial das representações exteriores, nomeadamente as localizadas em países da União Europeia.

As Sucursais (SFE) do Grupo Crédito Agrícola (Cabo Verde e Madeira) continuaram a afirmar-se como meios importantes na captação, diversificação, complementaridade e competitividade do negócio direccionado para os não residentes.

De assinalar, a criação de uma sociedade com o objecto de gestão de activos, domiciliada em Cabo Verde e que conta já com diversos projectos de gestão de fundos mobiliários e imobiliários.

Ainda durante o ano de 2007, e com o intuito de desenvolver o negócio com o segmento da imigração, a Caixa Central tornou-se Agente da empresa Western Union.

Com a obrigatoriedade do reporte ao Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Portugal através do Sistema **BPnet**, deu-se como concluído o processo de adesão das CCAM ao BPnet que, entre outras funcionalidades, dá a possibilidade de consulta on-line à Central de Responsabilidades de Crédito do BP, importante instrumento na análise do risco de crédito.

Em 2007, foi alargada a **Bolsa de Formadores Internos** aos colaboradores das Caixas Associadas, tendo-se realizado em Maio o "I Encontro de Formadores Internos do CA", concretizando-se em Setembro o primeiro curso com a sua participação.

Ainda em 2007 foram concretizadas as primeiras iniciativas em ***e-learning***, com três cursos piloto, concretamente Crédito a Empresas, Excel XP e Mediadores de Seguros Ligados.

Realizou-se o **3º Encontro de Quadros do Crédito Agrícola**, que teve como objectivo fortalecer a motivação e o espírito de Grupo e que contou pela primeira vez com o testemunho de algumas CCAM que apresentaram as suas "Melhores Práticas" em diversas vertentes: comercial, crédito vencido e contencioso, auditoria interna e certificação de qualidade.

No âmbito do programa de modernização da Caixa Central e na sequência da entrada em funcionamento da Área de Classificação e Custódia Documental, em 2007 deu-se enfoque ao desenvolvimento tecnológico e crescimento do novo Modelo de Arquivo.

Finalmente, mas sendo ponto da máxima relevância, e de grande expectativa para numerosas Caixas, refira-se que a Caixa Central, através dos seus órgãos próprios e em

articulação com a Direcção da FENACAM, fez entrega no Banco de Portugal do projecto de **revisão do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo**, e diligenciou na realização de vários contactos com o Banco de Portugal, ao mais alto nível, para acompanhar a evolução do processo.

4. Principais Indicadores do SICAM

Valores em milhares de euros, excepto %

	2006		2007	Variação (NCA)	
	PCSB	NCA	NCA	Absoluta	Relativa
Recursos de Clientes	8.630.478	8.662.858	9.157.713	494.855	5,7%
Crédito a Clientes (líquido)	6.685.388	7.037.783	7.188.241	150.458	2,1%
Total do Activo (líquido)	10.090.190	10.069.658	10.565.607	495.950	4,9%
Situação Líquida	828.237	757.138	873.589	116.451	15,4%
Margem Financeira	337.953	351.442	387.051	35.608	10,1%
Produto Bancário	432.584	424.622	486.193	61.571	14,5%
Resultado Líquido	95.577	96.721	113.330	16.609	17,2%
Cash Flow	163.434	160.864	198.582	37.718	23,4%
Rácio de Solvabilidade (Grupo)*	14,4%	---	14,4%		
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)**	12,2%	12,8%	13,9%		
Rácio de Eficiência do SICAM	57,2%	59,0%	54,1%		
Rácio de Transformação do SICAM	80,7%	85,4%	81,5%		
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	4,3%	4,0%	3,5%		
Rácio de Incumprimento Líquido***	0,65%	-0,46%	-0,03%		
Rácio de cobertura do Crédito Vencido +90 dias por provisões ***	93,8%	119,2%	108,1%		
Número de CCAM	105		100		
Número de Balcões	631		647		
Activo Líquido Médio por CCAM *****	91.768	94.997	102.155	7.158	7,5%
Número Médio de Balcões por CCAM	6,0		6,4		

* Incluindo os Resultados do Exercício

** Considerando a média dos valores extremos da Situação Líquida de cada exercício, excepto para as NCA em 2006, em que, por inexistência de histórico, foram considerados os saldos de fim de exercício.

*** Definido de acordo com a Instrução 16/2004 do Banco de Portugal

**** Provisões específicas

***** Incluindo a Caixa Central e considerando a média dos valores extremos do Activo Líquido de cada exercício, excepto para as NCA em 2006 em que, por inexistência de histórico, foram considerados os saldos de fim de exercício.

Em 2007 os principais indicadores do SICAM apresentam uma evolução positiva relativamente ao exercício anterior.

A nível patrimonial salienta-se o crescimento do Activo Líquido em 4,9% ultrapassando os 10,6 mil milhões de euros.

Releva-se ainda o crescimento dos Recursos de Clientes (5,7% contra 5,9% em 2006), num contexto económico pouco favorável à poupança e em que se agudizou a agressividade comercial da concorrência face à crise de liquidez do sistema financeiro.

Perante o crescimento moderado do Crédito a Clientes (2,1%), o rácio de transformação do SICAM reduziu-se (quando comparado com 2006 num contexto NCA) para 81,5% com reflexo positivo na liquidez do sistema expressa na situação interbancária líquida que se elevou a 1.210 milhões de euros (excluindo disponibilidades em bancos centrais).

A Situação Líquida registou em 2007 um crescimento significativo, quando comparado com 2006 em NCA (15,4%), fruto dos resultados líquidos obtidos.

De facto os principais indicadores da Demonstração de Resultados evoluíram de forma muito favorável e os Resultados Líquidos continuaram a crescer ultrapassando os 113,3 milhões de euros (mais 17,2% do que os conseguidos em 2006 em NCA).

Salienta-se também a melhoria verificada no rácio de eficiência que desceu para um nível inferior ao de 2005 (ano em que se situou nos 56,4%), reforçando a sua posição entre os melhores do sistema bancário.

O Activo Líquido médio por Caixa Associada aumentou 7,5%, em resultado do crescimento do negócio e também do processo de fusões, passando para 102,2 milhões de euros. O número médio de Balcões é agora de 6,4.

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Economia Mundial

A situação económica e financeira internacional encontra-se actualmente muito marcada pela evolução negativa do mercado imobiliário nos EUA e pela crise financeira que essa evolução entretanto desencadeou.

No entanto, o crescimento económico em 2007 ainda se manteve globalmente bastante robusto, embora com desaceleração nos principais países desenvolvidos, em especial nos EUA, em que a estimativa do crescimento para o conjunto do ano é de 2,2%, contra 2,9% no ano anterior e 3,1% em 2005, e no Japão, onde o crescimento do PIB caiu para 1,9%, contra 2,4% no ano anterior.

Na Zona Euro, no entanto, o abrandamento foi ligeiro, com o PIB a crescer, no conjunto da Zona, 2,6% - contra 2,8% no ano anterior -, o que se explica essencialmente pelo menor crescimento da economia alemã (2,4% em 2007 contra 2,9% em 2006). Nas outras maiores economias da Zona, o ritmo de expansão sofreu apenas um pequeno afrouxamento: França de 2,0% para 1,9%, Itália de 1,9% para 1,7% e Espanha de 3,9% para 3,7%.

No conjunto das economias emergentes o crescimento manteve-se forte em 2007, atingindo 7,8%, nível comparável ao do ano anterior, destacando-se uma vez mais a China, com uma expansão de 11,4%, contra 11,1% em 2006.

Apesar de no conjunto de 2007 o crescimento económico global ter sido ainda bastante expressivo, na evolução do quarto trimestre foram já manifestos os efeitos da crise, verificando-se fortes desacelerações, nomeadamente nos EUA e em alguns países da Zona Euro, havendo o receio de que a economia americana entre em recessão, provocando uma quebra acentuada no crescimento a nível global.

As previsões para a economia mundial em 2008 estão rodeadas de apreciável grau de incerteza, mas muito provavelmente deverá ocorrer uma significativa retracção do crescimento global, o qual deverá cair para cerca de 4%.

Evolução da Economia Mundial

Taxas de crescimento Δ% PIB

	2005	2006	2007 Estimativa	2008 Previsão
Países Desenvolvidos	**2,5**	**3,0**	**2,6**	**1,8**
EUA	3,1	2,9	2,2	1,5
Japão	1,9	2,4	1,9	1,5
Zona Euro	1,5	2,8	2,6	1,6
Países em Desenvolvimento	**7,0**	**7,7**	**7,8**	**6,9**
Brasil	2,9	3,7	4,4	4,0
Índia	9,0	9,7	8,9	8,4
China	10,4	11,1	11,4	10,0
Rússia	6,4	6,7	7,0	6,5
Economia Mundial	**4,8**	**5,0**	**4,9**	**4,1**
Δ% Comércio Mundial	**7,5**	**9,2**	**6,6**	**6,7**

Fonte: FMI, World Economic Outlook, Out. 2007 e Update Jan.2008

As expectativas negativas para a economia americana em 2008 advêm da quebra do mercado imobiliário – já esperada, residindo as incertezas apenas no seu ritmo, extensão e profundidade –, a qual foi exacerbada pela excessiva expansão dos empréstimos para compra de habitação a clientes de alto risco (os chamados empréstimos *subprime*), nos quais as taxas de incumprimento subiram em flecha logo que a Reserva Federal – o banco central americano – começou a ajustar em alta as taxas de juro, e que os mutuários deixaram de beneficiar das prestações suaves estabelecidas para o início da vida dos empréstimos. Esta situação criou desde logo dificuldades às instituições financeiras que tinham entrado nesse segmento de risco, e sobretudo àquelas que nele mais se tinham envolvido. Segundo algumas estimativas, os empréstimos *subprime* representavam em 2006 cerca de 20% do valor total dos créditos à habitação nos EUA.

A queda brusca e acentuada de todo o mercado de *subprime*, e do mercado imobiliário americano no seu conjunto, afectou o conjunto do sistema bancário – e não apenas nos EUA – em virtude da prática generalizada da titularização dos empréstimos hipotecários, incluindo os créditos *subprime*, e da inclusão posterior dos títulos assim criados em estruturas de investimento complexas, que subitamente começaram a ser evitadas pelos investidores, originando dificuldades de refinanciamento dessas estruturas, como mais adiante se comenta.

Este processo originou perdas significativas para os principais bancos americanos e também europeus e de outros países, perdas que afectaram de modo muito negativo as suas contas no terceiro e quarto trimestres de 2007.

A crise do imobiliário está a atingir, entretanto, outros sectores da economia americana, dado o efeito multiplicador do imobiliário, o que deverá implicar uma redução do investimento empresarial e do consumo dos particulares. Este factor, associado a maiores restrições no acesso ao crédito, cria um clima pouco propício ao crescimento económico nos EUA.

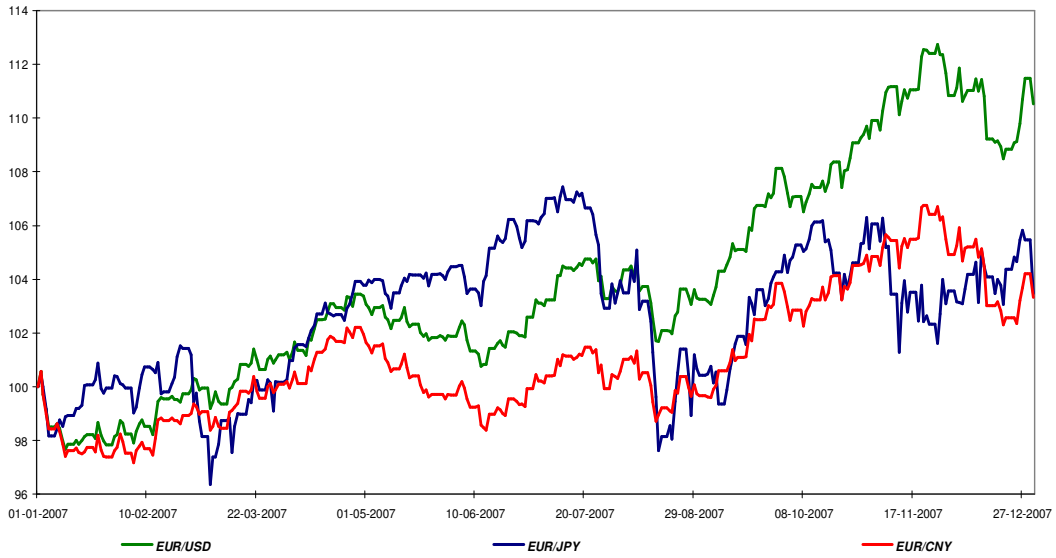
A situação económica e financeira da América está por sua vez ainda condicionada pelos elevados défices das contas públicas e das relações comerciais com o exterior, o que, conjuntamente com a deterioração das expectativas económicas e a redução das taxas de juro, está a pressionar o valor do dólar no sentido da baixa.

No caso do Japão, a redução das taxas de crescimento projectadas reflecte o menor crescimento do comércio mundial e uma relativa apreciação do iéne – retirando alguma competitividade às exportações nipónicas.

Como já se disse, é nas economias emergentes que continua a verificar-se o maior dinamismo, o que contribuirá para suportar o crescimento do produto a nível global. No entanto, mesmo nesses países, o efeito da retracção não deixará naturalmente de se fazer sentir, dado que dependem ainda muito das exportações. A economia chinesa, nomeadamente, deverá crescer em 2008 cerca de 10%, contra a anterior previsão de 10,5%, verificando-se igualmente ajustamentos em baixa nas outras principais economias em desenvolvimento.

No que se refere à Zona Euro, a redução projectada para o seu crescimento reflecte o efeito adverso, a prazo, da valorização do euro e do menor crescimento americano nas exportações europeias, e também as condições menos favoráveis de acesso ao crédito que se traduzirão, a nível interno, em menor dinamismo do investimento empresarial e das despesas de consumo.

Evolução das Cotações EUR/USD; EUR/JPY; EUR/CNY (base 100 a 01/01/2007)



Nota: A subida das curvas corresponde a apreciação do Euro

Apesar do abrandamento no crescimento económico europeu, a situação mantém-se mais favorável do que a verificada no início da década, o que tem permitido a redução progressiva da taxa de desemprego na Zona Euro. As perspectivas para a Zona poderão porém tornar-se mais problemáticas, caso se intensifique a apreciação que o euro tem vindo a registar contra as outras principais divisas, e em especial em relação ao dólar, o que naturalmente prejudica a competitividade dos bens e serviços da Zona em relação aos concorrentes de outras áreas monetárias.

Evolução da Economia Europeia
Taxas de crescimento Δ% PIB

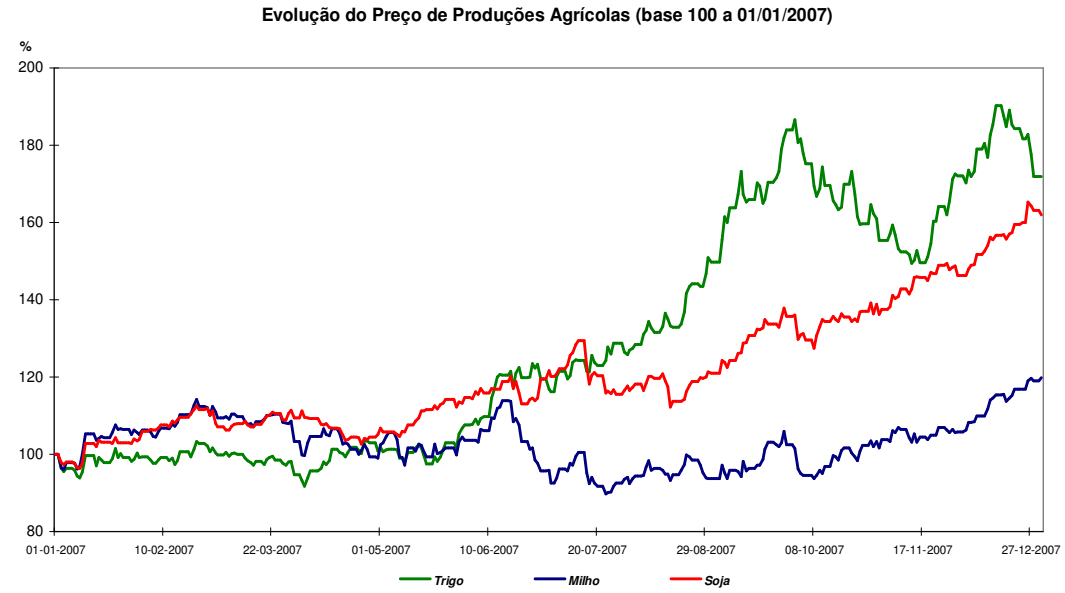
	2005	2006	2007 Estimativa	2008 Previsão
Zona Euro	**1,5**	**2,8**	**2,6**	**1,6**
Alemanha	0,8	2,9	2,4	2,0
França	1,7	2,0	1,9	2,0
Itália	0,1	1,9	1,7	1,3
Espanha	3,6	3,9	3,7	2,7
Portugal	0,3	1,3	1,9	2,2 (*)

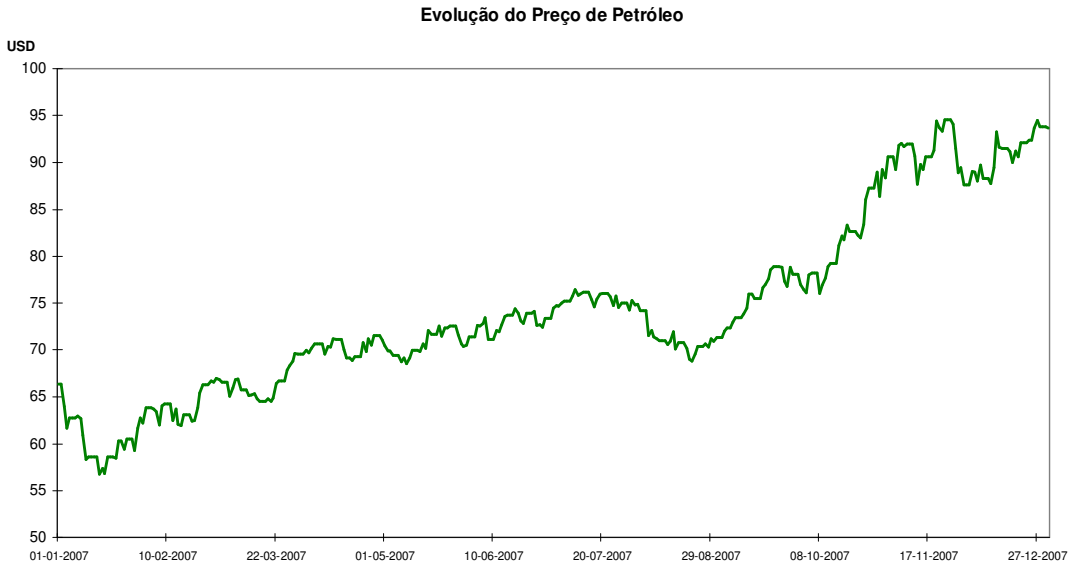
Fonte: FMI, World Economic Outlook, Out. 2007
(*) OGE

Dos grandes países da Zona Euro, porém, o que deverá registar maior quebra no seu crescimento é a Espanha, admitindo-se que o produto interno aumente apenas 2,5% em 2008 (uma baixa de 0,7 p.p. em relação à previsão de Julho) contra 3,7% em 2007.Como se sabe, a Espanha cresceu a taxas sempre superiores a 3% ao longo de quase uma década. Estas perspectivas menos favoráveis para a economia do país vizinho decorrem da situação do seu mercado imobiliário, no qual se observa um vasto excesso de oferta, que poderá conduzir a uma forte correcção dos preços. Refira-se que o imobiliário, fruto da expansão dos últimos anos, representa cerca de 18% do PIB espanhol.

A evolução da economia mundial em 2008 pode vir a sofrer uma retracção mais forte do que o previsto, se perdurarem as condicionantes negativas decorrentes da crise financeira, o que conduziria a uma deterioração das expectativas e a condições de financiamento mais restritivas e onerosas para os agentes económicos. Há concretamente o perigo de uma recessão nos EUA, o que levou as autoridades deste país a anunciarem um pacote de medidas fiscais para o relançamento da economia, que se somam às medidas na esfera monetária que o Fed tem vindo a adoptar, referidas mais adiante.

Por outro lado, persistem grandes desequilíbrios nas contas externas de vários países com peso no comércio internacional, coexistindo o já referido défice da balança de transacções correntes dos EUA com os enormes excedentes da China – que tem acumulado elevadas reservas externas – e de outros países, nomeadamente os exportadores de petróleo. Esta situação, além de criar uma conjuntura de instabilidade cambial, pode dar azo a perturbações adicionais no mercado financeiro e favorecer o surgimento de reacções proteccionistas, sobretudo num contexto económico global de cariz recessivo.





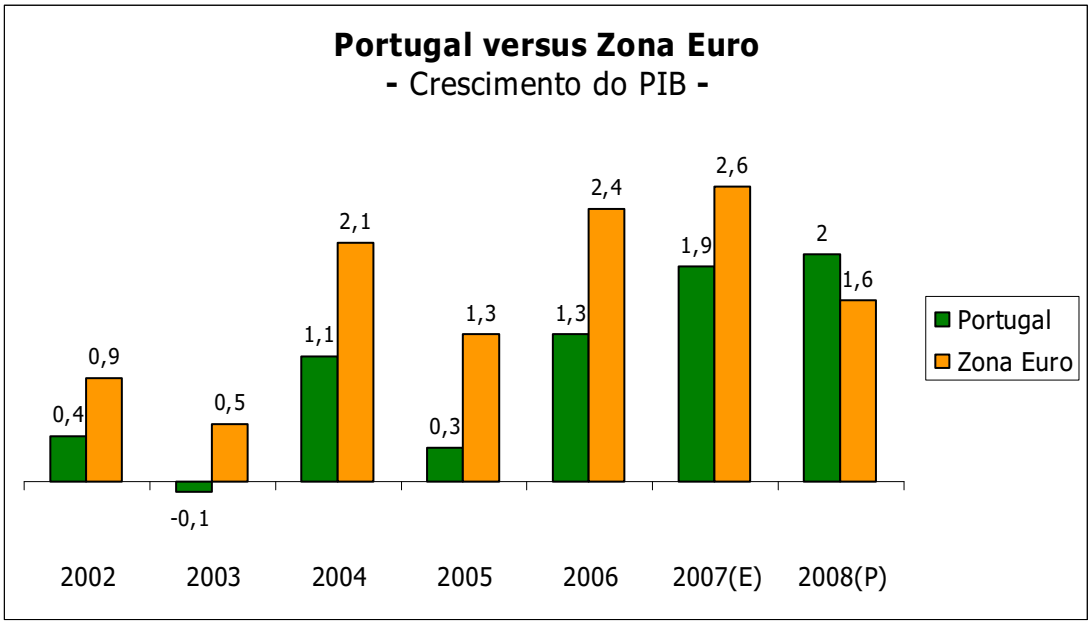
A volatilidade do preço do petróleo, que nesta altura[1] anda pelos 100 dólares por barril, é outro elemento crítico da presente conjuntura internacional, quer pelo efeito adverso que pode ter no próprio crescimento, quer pelo seu impacto inflacionista. A recente subida dos alimentos, resultante da utilização de milho e outros produtos alimentares para a produção de bio-combustível e do mau ano agrícola em certas partes do globo, constitui outro factor de risco para a estabilidade dos preços, o mesmo sucedendo com a alta dos preços de outros materiais estratégicos.

[1] Final de Fevereiro de 2008

A inflação manteve-se porém contida durante 2007 nas principais economias desenvolvidas, situando-se, em média anual, quer nos EUA quer na Zona Euro, em cerca de 2%, sendo que nesta última a apreciação do euro tem contribuído para amortecer o impacto da subida do petróleo e de outras matérias primas, cujos preços são expressos em dólares. No entanto, a evolução mais recente suscita algumas preocupações. Na Zona Euro, a inflação mensal, que em Outubro já atingira 2,6%, subiu em Janeiro de 2008 para 3,2%, nível bastante acima do objectivo declarado pelo BCE, que é o de manter a taxa de inflação ligeiramente abaixo de 2%.

2. Economia Portuguesa

O crescimento estimado para a economia portuguesa em 2007 é da ordem de 1,9%, estando em linha com as previsões oficiais e dos diversos analistas, esboçando-se assim uma ligeira retoma que, de acordo com as previsões do Governo, se intensificaria em 2008, ano em que o PIB poderia crescer 2,2%. A crise internacional, e o seu possível impacto, tem levado no entanto os principais analistas, e o próprio Banco de Portugal, a considerar como pouco provável um crescimento acima de 2%, sendo mesmo de admitir, num cenário agravado, que possa ser significativamente inferior.



O crescimento verificado em 2007 foi essencialmente suportado pelo comportamento positivo das exportações que registaram uma expansão muito apreciável (+7%) na sequência do surpreendente aumento de 2006 (+9,1%). Nos últimos meses do ano, verificou-se porém um marcado abrandamento, devido essencialmente ao crescimento mais lento das economias que constituem os principais mercados da nossa exportação, e também à subida do euro, sendo Portugal um dos países da Zona cujas exportações são mais adversamente afectadas pela subida da moeda europeia. Em especial, os sectores de exportação mais expostos à concorrência dos produtos provenientes dos países emergentes, com baixos custos de produção, são bastante penalizados por disporem de reduzida margem de manobra para ajustar os preços.

Como as importações cresceram em 2007 a ritmo inferior (4,1%) ao das exportações, o contributo da procura externa líquida para a expansão do PIB voltou a ser positivo, como já ocorrera em 2006 (+0,6% em 2007 contra +1% em 2006).

Contrariamente, porém, ao que sucedeu em 2006, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB em 2007 foi mais significativo, superando o impacto da procura externa líquida.

Essa evolução da procura interna beneficiou, em 2007, de um comportamento mais favorável da formação bruta de capital fixo, que cresceu 2,6%, depois de vários anos de variação negativa. Tal recuperação esteve ligada a alguma reanimação do investimento empresarial, embora concentrada essencialmente na construção e material de transporte (aéreo). Naturalmente que o investimento empresarial é a variável chave para a retoma, a qual não estará consolidada enquanto esta componente do PIB não ganhar nova dinâmica. O investimento das famílias em habitação teve um crescimento praticamente nulo, o mesmo se passando com o investimento público, afectado pela política de contenção do défice do Estado.

Evolução da Economia Portuguesa

Taxas de crescimento Δ% PIB

	2005	2006	2007 Estimativa	2008 Previsão
Consumo Privado	1,8	1,1	1,2	1,1
Consumo Público	1,9	-0,3	0,0	0,0
Form.Bruta Cap.Fixo	-2,7	-2,0	2,6	3,3
Exportações	0,9	9,1	7,0	4,9
Importações	1,7	4,2	4,1	2,9
PIB	0,3	1,3	1,9	2,0
Contributos % Δ PIB				
Procura Interna	0,7	0,3	1,3	1,5
Procura Externa	0,4	1,0	0,6	0,5

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, Inverno 2007

O papel que tem cabido ao consumo das famílias, ao longo dos últimos anos, como sustentáculo do nível de actividade económica, está neste momento em grande medida esgotado, face ao elevado nível de endividamento dos particulares, mas esta componente da procura interna ainda apresentou, no entanto, um crescimento significativo em 2007, embora com desaceleração na parte final do ano.

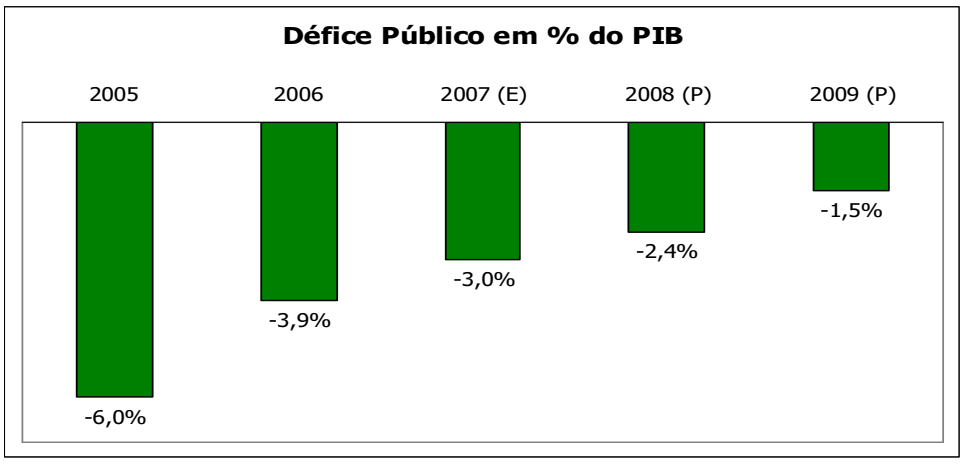
Já no tocante ao consumo público, e tal como sucedeu com o investimento estatal, as medidas no domínio da política orçamental traduziram-se na estagnação, em termos reais, dessa rubrica da despesa interna.

Fruto do reduzido crescimento da actividade económica, o desemprego em Portugal situava-se em finais de 2007[1] em torno de 8,1%, o que constitui um agravamento em relação a 2006 e coloca o nível do desemprego em Portugal acima da média da Zona Euro e da União Europeia no seu conjunto. A redução do desemprego em termos significativos exigirá a manutenção, por vários anos, do crescimento económico em pelo menos 2,5% ao ano. Especialmente preocupante é o facto de o desemprego de longa duração (de um ano ou mais) se manter elevado, representando agora praticamente metade do total, contra 37% em 2002.

[1] Novembro

O nível da inflação (preços no consumidor) em 2007 rondou, em média anual, 2,5%, nível que se situa acima do registado no conjunto da Zona Euro. Na conjuntura actual, a evolução desta variável está marcadamente influenciada pela volatilidade do preço de matérias-primas estratégicas, como o petróleo, metais industriais e produtos alimentares básicos. Naturalmente, a apreciação do euro age como factor de atenuação das pressões inflacionistas, mas não tem impedido o surgimento de picos altistas nos últimos meses e uma gradual escalada nos preços.

O crescimento do PIB em 2007, em conjunto com a maior eficácia da máquina fiscal e com o esforço de contenção das despesas públicas, e ainda algumas medidas adoptadas pelo Governo com incidência orçamental, bem como as receitas das privatizações – 1.205 milhões de euros – permitiram, segundo as declarações oficiais, reduzir o défice do sector público para menos de 3%, limite estabelecido no Pacto de Estabilidade e Crescimento, que Portugal passou assim a cumprir. O peso do défice em relação ao PIB fora de 3,9% em 2006. Para a redução do défice do sector público em percentagem do PIB foi porém especialmente importante o crescimento das receitas fiscais (em 9,2%) e a melhoria nas contas da Segurança Social, resultante da redução nos pagamentos do subsídio de desemprego e de menores encargos com reformas.



Paralelamente, e na mesma linha, o peso da dívida pública no PIB também se reduziu – pela primeira em vários anos – situando-se em 64,4% (diminuição de 0,4 pontos percentuais em relação ao nível anterior).

Como já se referiu, as perspectivas para a evolução da economia portuguesa em 2008 estão condicionadas pela crise internacional, que tenderá a provocar uma desaceleração no crescimento dos países que constituem os principais mercados da nossa exportação, pela apreciação do euro em relação ao dólar e outras divisas, e também – aspecto que pode revestir-se de grande relevância – pela possível quebra abrupta da dinâmica da economia espanhola, perante o risco de ocorrer uma situação de crise no seu sector imobiliário.

O crescimento do PIB em Portugal pode assim ficar aquém das previsões formuladas no âmbito do OGE para 2008, no qual o Governo antevia a redução do défice público para 2,4% do PIB, no seguimento de uma trajectória visando eliminar o défice em 2010. De acordo com o cenário apresentado para a projecção das contas públicas, esta evolução seria consentânea com alguma descompressão da despesa pública, quer de investimento, quer de consumo. O contributo das receitas de privatizações para a melhoria do défice seria da ordem de 760 milhões de euros, inferior ao registado em 2007.

O modesto crescimento previsto para a economia portuguesa para 2008 não é de molde a permitir qualquer recuperação sensível na taxa de desemprego, que deverá manter-se elevada. No respeitante à inflação, a pressão dos preços de matérias primas básicas e estratégicas (petróleo, cereais, metais, …), que se fez sentir em 2007, poderá eventualmente esbater-se, em virtude da desaceleração do crescimento mundial, o que, em combinação com a força da moeda europeia, também contribuirá para uma moderação da alta de preços na economia nacional (à semelhança do que se espera para a Zona Euro no seu conjunto).

3. Mercados Financeiros – Perspectivas

A situação actual nos mercados financeiros continua fortemente marcada pela crise iniciada nos EUA no sector do crédito imobiliário *subprime*, a qual se estendeu a todo o sistema financeiro internacional, dada a existência de factores de contágio facilitados pelo processo de globalização dos mercados e pelas sofisticadas inovações financeiras dos últimos anos.

O longo período de baixas taxas de juro nos EUA, onde os fundos federais se mantiveram abaixo de 2% durante vários anos, chegando ao nível de 1% entre Junho de 2003 e Maio de 2007, período a que se seguiu um processo muito gradual de subidas, com ajustamentos sucessivos de 0,25 pontos percentuais, criou um clima económico propício à valorização dos activos imobiliários, o que por sua vez originou uma forte apetência pelo crédito para a compra de habitações.

A esta apetência corresponderam os bancos expandindo o crédito hipotecário, conduzindo a uma forte sustentação da procura de casas de habitação, o que contribuiu por sua vez para inflacionar ainda mais o valor dos activos imobiliários e, através de um círculo vicioso, formar uma bolha especulativa.

No processo de expansão do crédito à habitação, os bancos abriram-se a novos segmentos, aligeirando os seus critérios de elegibilidade e criando modalidades de crédito que comportavam um menor esforço para o cliente na fase inicial da vida do empréstimo. Estava criado o fenómeno dos créditos *subprime*. Foram mesmo constituídas algumas sociedades que se especializaram nestes créditos, e alguns grandes bancos criaram unidades para o mesmo efeito, ou tomaram participações nas entidades especializadas.

A crise dos *subprime* manifestou-se quando os níveis de incumprimento aumentaram abruptamente, em virtude da subida das taxas de juro, tornando o serviço da dívida mais pesado para os clientes, que viram as suas prestações adicionalmente oneradas por terem terminado as condições suaves e aliciantes do início da vida dos empréstimos. Ao contrário do que é comum com a maioria dos créditos à habitação nos EUA, que são em geral de taxa fixa, os empréstimos *subprime* utilizavam predominantemente taxas indexadas.

A crise do *subprime* ficaria, no entanto, limitada aos EUA, sendo o seu impacto na conjuntura económica e financeira mundial apenas indirecto – através da retracção que a rotura da bolha especulativa imobiliária induziria no crescimento da economia americana – se não fosse o papel da globalização e das inovações financeiras dos últimos anos, que fizeram alastrar os efeitos dessa crise a um grande número de países e a todos os mercados financeiros em geral.

Um veículo importante para o processo de contágio foi a grande expansão e carácter quase generalizado que assumiu a titularização de créditos, processo pelo qual as entidades que concedem os empréstimos originais se refinanciam periodicamente, através da titularização desses empréstimos, junto de bancos de investimento, que repassam os títulos assim criados a diferentes tipos de investidores. Ora, os empréstimos *subprime* foram também objecto de operações de titularização.

Uma vez que os títulos que representavam ou incorporavam empréstimos *subprime* eram por sua vez usados, juntamente com títulos de outra natureza, na construção de estruturas de investimento complexas, estas estruturas foram contaminadas pelos índices de incumprimento dos empréstimos *subprime*, criando grande incerteza e retracção no mercado, e relutância dos investidores em continuarem a refinanciá-las. Mesmo as estruturas em que não havia qualquer componente de *subprime* foram afectadas, face à desconfiança que se criou no seio dos investidores.

Financiando-se essas estruturas no mercado de papel comercial, esta situação deu origem à quase secagem desse mercado, e também paralisou o mercado para as operações de titularização, criando problemas às instituições mais dependentes do mercado de capitais para o refinanciamento da sua actividade creditícia e, por extensão, criando uma crise de liquidez sem precedentes no sector interbancário. Numa atitude generalizada de fuga ao risco, os investidores passaram a canalizar os seus recursos quase exclusivamente para a compra de obrigações do Tesouro, que se valorizaram fortemente no período, caindo em desfavor as outras alternativas de aplicação, independentemente do *rating* das emissões, já que a crise afectou também a credibilidade das notações de *rating*. Este mesmo processo conduziu à subida do preço do ouro para os níveis mais altos dos últimos 25 anos (quase

900[1] USD a onça troy).

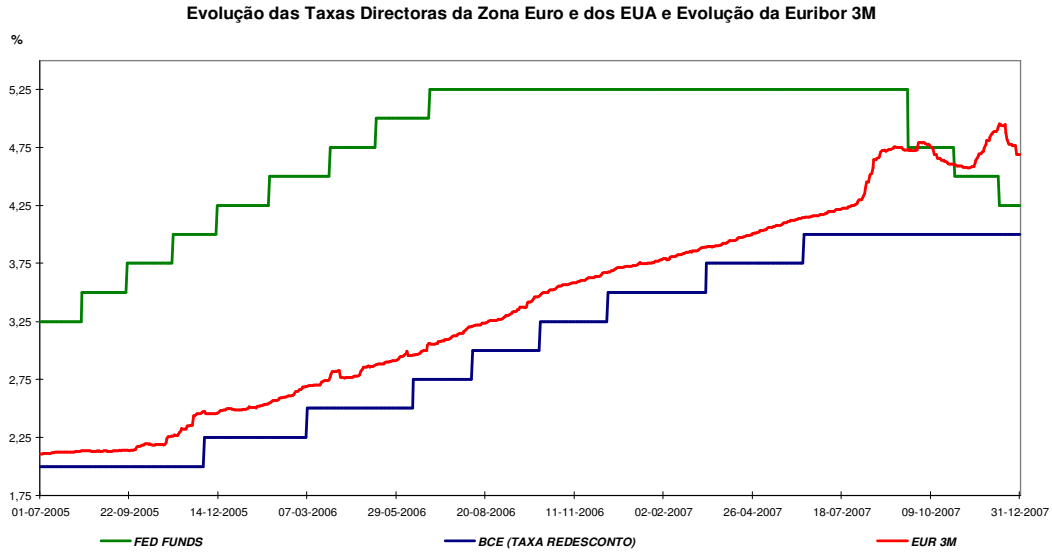
Os bancos centrais, na Zona Euro e nos EUA, tiveram de intervir massivamente nos mercados, injectando liquidez para evitar a ruptura das liquidações interbancárias. No Reino Unido, como se sabe, a não disponibilização, durante algum tempo, deste mesmo tipo de facilidades, conduziu à primeira corrida a um banco, nesse país, desde 1866.

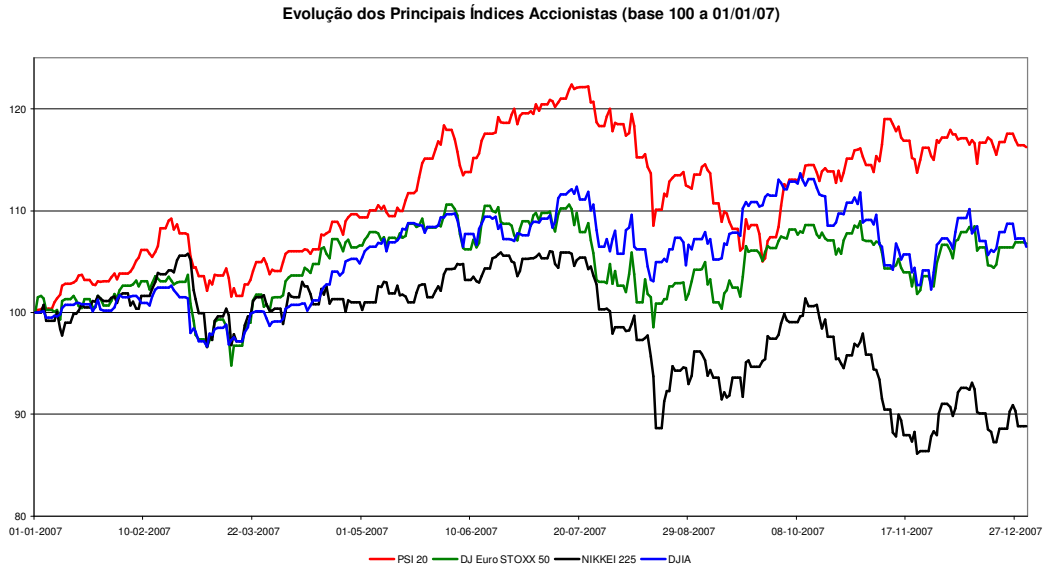
A situação de tensão que assim se criou, conduziu a uma forte subida das taxas de juro no mercado interbancário – ou seja, na Zona Euro, da Euribor. A Euribor para tomada de fundos *overnight* chegou a 4,8% no dia 8 de Agosto [2] – quando a crise se declarou na Europa – e, após a intervenção do BCE no dia seguinte, as taxas Euribor a 3 meses mantiveram-se durante semanas a fio em quase 4,8%, chegando mesmo a passar durante algum tempo dos 4,9%. O normal seria, com as taxas directoras do BCE em 4%, que rondassem os 4,2%. Nestas circunstâncias, como seria de esperar, o BCE manteve, durante o resto de 2007, as suas taxas de refinanciamento em 4%, interrompendo o ciclo de subidas que vinha prosseguindo. A Reserva Federal americana (Fed), por sua vez, sentiu ser necessário, para tentar inflectir a crise, reduzir em 0,5 p.p. a sua principal taxa de referência – a taxa dos fundos federais –, baixando-a em Setembro de 5,25% para 4,75%, e em Outubro voltou a descê-la para 4,5%. Já anteriormente tinha disponibilizado fundos aos bancos, através da "janela" de desconto, raramente usada, de forma a proporcionar ao sistema a liquidez necessária. Entretanto, no final de Janeiro de 2008, o Fed efectuou uma nova descida da taxa dos fundos federias, primeiro para 3,75% e depois para 3,0%, o que se traduziu numa redução invulgarmente forte (- de 1,25 p.p. em cerca de uma semana), reflectindo o grau de preocupação das autoridades perante as perspectivas de uma recessão nos EUA.

A situação nos mercados mantém-se complexa, e agudizou-se de modo manifesto com a aproximação do final do ano, levando as taxas do mercado interbancário a atingir novos máximos. Os bancos centrais da Zona Euro, dos EUA e do Reino Unido, entre outros, decidiram neste contexto proceder a uma injecção massiva e concertada de liquidez no mercado, a que se seguiram novas operações similares, nomeadamente por parte do BCE.

[1] Final de Janeiro 2008
[2] O normal, face ao nível das taxas directoras do BCE, seria que estivesse próximo de 4%.

Estas intervenções trouxeram alguma calma ao mercado interbancário, mas os bancos mais dependentes dos mercados de capitais para o seu financiamento continuam a enfrentar dificuldades na obtenção de financiamentos de médio prazo, o que cria condicionantes à sua actividade, estando os bancos centrais a substituir-se aos mercados no financiamento dos bancos.





Esta perturbação nos mercados bancários teve naturalmente reflexo nos mercados bolsistas, assistindo-se, em algumas sessões, a quebras bruscas no valor das acções de importantes bancos, a que se sucediam recuperações noutras sessões, embora, em termos

líquidos, o valor da capitalização bolsista das principais instituições tenha registado fortes descidas em relação aos valores do período que precedeu a crise. Para além das instituições financeiras, foram fortemente penalizadas as cotações das acções das empresas do sector imobiliário. Excluindo o impacto nestes sectores, esta crise, no entanto, e ao contrário de outras que se registaram no passado, não teve inicialmente um impacto muito marcado nas bolsas, centrando-se antes nos mercados monetários, pelo que os índices dos principais mercados continuaram a evidenciar ganhos em relação aos níveis do início do ano, apesar da queda do valor das acções de algumas das principais instituições financeiras a nível internacional. No entanto, com o agudizar da crise e com o anúncio de perdas brutais em grandes bancos internacionais decorrentes das suas exposições aos créditos *subprime*, as bolsas afundaram-se preocupantemente, registando-se em particular, nas primeiras semanas de 2008, quedas abruptas nas acções de numerosas empresas, alargando-se esse processo a novos sectores da economia – e já não apenas bancos e imobiliárias.

Admite-se como cenário mais provável que a situação nos mercados monetários continue particularmente tensa, e que só paulatinamente a situação se normalize ao longo do primeiro semestre de 2008, desde que não se verifique a entrada em recessão da economia dos EUA, que teria sérias repercussões negativas a nível mundial. A verificar-se essa recessão, a diluição da crise será naturalmente mais prolongada e difícil e poderá rodear-se de aspectos preocupantes. Neste contexto, a ocorrência ou revelação de qualquer novo facto grave, que constitua um choque para os mercados, poderá ter consequências imprevisíveis.

Neste ambiente, não é, naturalmente, de prever que o BCE retome proximamente o ciclo de subida das taxas de juro. Com efeito, a situação de crise no mercado bancário mantém-se e, além disso, do outro lado do Atlântico a Reserva Federal já reviu, de novo, as suas taxas em baixa. Assim, uma subida da taxa do BCE iria acentuar ainda mais a pressão para a valorização do euro em relação ao dólar americano, intensificando a actual instabilidade cambial, que constitui outro dos ingredientes da presente crise financeira, porventura com impacto mais directo e mais imediato na economia real da Zona Euro do que a crise do crédito. Na verdade, pode mesmo considerar-se como provável que o BCE venha a sentir necessidade de reduzir as suas taxas directoras, se a ameaça à estabilidade económica na Zona Euro se tornar manifesta.

O eventual surgimento de pressões inflacionistas, decorrentes da subida do preço do petróleo e dos produtos alimentares de base, viria tornar a situação mais complexa, e colocaria o BCE e as outras autoridades monetárias perante um grande dilema na escolha das suas opções políticas.

4. Evolução e Perspectivas do Mercado Bancário

O facto mais saliente no comportamento do mercado bancário em 2007 foi a evolução do crédito a empresas[1], que confirmou a recuperação que vinha a constatar-se nesse agregado desde finais de 2005.

Com efeito, o crédito a empresas (saldo médio da carteira) cresceu em Novembro de 2007, em termos homólogos, 10,4%, o que constitui uma aceleração nítida em relação ao ritmo de expansão observado em Dezembro de 2006 (+7,1%) e em Junho desse mesmo ano (+6,7%), e contrasta de modo bem manifesto com os modestos níveis de crescimento que se observaram nesse agregado em 2003 e 2004.

Esta evolução permitiu que, nos últimos meses, se interrompesse a tendência de o crédito sobre empresas perder continuamente peso relativo em favor do crédito a particulares no conjunto do crédito concedido pelo sector bancário.

É sobretudo a retracção observada na variação dos saldos de crédito à habitação que explica a menor expansão em termos relativos do crédito a particulares.

Evolução dos Agregados de Crédito no Sistema Bancário

Variação Homóloga em % (*)

	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Jun	2006 Dez	2007 Nov
Crédito a Empresas (**)	2,7	2,5	5,0	6,7	7,1	10,4
Crédito à Habitação	11,8	10,5	11,1	10,8	9,9	8,6
Crédito Pessoal (Consumo,...)	2,4	4,4	4,5	6,9	10,1	10,9

(*) Com base nos saldos médios ajustados de operações de titularização.
(**) Sociedades não financeiras
Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Janeiro 2008.

[1] Sociedades não financeiras, na terminologia das estatísticas do Banco de Portugal.

Com efeito, o crescimento do crédito à habitação tem vindo a declinar continuamente desde o final de 2005, quando crescia ainda a um ritmo de mais de 11% ao ano. Em finais de 2007, a taxa de crescimento já se reduzira para 8,6%, evidenciando um declínio mensal contínuo.

O menor dinamismo do crédito à habitação explica-se, em parte, pela subida das taxas de juro de referência que torna as prestações mais onerosas, mas poderão ser factores igualmente importantes a maior incerteza das famílias portuguesas face à evolução da economia e o seu nível de endividamento já consideravelmente elevado.

Nível de Taxas de Juro Médias no Sistema Bancário

	2003	2004	2005	2006	2006	2007
	Dez	Dez	Dez	Jun	Dez	Nov
Depósitos até 2 anos	2,04	2,04	2,06	2,22	2,72	3,45
Crédito a Empresas	4,38	4,31	4,41	4,88	5,39	6,10
Crédito à Habitação	3,84	3,78	3,73	4,22	4,79	5,45
Crédito Pessoal (Consumo,...)	7,79	7,60	7,68	8,01	8,07	8,73

Fonte: *Ibid.*

Tal situação não impede, porém, que continue a verificar-se, embora com alguma desaceleração, um forte ritmo de crescimento no crédito pessoal para consumo (e outros fins), cujo saldo médio no sistema bancário em 2007 evidenciou uma variação de quase 11%.

Estes ritmos de aumento do crédito ao consumo contrastam fortemente com a situação que se registava até 2005, em que as taxas de variação eram bem mais modestas, ficando muito longe das que ocorriam no crédito à habitação, e podem reflectir um efeito de oferta. Ou seja, foi o facto de os bancos terem direccionado as suas campanhas de marketing para este produto, que originou a expansão que o crédito ao consumo tem evidenciado no período mais recente. No entanto, o crédito ao consumo continua a representar apenas uma pequena parcela do endividamento dos particulares face ao sistema financeiro, ficando o seu peso no total muito aquém do que regista o crédito à habitação.

No respeitante à evolução do nível médio das taxas de juro, verifica-se, como aspecto de maior destaque, que as taxas dos depósitos (até 2 anos) têm vindo ultimamente a acompanhar, ou até – mais recentemente – a ultrapassar, a evolução das taxas médias do crédito, o que contrasta com a situação que se verificava até perto do final de 2006, em que a evolução das taxas dos depósitos (nível médio) ficava abaixo da das taxas do crédito.

Evolução Comparativa das Taxas de Juro
Médias dos Depósitos e do Crédito no Sistema Bancário
(Δ p.p.)

	Dez 03 – Jun 06	Jun 06 – Jun 07	Jun 07 – Nov 07
	30 meses	12 meses	5 meses
Crédito a Empresas	+ 0,50	+ 0,83	+ 0,39
Crédito à Habitação	+ 0,38	+ 0,89	+ 0,34
Crédito Pessoal (Consumo,…)	+ 0,18	+ 0,56	+ 0,16
Depósitos até 2 anos	+ 0,22	+ 0,82	+ 0,41

Esta situação tem naturalmente a ver com a intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos, com algumas instituições, em resultado da sua situação de liquidez, a oferecerem, por sistema, níveis de remuneração elevados, mas é também o reflexo de a concorrência, no lado do crédito, ter reduzido acentuadamente os *spreads*. Este último aspecto parece porém estar a sofrer uma inflexão, dado que as taxas médias dos diferentes tipos de crédito registaram significativas subidas nos últimos meses do ano.

Os valores relativos à evolução dos agregados de crédito e níveis da taxa de juro acima apresentados já espelham, naturalmente, os efeitos da actual crise financeira no mercado bancário português.

Com efeito, a subida abrupta das taxas de juro interbancárias que se verificou a partir do início de Agosto de 2007, está a reflectir-se em todas as taxas bancárias, activas e passivas, pelo que o seu nível médio subiu significativamente nos últimos meses do ano.

No tocante à evolução do crédito, é de esperar uma desaceleração, dado que a crise que se manifesta no mercado interbancário obriga os bancos a seguirem uma gestão de liquidez particularmente rigorosa, o que se traduzirá nalguma contenção na actividade creditícia. Esta mesma circunstância já contribuiu, como referimos acima, para esbater

temporariamente a tendência para o esmagamento dos *spreads*, ao aliviar a pressão concorrencial entre as instituições na área do crédito.

Em contrapartida, é de esperar que continue a forte concorrência na captação de recursos, pois as diferentes instituições financeiras vão procurar reforçar a sua base de depósitos, a fim de diminuírem a dependência do mercado de capitais.

Os elementos ainda pouco consistentes de que nesta altura se dispõe sobre a evolução do crédito vencido no sistema bancário, sugerem que, apesar de algum agravamento – fruto da fraca expansão da economia, da subida dos juros e do nível de endividamento dos particulares e empresas –, se mantém em níveis relativamente baixos.

É de esperar, no entanto, que a crise financeira venha também a ter impacto no crédito vencido, por efeito de um maior agravamento das taxas de juro, e também porque as instituições bancárias vão mostrar menor disponibilidade para refinanciarem os seus clientes menos interessantes, reservando os seus recursos para os melhores clientes.

O Crédito Agrícola – que, ao contrário da maioria das instituições, se encontra numa situação muito confortável de liquidez -, deve seguir este processo com particular atenção e adequada avaliação dos riscos, pois é natural que os clientes preteridos das restantes instituições tendam a procurar obter, com insistência crescente, financiamentos no nosso Grupo.

Em conclusão, podemos antever que a actual crise implica para o Crédito Agrícola:

- Maior folga no lado do crédito, com atenuação da concorrência nos *spreads*, e surgimento de oportunidades de negócio, exigindo no entanto uma avaliação dos riscos especialmente rigorosa.
- Intensificação da pressão concorrencial na captação de recursos, sendo importante, nesta conjuntura, preservarmos os nossos melhores clientes, mesmo com alguns sacrifícios na rentabilidade.

III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Evolução da Actividade nas Principais Áreas

1.1. Função Risco no Grupo Crédito Agrícola

Ao longo de 2007, deu-se elevada prioridade ao projecto de Transformação da Função Risco no Crédito Agrícola, desenvolvido à luz das melhores práticas organizacionais neste domínio e enquadrado no cumprimento dos requisitos regulamentares de Basileia II e na implementação das IAS.

O risco de crédito associado à possibilidade de incumprimento efectivo e/ou à degradação da qualidade da contraparte em operações de crédito constitui o risco mais relevante da actividade de qualquer instituição financeira. O programa de Transformação da Função Risco é constituído, em matéria de avaliação da exposição a este risco, por diversas iniciativas complementares que, iniciadas em 2006, se desenvolveram no decurso do exercício de 2007 e que compreendem uma forte articulação com a vertente tecnológica, exigindo o desenvolvimento de competências internas específicas:

- **Solução de propostas e *credit scoring*** – Pretende criar um fluxo de trabalho padronizado para os processos de concessão de crédito a particulares e pequenos negócios associado a um modelo de *credit scoring* por segmento, onde se salienta o crédito ao consumo, o crédito a ENI's e o crédito à habitação;
- **Central de balanços** – Visa a implementação de uma aplicação que materializa o repositório de dados único de informação financeira dos clientes do SICAM. Desta forma será possível assegurar a consistência da informação e a sua integração com outras aplicações, designadamente *workflow* de propostas de crédito, sistemas de alertas de risco, imparidade, modelo de rating, entre outros;
- **Modelo de imparidade** – Decorrente da necessidade de desenvolver uma metodologia e um processo recorrente de apuramento das perdas por imparidade subordinado à Norma Internacional de Contabilidade 39. Sendo um processo de avaliação económica da carteira é também uma componente do processo de acompanhamento de crédito;
- **Ferramenta de gestão de garantias** (recebidas) – Visa definir um novo processo de registo de todas as garantias subjacentes às operações de crédito do Grupo e que assegure a sua adequada caracterização e avaliação;

- ***Rating* empírico** – Ferramenta de apoio à decisão nos processos de concessão de crédito a clientes empresa, com base em critérios quantitativos e qualitativos, através dos quais se pretende avaliar o perfil de risco de cada cliente deste segmento de negócio, não só com base na sua evolução económico-financeira e no histórico do seu relacionamento com o CA, mas sobretudo reflectindo em torno do sector de actividade em que se insere e das características do negócio e, ainda, das competências de gestão de que dispõe;
- **Repositório de informação de risco** – Repositório de dados (*datamart*) adequado às necessidades da Função Risco do Grupo, designadamente ao especificado por Basileia II;
- **Manual de risco de crédito** – Estabelece as políticas, processos e procedimentos de risco, de modo a alcançar uma padronização e homogeneidade de comportamentos e práticas neste domínio;
- **Segregação de funções** – Seguindo as recomendações de Basileia II quanto à resolução de eventuais conflitos de interesses na organização funcional, numa lógica de independência e especialização, promoveu-se a segregação de funções no DRC, detalhando as funções e o modelo de competências necessário no âmbito da gestão comercial de empresas, da análise de risco de crédito, do acompanhamento e da recuperação de crédito;
- **Modelo de desenvolvimento de competências** – Neste âmbito deu-se já início à formação específica em gestão do risco de crédito. Este projecto pretende o envolvimento de todos os colaboradores do SICAM na apreensão e domínio dos principais temas e aspectos relacionados com a gestão do risco;
- **Função *compliance*** – Seguindo as recomendações de Basileia II neste capítulo, deu-se início ao processo conducente à implementação e enquadramento orgânico de um Gabinete de *compliance* na Caixa Central. O modelo de governação para o SICAM constitui outro dos objectivos desta iniciativa;
- ***Standard Approach*** – Para preparar o Grupo Crédito Agrícola para o cálculo dos requisitos de capital a nível consolidado e individual, de acordo com os requisitos da metodologia *standard* de Basileia II na vertente do risco de crédito (e de mercado) deu-se início ao estudo e definição dos suportes, dos meios e da informação necessários ao processo de cálculo.

O desenvolvimento das novas metodologias de propostas, *scoring* e *rating*, bem como os novos procedimentos já implementados nesta área, e a generalização da segregação de funções entre a área comercial e de análise de risco, contribuirão decisivamente para novas melhorias na análise e controlo do risco de crédito.

1.2. Actividade Comercial

De forma a apresentar a informação relativa ao período homólogo anterior em base comparável, os valores referentes a 2006 foram reajustados em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) em vigor desde 1 de Janeiro de 2007.

Em 2007, a captação de recursos foi condicionada, por um lado, pela actual conjuntura económica, que se caracteriza como pouco propícia à constituição de poupanças e, por outro, pela agressividade comercial que outras instituições financeiras têm evidenciado e que se manifesta no nível das taxas de remuneração oferecidas.

A actividade no domínio do crédito continuou, no exercício findo, a pautar-se pelo crescimento moderado que se registou nos últimos anos, privilegiando-se a consolidação e a gestão da carteira, numa óptica de redução e contenção dos riscos.

Valores em milhares de euros, excepto %

BALANÇO DO SICAM	2006	2007	Δ Abs.	Δ%
ACTIVO (LÍQUIDO)	**10.069.658**	**10.565.607**	**495.950**	**4,9%**
do qual Crédito a Clientes (líquido)	7.037.783	7.188.241	150.458	2,1%
do qual Aplicações em I.C.'s (líquido)	1.056.002	1.086.328	30.326	2,9%
PASSIVO	**9.312.519**	**9.692.018**	**379.499**	**4,1%**
do qual Recursos de Clientes	8.662.858	9.157.713	494.855	5,7%
do qual Recursos de I.C.'s	159.922	11.522	-148.400	-92,8%
SITUAÇÃO LÍQUIDA	**757.138**	**873.589**	**116.451**	**15,4%**

O activo líquido consolidado do SICAM continuou a ultrapassar os 10 mil milhões de euros, observando-se um crescimento de 4,9% em relação ao valor homólogo de 2006.

Para este crescimento, o crédito a clientes contribuiu com uma expansão de 73,1 milhões de euros (+1,0%) tendo, por sua vez, o crédito líquido de provisões aumentado em 150,5 milhões de euros (+2,1%). Apesar das Aplicações em Instituições de Crédito terem tido uma taxa de crescimento superior ao Crédito a Clientes, esta última rubrica continua a manter a sua importância na estrutura do activo representando 68% do activo líquido.

No passivo, mantém-se o peso dominante – 94,5% do total – dos recursos de clientes (9.158 milhões de euros), continuando a ser diminuta a parte relativa recursos de outras instituições de crédito (0,1%). A variação verificada nesta última rubrica prende-se, não com a diminuição de actividade nesta área, mas sim com o facto de no ano de 2006 ter-se verificado uma evolução anómala resultante de operações de financiamento efectuadas junto do BCE sob a forma de "repos".

A evolução da situação líquida do SICAM mantém-se favorável, sendo de registar uma variação positiva de cerca de 116,4 milhões de euros em relação a 2006 (+15,4%).

Valores em milhões de euros, excepto %

	2006	2007	Δ Abs.	Δ%
Recursos de Clientes	8.663	9.158	495	5,7%
Crédito a Clientes	7.394	7.467	73	1,0%
Rácio de Transformação	**85,4%**	**81,5%**	-	**3,9 p.p.**

Tal como ocorrera em 2006, a taxa de crescimento do crédito a clientes (1,0%) foi inferior à verificada nos recursos de clientes (5,7%), o que conduziu a uma diminuição no rácio de transformação, de 85,4% em 2006 para 81,5% em 2007.

No entanto, se excluíssemos as aplicações em papel comercial, o crédito a clientes apresentaria um crescimento de 3,0% (+2p.p.) e o rácio de transformação teria uma evolução menos acentuada (81,0% em 2006 versus 79,0% em 2007).

Como o valor dos depósitos continua a exceder largamente o do crédito, o SICAM continua a manter uma forte liquidez no seu balanço, bem evidenciada na sua posição interbancária credora no final do exercício de 2007 (cerca de 1.210 milhões de euros, excluindo disponibilidades em bancos centrais).

1.2.1. Depósitos e Outros Recursos

Apesar da intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos, com algumas instituições, em resultado das suas carências de liquidez, a oferecerem níveis de remuneração particularmente elevados, a fim de diminuírem a sua dependência do mercado de capitais, o SICAM conseguiu um crescimento global dos recursos de clientes de 5,7%.

Valores em milhares de euros, excepto %

	2006	2007	Δ Abs.	Δ%
Depósitos à Ordem	2.384.497	2.426.202	41.705	1,7%
Depósitos a Prazo e Poupanças	6.245.981	6.667.387	421.406	6,7%
Encargos a pagar líquidos	32.380	64.124	31.744	198,0%
Recursos no Balanço	**8.662.858**	**9.157.713**	**494.855**	**5,7%**

Refira-se ainda que o ritmo de expansão dos Depósitos a Prazo e de Poupança foi muito superior ao dos Depósitos à Vista (+6,7% *versus* +1,7%), o que naturalmente reflecte a reacção dos clientes à subida do nível médio das taxas de juro, e que acompanha a evolução em sentido idêntico verificada no mercado no seu todo.

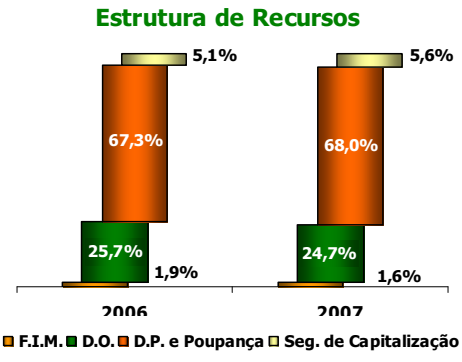
Relativamente aos recursos fora do balanço, apesar da concorrência dos depósitos a prazo tradicionais e do desfavor junto dos aforradores em que, durante parte do ano, os fundos de investimento e seguros de capitalização se encontraram, que afectaram no caso destes últimos o crescimento dos prémios, ainda se verificou uma evolução positiva na carteira destes recursos.

Valores em milhares de euros, excepto %

	2006	2007	Δ Abs.	Δ%
Fundos de Investimento	173.701	161.122	-12.579	-7,2%
Seguros de Capitalização (*)	470.962	549.360	78.397	16,6%
Recursos fora do Balanço	**644.664**	**710.482**	**65.818**	**10,2%**

(*) valor total da carteira. Os prémios brutos emitidos em 2006 foram de 130.870 milhares de euros e em 2007 de 123.634 milhares de euros.

A estrutura de recursos (dentro e fora do balanço) sofreu apenas ligeiras alterações.



1.2.2. Evolução do Crédito

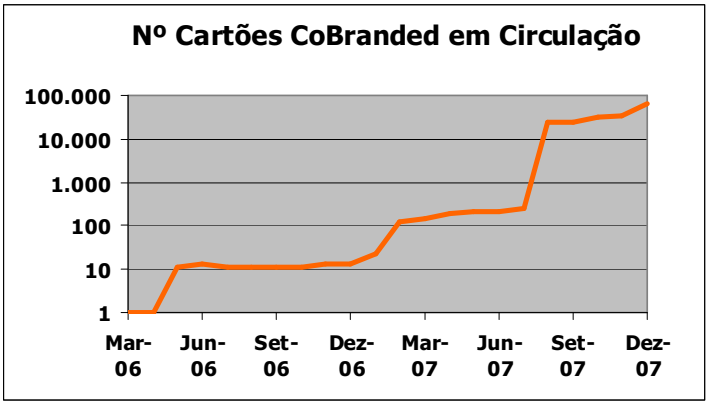
Evolução do crédito por tipo de operação

Valores em milhões de euros, excepto %

	2006	2007	Δ Abs.	Δ %
Crédito à Habitação	1.808	1.907	99	5,5%
Contas Correntes Caucionadas	608	606	-2	-0,3%
Descontos Comerciais	120	103	-16	-13,6%
Leasing	113	129	16	13,7%
Cartões de Crédito	32	36	5	14,7%
Descobertos	30	27	-3	-9,2%
Operações com o Estrangeiro	27	10	-17	-64,2%
Papel Comercial	373	235	-138	-37,0%
Contratos de Financiamentos	4.244	4.377	134	3,1%
Rendimentos a receber	49	51	3	5,4%
Receitas com rendimento diferido (líq.)	-9	-15	-5	-56,7%
Crédito a Clientes (1)	**7.394**	**7.467**	**73**	**1,0%**
Compromissos perante terceiros (2)	**957**	**1.065**	**108**	**11,3%**
dos quais linhas de crédito irrevogáveis	571	591	20	3,4%
dos quais linhas de crédito revogáveis	355	438	83	23,3%
Garantias Prestadas (3)	**314**	**350**	**36**	**11,5%**
Subtotal (2+3)	1.270	1.414	144	11,3%
Total (1+2+3)	**8.665**	**8.882**	**217**	**2,5%**

Na evolução do crédito por tipologia de operações é de destacar o seguinte:

O **crédito à habitação**, apesar de ter aumentado o seu peso na estrutura do crédito a clientes do SICAM (25,5 % do total em 2007 contra 24,5% em 2006), cresceu a um ritmo inferior ao evidenciado pelo sector bancário no seu conjunto (5,5% *versus* 8,6%).



Já no que respeita ao crédito concedido por via dos **cartões** verificou-se uma evolução muito favorável, destacando-se a continuada aderência por parte dos clientes à opção de pagamento a prestações – Soft - e ao cartão contacto bem como o excelente acolhimento dos cartões CoBranded.

Os resultados obtidos espelham o impacto das seguintes iniciativas da Campanha de Nova Imagem dos Cartões, das promoções de Produtos não Financeiros e do desenvolvimento e consolidação da actividade orientada para o segmento empresarial.

A **locação financeira** continuou a ter uma boa aceitação por parte dos clientes do Crédito Agrícola, sendo de realçar que, à semelhança de anos anteriores, quase 90% das Caixas Associadas intervieram na celebração de contratos de locação financeira destinados aos seus clientes.

Em Dezembro de 2007, a carteira global de crédito em locação financeira ascendia a 128,9 milhões de euros, o que revela um crescimento de 13,7% em relação a 2006.

Carteira de crédito em Leasing por tipo de bem locado

Valores em milhares de euros, excepto %

Tipo de bem locado	2006	2007	Δ Abs.	Δ%	Estrutura carteira 2006	Estrutura carteira 2007
Viaturas	29.328	33.367	4.038	13,8%	25,9%	25,9%
Equipamentos	42.539	41.672	-866	-2,0%	37,5%	32,3%
Imóveis	41.480	53.837	12.357	29,8%	36,6%	41,8%
Total	**113.347**	**128.876**	**15.529**	**13,7%**	**100,0%**	**100,0%**

Numa análise ao tipo de bem locado, é de realçar o aumento de quase 30% na carteira de leasing imobiliário, que passou a ter um peso de 42% no valor global da carteira, o que representa um aumento de 5 p.p. em relação a 2006.

Relativamente aos **Compromissos perante Terceiros**, assistiu-se a um acréscimo de 11,3% face ao exercício de 2006 devido essencialmente à evolução dos compromissos revogáveis que aumentaram cerca de 83 milhões de euros.

No que concerne às **Garantias Prestadas**, e contrariamente ao verificado em 2006, verificou-se um aumento no seu valor global de 11,5%, consequência, essencialmente, do maior dinamismo registado no sector da Construção e Obras Públicas (sector cuja actividade se desenvolve apoiada em Garantias Bancárias).

Refira-se ainda que mais de metade do crédito concedido pela Caixa Central é angariado pela rede de Balcões do Crédito Agrícola e efectuado ao abrigo do **Contrato de Agência**.

Crédito Agenciado por tipologia de crédito

Valores em milhares de euros, excepto %

	2006	2007	Δ Abs.	Δ%
Crédito à habitação	285.046	247.756	-37.289	-13,1%
Cartões de crédito	17.565	20.962	3.397	19,3%
Descontos comerciais	5.605	2.479	-3.126	-55,8%
Contas correntes caucionadas	48.265	35.854	-12.412	-25,7%
Financiamentos	278.005	222.930	-55.076	-19,8%
Leasing	93.967	108.256	14.289	15,2%
Operações com o estrangeiro	5.418	3.088	-2.330	-43,0%
TOTAL	**733.871**	**641.325**	**-92.547**	**-12,6%**

Este crédito agenciado tem vindo a perder importância (de 54,4% em 2006 para 51,3% em 2007) baixando na maioria das tipologias de crédito, situação a que não é alheia a cada vez maior capacidade de concessão de crédito por parte das Caixas Associadas, em virtude do aumento dos seus fundos próprios, do maior volume de recursos captados (oferecendo margem de expansão ao nível do rácio de transformação) e pelo número crescente de Caixas com autorização para extensão do âmbito de actividade. Se considerarmos o peso do crédito agenciado no SICAM verifica-se que este se reduziu de 9,9% em 2006 para 8,7% em 2007.

No entanto, quer o crédito de cartões quer a locação financeira, contrariam a regressão do crédito agenciado a nível geral com taxas de crescimento de 19,3% e 15,2%, respectivamente.

1.2.2.1. Qualidade da Carteira de Crédito

Valores em milhares de euros, excepto %

	2006	2007	Δ 06/07
1 - Crédito sobre clientes bruto	**7.394.296**	**7.467.441**	**1,0%**
1.1. Crédito não vencido	7.003.992	7.139.301	1,9%
*do qual crédito cobrança duvidosa**	*24.919*	*19.044*	-23,6%
1.2. Crédito e Juros Vencidos	350.906	291.466	-16,9%
do qual vencido a menos de 90 dias	51.771	*33.288*	-35,7%
do qual vencido a mais de 90 dias	299.135	*258.178*	-13,7%
Crédito Vencido/Crédito Total	**4,7%**	**3,9%**	
Crédito Vencido a mais 90 dias/Crédito Total	**4,0%**	**3,5%**	
1.3. Rendimentos a receber	48.828	51.447	5,4%
1.3. Receitas com rendimento diferido (líq.)	-9.430	-14.773	-56,7%
2 - Provisões p/ Crédito Cobrança Duvidosa e Crédito Vencido	**356.513**	**279.200**	**-21,7%**
Provisões para Crédito Cobrança Duvidosa	*134.066*	*99.501*	-25,8%
Provisões para Crédito Vencido	*222.447*	*179.699*	-19,2%
3 - Crédito Líquido (1-2)	**7.037.783**	**7.188.241**	**2,1%**

*reclassificado como vencido ao abrigo da alínea a) do ponto1 do nº4 do Aviso 3/95

Verifica-se uma contínua melhoria dos indicadores de qualidade dos activos como resultado da política seguida em matéria de avaliação do risco, de gestão da carteira de crédito e do esforço acrescido de recuperação. Refira-se ainda o progressivo reforço de provisões prudenciais contribuindo decisivamente para a obtenção de uma margem acrescida da cobertura por provisões.

Efectivamente, o crédito vencido total decresceu 16,9% e o crédito vencido a mais de 90 dias reduziu-se em 13,7%, pelo que o rácio de crédito vencido relativamente ao crédito total se reduziu de 4,7% para 3,9% e o do crédito vencido a mais de 90 dias (NCA) baixou de 4% para 3,5%.

O abate ao activo de créditos totalmente provisionados e com reduzida expectativa de recuperação (prática corrente na restante banca) foi um dos responsáveis pelo decréscimo significativo no crédito vencido.

As melhores práticas nas áreas de acompanhamento e recuperação de crédito no Grupo contribuíram também significativamente para essa evolução. Neste sentido saliente-se a diminuição de 23,6% do volume de crédito de cobrança duvidosa.

O crescimento do crédito líquido sobre Clientes foi de apenas 2,1% inferior ao do exercício de 2006 em que se situou nos 3,4%.

Refira-se ainda que o crédito vencido do SICAM mantém uma confortável cobertura por provisões, com um rácio de quase 108,1% na cobertura de crédito vencido a mais de 90

dias por provisões específicas e de 134,8% pelo total de provisões.

A redução do rácio de crédito vencido e consequentemente dos custos inerentes ao seu provisionamento continua a constituir um factor crítico para a melhoria das condições de exploração de um número significativo de Caixas Associadas.

A melhoria contínua na análise e controlo do risco de crédito a nível do SICAM revela-se assim indispensável para permitir a adopção de estratégias menos conservadoras de aplicação dos recursos captados, que se traduziriam num rácio de transformação mais elevado, e logo numa subida da taxa média de remuneração dos activos e melhoria da margem financeira do SICAM.

O grande desafio que se coloca para os próximos anos é o de consolidar, com crescimento, a robustez da carteira e o reforço de provisões existentes, procurando diminuir o risco implícito através do reforço de garantias reais e da maior diversificação da carteira, processo este a enquadrar no grande projecto de transformação da "Função Risco" ao nível do Crédito Agrícola.

1.3. Marketing e Canais de Distribuição

1.3.1. Marketing

O ano de 2007 foi o ano da consolidação da nova imagem corporativa do Grupo Crédito Agrícola bem como do continuado processo de afirmação do seu posicionamento. Refira-se que no final do ano, a quase totalidade das Caixas já tinham instalado a nova imagem nas fachadas.

No ano de 2007 foram realizadas 18 campanhas de Marketing com uma distribuição muito semelhante entre Recursos, Crédito e Seguros, com resultados muito positivos, tendo em conta o reduzido investimento realizado.

Resultados em milhões de €

Tipo de Campanha	Recursos*		Crédito		Seguros		Novos Canais	Total Nº Campanhas
	Nº Camp.	Result.	Nº Camp.	Result.	Nº Camp.	Result.	Nº Camp.	
Estratégicas	4	318	2	137	0	0	1	**7**
Tácticas	2	21	4	11	5	2	0	**11**
Total	**6**	**339**	**6**	**148**	**5**	**2**	**1**	**18**

*Recursos = Depósitos, Fundos de Investimento e Seguros de capitalização

Os resultados agregados destas acções totalizaram 487 milhões de euros, com destaque para o nível de envolvimento das CCAM que progressivamente tem vindo a crescer, atingindo em 2007 um valor médio de 75 participantes.

A campanha "**Regresso às Aulas**" foi a acção de Marketing de maior destaque em termos de envolvimento de meios. Mais do que promover o produto – Crédito Pessoal à taxa de 0% - a campanha tinha como objectivo divulgar a imagem institucional do Grupo junto dos jovens, cujo segmento tem sido uma aposta estratégica.

Esta campanha teve uma cobertura *multimedia* com um enfoque principal na Televisão, mas também na Rádio e Imprensa nacional e regional.

Pela primeira vez foi associada a imagem de uma figura pública – o humorista Marco Horácio – à divulgação da imagem institucional.

Merece ainda destaque, a campanha **Super Depósito Investimento (SDI)**, igualmente com cobertura *multimedia,* mas de orçamento mais reduzido. Esta campanha apresenta uma solução muito atractiva para os Clientes e constitui, por si só, um importante meio de captação de Recursos por parte das CCAM. Paralelamente, reforça as características do novo posicionamento do Grupo – modernidade, âmbito nacional e oferta diversificada de Produtos e Serviços que vão ao encontro das necessidades dos Clientes

A campanha **Crédito Habitação**, mereceu igualmente destaque nos meios de comunicação – rádio e imprensa nacional e local e rede nacional de *Mupis* – e teve como objectivo principal comunicar ao mercado que o Grupo Crédito Agrícola tem uma solução Bancaseguros de Crédito à Habitação bastante competitiva.

Nas restantes campanhas desenvolvidas ao longo de 2007 a comunicação esteve presente principalmente no *Merchandising*, no *Site*, nos spots de rádio regional e imprensa regional.

Relativamente aos novos produtos, importa destacar a criação do Fundo Especial de Investimento Raiz Valor Acumulado – **CA Rendimento Duplo 2007** e o **CA TOP CAPITAL** que permitiram reforçar a diversidade da oferta aos Clientes.

No que se refere ainda a novos produtos, destaca-se o facto de o Grupo Crédito Agrícola ter dado especial enfoque ao negócio de Cartões, nomeadamente ao nível do estabelecimento de parcerias com clientes para colocação de Cartões Co-Branded.

Entre as diferentes parcerias, importa relevar o lançamento do **Cartão Co-Branded da CA Seguros** por ser aquele em que se realizou o maior número de emissões e porque oferece excelentes vantagens para os Clientes da Seguradora.

Merece igualmente destaque, o Co-Branded com o **Centro de Cultura e Desporto do Crédito Agrícola** cujo cartão assumiu ainda a função de cartão de Sócio.

Relativamente ao negócio de cartões importa ainda destacar a **mudança de imagem dos cartões CA**, visando a coerência da oferta de produtos de Crédito, Débito e Pré-Pago, e o lançamento inovador no mercado português dos cartões verticais (BeFree e Super Jovem).

A campanha da nova imagem dos cartões foi ancorada na inovação (cartões verticais), na segurança (Chip e seguros) e mais vantagens (programas de fidelização).

Refira-se que as campanhas do programa de fidelização, que comportam promoções de produtos não financeiros, continuam a revelar-se um importante meio de incentivo à utilização de cartões de crédito.

Neste âmbito, a promoção da HP, com 804 equipamentos colocados e 664 mil euros de facturação, colocou o Crédito Agrícola no 2º lugar em vendas, entre os vários Bancos, com campanhas desta marca.

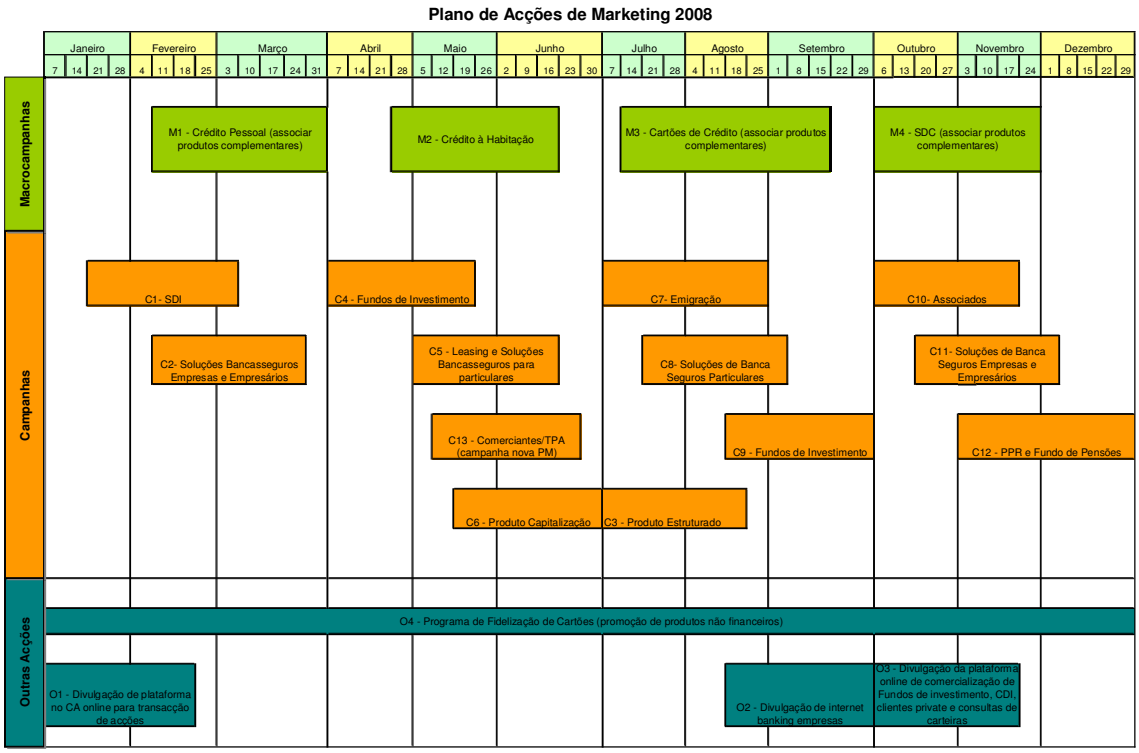
No ano de 2007 importa ainda evidenciar o papel da área do Marketing da Caixa Central na articulação com as diferentes unidades de negócio relativamente ao macro-planeamento de Marketing do Grupo bem como no acompanhamento minucioso das respectivas acções/campanhas de forma a assegurar que as mesmas se possam iniciar nos prazos previstos.

Além do planeamento foram asseguradas, em todas as campanhas, a segmentação de clientes, a divulgação interna e externa das acções, a preparação de *maillings*, respectivo material de *merchandising* e o acompanhamento e *reporting* de resultados.

Paralelamente, foram preparadas análises e segmentações da carteira de clientes do Grupo. A base de dados resultante deste trabalho serve, igualmente, a aplicação do modelo de ***Cross-Selling/Next Best offer***, que permite identificar, face à posse de produtos de cada Cliente, qual a sua próxima melhor oferta, potenciando a venda cruzada de produtos.

No início do ano procedeu-se à reestruturação do formato da **Comissão de Marketing e Política Comercial** que passou a contar com membros permanentes e membros não permanentes. Fazem parte dos membros permanentes da Comissão de Marketing e Política Comercial dois membros do Conselho Geral e de Supervisão, um membro do Conselho de Administração Executivo, com o pelouro da actividade Comercial, nove membros em representação do mesmo número de CCAM e o Departamento de Marketing. Dos membros não permanentes fazem parte todas as unidades de negócio da Caixa Central e empresas do Grupo, bem como as unidades de suporte às actividades de Marketing e Comercial.

Em 2007 foram realizadas 4 reuniões da Comissão de Marketing e Política Comercial que tiveram como objectivo prioritário o Planeamento e a preparação do **Plano de Acções de Marketing do Grupo para 2008,** que pela primeira vez apresenta uma organização das campanhas numa base trimestral, por forma a corresponder às necessidades do que irá ser o modelo de gestão de incentivos comerciais em 2008.



Refira-se ainda o desenvolvimento de uma ferramenta de definição e simulação de objectivos comerciais e a respectiva adequação do SIGA Objectivos às características e variáveis do novo modelo de incentivos comerciais.

No que concerne ao apoio prestado às CCAM destacam-se as seguintes iniciativas:

- Definição e implementação de Planos de Acção Comercial Local, com Acções Comerciais e de Marketing resultantes dos objectivos e prioridades de actuação definidos pelas Caixas e do proposto pelo Plano de Marketing do Grupo, dos quais se destacam a captação de novos Clientes e o incremento da vinculação de Clientes actuais;

- Realização de diagnósticos de caracterização do potencial do mercado de actuação e carteira de Clientes para diversas Caixas, de forma a identificar acções relevantes para realização no âmbito do Plano de Acção Comercial Local;

- Apoio à adopção e utilização pelas Caixas de ferramentas de suporte à definição de objectivos comerciais, gestão de contactos com Clientes e dinamização da actividade comercial;

- Realização de acções de formação para Colaboradores de diversas Caixas sobre técnicas de contacto com Clientes, acções comerciais e produtos".

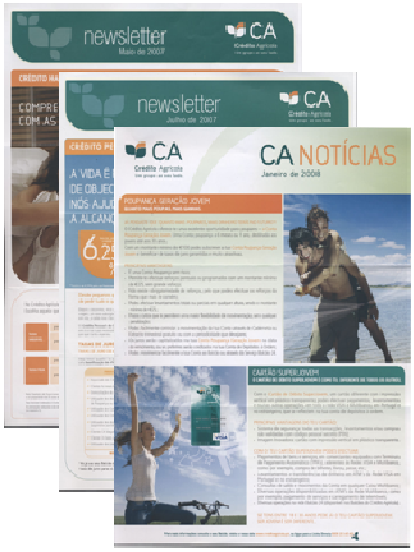
Foi efectuado o acompanhamento da iniciativa "**Infraestrutura de Suporte ao Marketing e Comercial**" - Fase de Implementação, no âmbito do programa Ruris+, que tem como principal objectivo a capacitação do Marketing do CA, garantindo a implementação de uma infraestrutura tecnológica que permita a operacionalização dos processos de Gestão de Campanhas e Gestão Comercial.

Ao nível do projecto *pricing* realizou-se a **Campanha de Recuperação de Valor**, que se realizou de Março a meados de Agosto de 2007 e que teve como objectivo principal o aumento do comissionamento nos eventos com maior potencial. Esta Campanha consistiu na realização de 3 acções, com 7 semanas de duração cada uma, promovendo a cobrança de uma comissão específica: Comissão de Gestão de Prestação por Regularizar, Ordem de Levantamento ao Balcão e Comissão de Abertura de Crédito.

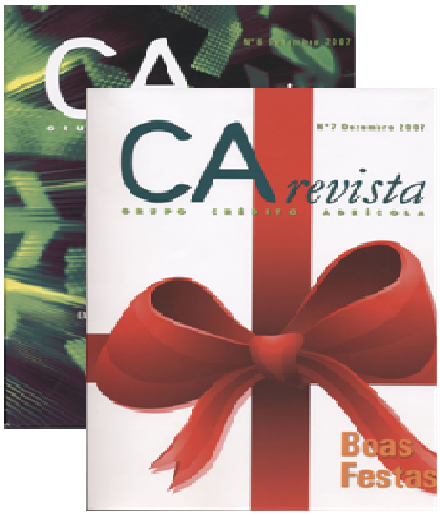
Estas acções levaram a uma maior sensibilização do SICAM para a temática do comissionamento, tendo havido uma grande participação das Caixas Agrícolas, assim como um aumento da eficácia de cobrança média face ao período anterior.

No que se refere à **Comunicação Institucional Externa** verificou-se uma maior presença nos meios de maior audiência, dando assim maior consistência à marca CA e consequentemente contribuir para o aumento da notoriedade do Grupo.

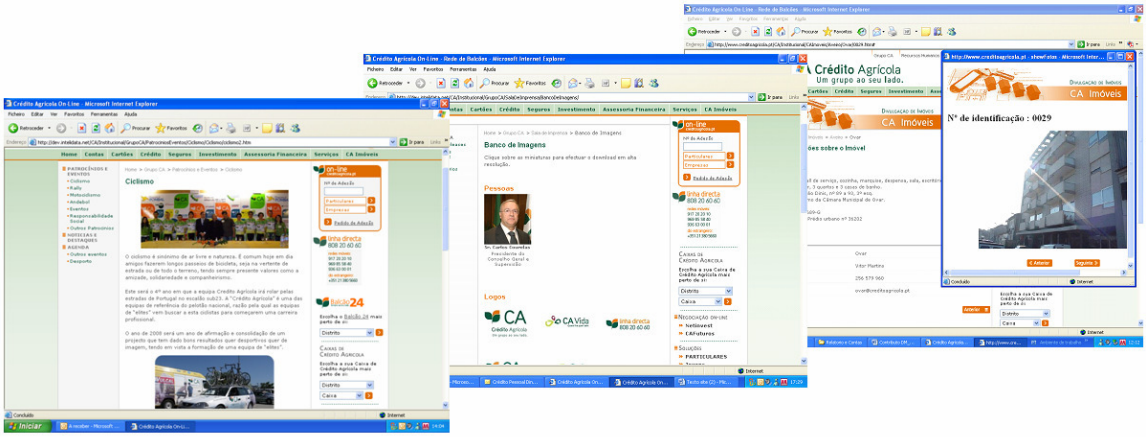
A comunicação com os Clientes do Grupo, que permite mantê-los informados quer sobre as Campanhas do Grupo, quer da diversidade da nossa oferta, foi melhorada através da criação de dois novos veículos de comunicação, a **CA Notícias**, adicional ao extracto integrado, e a **Loja CA**, adicional ao extracto cartões.



Foi dada continuidade à **CA Revista** tendo sido alargada a sua divulgação para os Clientes detentores do cartão *Premier.*

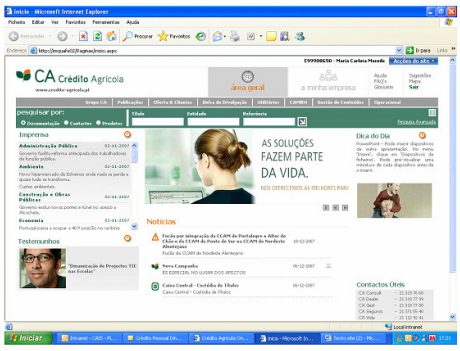


Como resposta às mais variadas necessidades dos nossos Clientes foram criados **novos canais** no Site do Crédito Agrícola, nomeadamente o **CA Imóveis**, a **Sala de Imprensa** e os **Patrocínios**.



Para além dos habituais **patrocínios** às actividades de ciclismo, motociclismo, todo o terreno e rali, para reforço da imagem institucional, marcámos novamente presença nas Feiras tradicionais e apoiámos pela primeira vez a **Feira Medieval de Sta. Maria da Feira**.

A nível da **comunicação interna** foi dada continuidade à **CA Notícias** enquanto veículo interno da comunicação do Grupo e estão em desenvolvimento os conteúdos para a Nova Intranet.



1.3.2. Canais Complementares

A actuação da área de Canais Complementares teve como principais objectivos responder aos desafios apresentados no Plano de Modernização Tecnológica e Operacional integrados num modelo de negócio estratégico – **Modelo MultiCanal** – que tem vindo a ser desenvolvido com vista a disponibilizar aos Clientes do Grupo CA novos serviços financeiros inovadores e competitivos, de forma coerente e transversal aos vários Canais Complementares.

O desenvolvimento de novos canais complementares assume actualmente significativa importância não só devido à crescente utilização dos actuais serviços disponíveis e à adesão que estes têm registado por parte dos Clientes do CA, mas também pela oferta cada vez mais vasta e agressiva da concorrência.

Destacaram-se ao longo do ano 2007 as seguintes iniciativas:

- O arranque do Serviço **Linha Directa transaccional** (*Contact Centre*), que veio permitir aos Clientes do Grupo CA, aderentes ao **Sistema MultiCanal**, realizar um vasto leque de transacções financeiras nas suas contas do CA, através de atendimento automático 24 h/dia, todos os dias do ano, e de atendimento personalizado, de acordo com a sua preferência;

- O lançamento do Serviço ***On-Line* Empresas**, serviço de *Internet Banking*, com características de segurança, adesão e funcionalidades próprias para o segmento;

- O desenvolvimento e lançamento de novas funcionalidades no Serviço *On-Line* de Particulares.

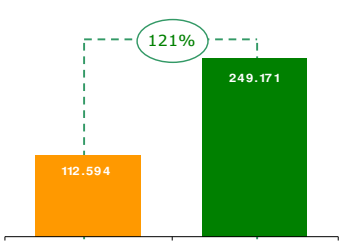
Foram ainda realizados desenvolvimentos no âmbito de manutenção evolutiva de modo transversal a todos os canais, visando a melhoria dos serviços oferecidos, permitindo a libertação de recursos do Canal Presencial (Balcões) para as acções comerciais mais complexas, promovendo a redução de custos operacionais e o aumento da carteira de Clientes aderentes aos Canais Complementares.

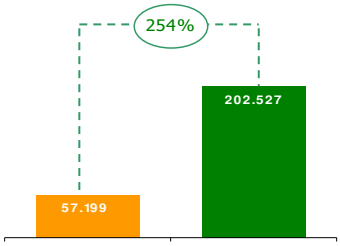
No segundo semestre de 2007, foi lançada uma **Campanha de Canais Complementares** com o objectivo de divulgar aos Clientes CA e público em geral os serviços disponíveis e as suas funcionalidades e simultaneamente alargar a base de Clientes aderentes ao Sistema

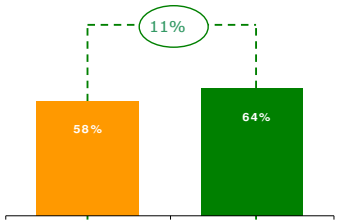
MultiCanal (Linha Directa e *On-Line* Particulares) e incrementar as adesões ao *On-Line* Empresas.

A) Serviço Linha Directa (*Contact Center*)

O lançamento do Serviço Linha Directa, originou um crescimento na ordem dos 121% nos contactos *Inbound* , isto é, contactos recebidos. O número de Clientes que utilizou o serviço registou um crescimento de 254%, face ao ano anterior.



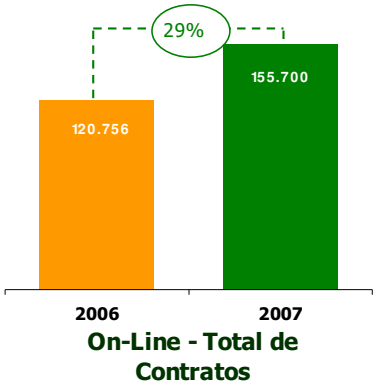


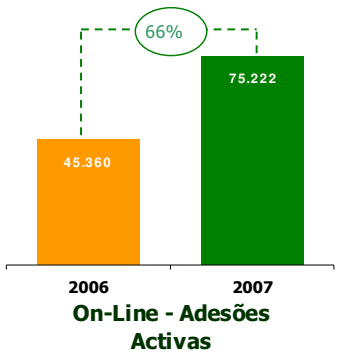


Relativamente às acções de *Outbound* realizadas (telemarketing e telecobranças), destacam-se as acções de Telecobranças que incluem crédito próprio das CCAM (6 CCAM até final de 2007), crédito agenciado e cartões de crédito, tendo o ano 2007 registado um crescimento nos montantes recuperados de 11%.

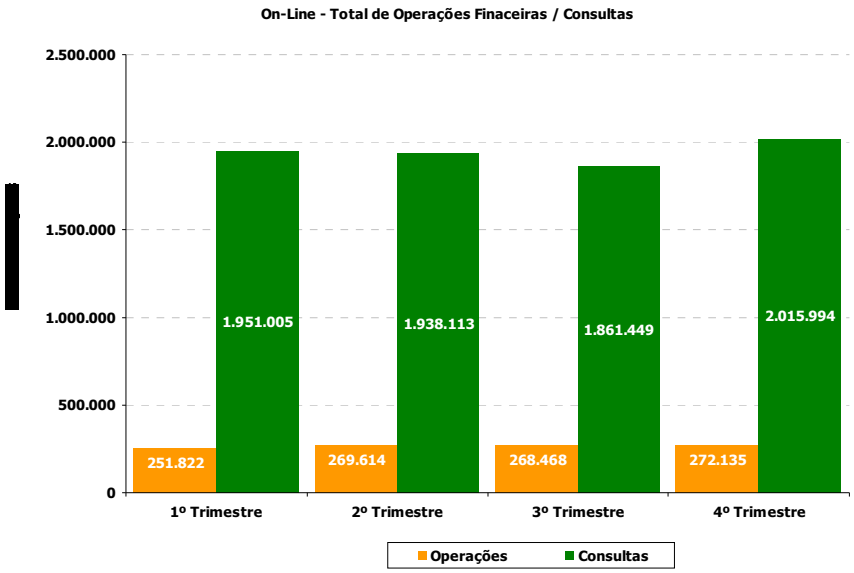
B) Serviço *On-Line* (Particulares e Empresas)

O novo Serviço *On-Line* Empresas, lançado no primeiro semestre de 2007, e as novas funcionalidades disponibilizadas no *On-Line* de Particulares, promoveram um crescimento significativo na realização de transacções financeiras e no número de Clientes aderentes.



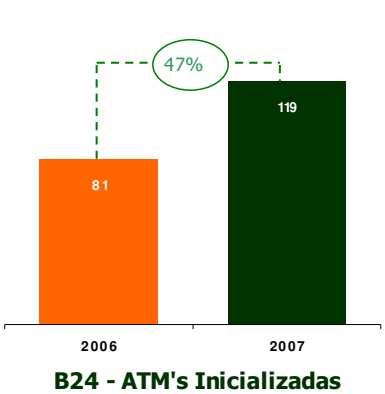


O número de adesões ao serviço registou um crescimento de 29%. As adesões activas ao serviço *On-Line* representaram um crescimento de 66% face ao ano 2006.

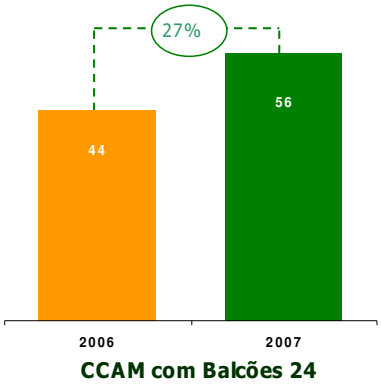


B) Evolução do Serviço Balcão 24

O Serviço Balcão 24, rede interna do CA, que assinalou em 2007 o seu 3º ano de lançamento, contava já com 136 serviços B24 instalados (representando um crescimento de 40% face ao ano anterior), dos quais 119 estavam em funcionamento (+47% em relação a 2006). Verifica-se uma média mensal de 2.340 transacções/equipamento. O crescimento da rede Balcão 24 reflectiu a adesão de mais 12 CCAM sendo que, em final de 2007, eram 56 as CCAM aderentes ao serviço B24, crescimento de 27% face a 2006.

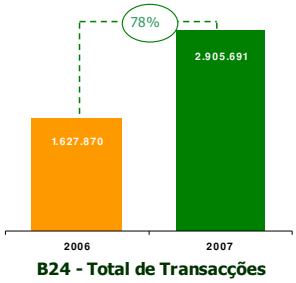


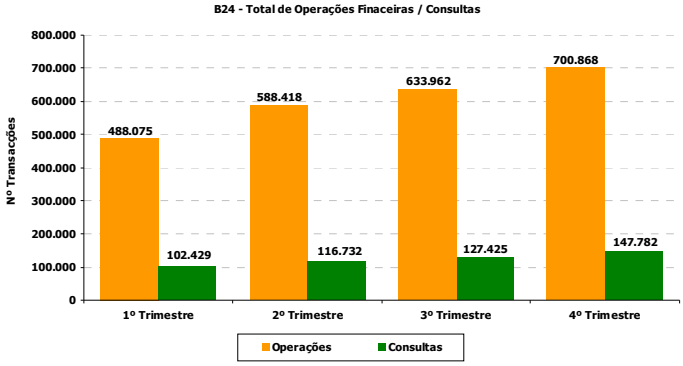
B24 - ATM's Inicializadas



CCAM com Balcões 24

O total de transacções registou um crescimento de 78%, face ao ano 2006. O número de transacções médias por mês representou um aumento de 21,5% em relação ao ano anterior. A taxa média de transferência de transacções do canal presencial encontra-se acima dos 20%.





1.4. Actividade da Área Financeira

1.4.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria

Através da Tesouraria, a Caixa Central opera a aplicação dos excedentes em recursos do SICAM visando optimizar a sua rentabilidade sustentada e manter adequados níveis de liquidez.

O ano de 2007 acabaria por ser marcado por uma crise financeira persistente, que alterou significativamente o comportamento dos investidores face ao risco, reduziu drasticamente a liquidez de muitos mercados e veio pôr em causa o modelo de financiamento da actividade bancária que suportara a forte expansão do crédito verificada ao longo dos últimos anos.

Ao longo de 2007, procurou-se assim:

- Até ao eclodir da crise financeira, que se verificou no início do 2.º semestre e persistia ainda no final do ano, continuando por 2008, tirar partido da subida da taxa directora do BCE que ainda se verificou, tendo aumentado em 2007 de 3,5 % (valor que assumiu em 12/12/2006) para 4 % em 13/06/2007 (tendo entre 14/03/2007 e 12/06/2007 sido de 3,75%), nível em que se manteve até à presente data;
- Com a precipitação da crise, e a suspensão – e mesmo inversão no caso do Banco da Reserva Federal Norte-Americana – daquele movimento ascendente, e o aumento sem precedentes dos *spreads* nas operações de mercado interbancário, promoveu-se algum alongamento dos prazos de aplicação da Tesouraria, mantendo adequados níveis de liquidez e de segurança das aplicações, sobre créditos de elevada qualidade, dado o perfil de risco das contrapartes;
- Esta actuação, naturalmente só possível, pela forte liquidez do CA, traduziu-se no aproveitamento da remuneração acrescida das aplicações dos excedentes em recursos, sem prejuízo da qualidade do risco, e na capacidade – destarte também reforçando a visibilidade do CA – de manter uma presença consistente nos mercados interbancários, em circunstâncias que se caracterizaram por uma abrupta rarefacção da profundidade e da liquidez destes últimos, o que acabaria por motivar sucessivas intervenções dos Bancos Centrais;

- Gerir a cobertura de activos sensíveis ao comportamento das taxas de juro, altamente instáveis ao longo do ano, como resultado da crise financeira, nomeadamente as carteiras de obrigações de taxa de juro fixa resultantes da aplicação de recursos do SICAM, com recurso a instrumentos financeiros derivados, em especial os contratos de futuros sobre a dívida pública alemã. De notar que, como reflexo da crise, se assistiu repetidamente, também, a variações do *spread* entre diferentes emitentes de dívida, nomeadamente, entre as obrigações de dívida pública portuguesa e alemã, o qual chegou a atingir, por exemplo, no prazo de dois anos, 27 p.b., partindo de níveis de 4 p.b. Não obstante, a gestão da cobertura destes activos viria a traduzir-se em resultados largamente positivos. Considerando estas actividades de cobertura, a negociação de conta própria e o aproveitamento de oportunidades de *spread* da curva de rendimentos, o valor de futuros transaccionados ascendeu a 7,38 biliões de euros (valor nocional) em 2007, o que corresponde a perto de 3.000 operações e a 70.000 contratos negociados;
- Continuar o desenvolvimento da actividade no mercado de reportes, acompanhando a importância crescente deste último como instrumento de gestão e de financiamento eficiente da Tesouraria, tal como a persistência da crise financeira viria aliás a tornar evidente. Intensificou-se esta actividade quer no mercado fora de bolsa quer em Mercado Organizado, designadamente, neste último caso, através da plataforma de negociação de operações de reporte gerida pelo MTS, Entidade Gestora do Mercado Organizado de Dívida Pública em que a Caixa Central participa. Este mercado permite ainda o aproveitamento de oportunidades de arbitragem com os mercados interbancários, que se traduzem, com regularidade, em operações de cobertura directa com oportunidades de ganhos significativos;
- Continuar o desenvolvimento da actividade no mercado cambial, particularmente a direccionada para a cobertura de operações de clientes do SICAM, mercado natural cujo crescimento do volume negociado superou os 100%, incluindo operações realizadas com grandes empresas nacionais que operam em moeda estrangeira;
- Continuar a alargar a rede de contactos da Tesouraria e as alternativas de aplicação dos excedentes em recursos, com benefício para a sua rentabilização.

Como corolário do desenvolvimento articulado destas acções, o Grupo CA pôde ainda intensificar a sua presença e aumentar a sua visibilidade nos mercados monetário, cambial e de capitais ao longo de 2007.

Evolução dos Activos sob Gestão do Departamento Financeiro

Valores em milhares de €

	Montante		Variação		% do Total	
	2006	2007	Absoluta	Relativa	2006	2007
M. Monetário, P. Comercial e Depósitos BdP	1.592.271	1.938.087	345.816	21,7%	67,0%	76,1%
Obrigações	784.434	610.043	-174.391	-22,2%	33,0%	23,9%
Total	**2.376.705**	**2.548.130**	**171.425**	**7,2%**	**100,0%**	**100,0%**

1.4.2. Caixas Associadas e *Corporate Desk*

Ao longo de 2007, o CEACD continuou a desenvolver o projecto de cooperação com as Caixas Associadas e com as Áreas Comerciais da Caixa Central para a promoção, venda e distribuição de produtos de tesouraria e de mercados financeiros.

Prosseguiu assim o programa de visitas às Caixas Associadas visando a apresentação do *Serviço Caixas Associadas e Corporate Desk* e a inventariação e desenvolvimento de oportunidades de cooperação conjunta neste domínio.

Naturalmente que com campo de aplicação diferenciado, dependendo das características do mercado local, esta iniciativa foi sendo muito bem acolhida, sendo visíveis já os resultados proporcionados por uma mais próxima cooperação com as Caixas Associadas e as Áreas Comerciais da Caixa Central. Para além do seu vasto campo de aplicação comercial directa, com especial incidência no domínio dos produtos e soluções de gestão e cobertura dos riscos financeiros da actividade das empresas, o *Serviço Caixas Associadas e Corporate Desk* disponibiliza produtos de negociação frequente, como cotações de divisa, ou a fixação de taxas de juro ou opções sobre estas últimas, os quais tendem a favorecer, aproveitando a frequência desse contacto, a criação de condições para a apresentação e venda de outros produtos e serviços de interesse para as Caixas Associadas e as Áreas Comerciais da Caixa Central. Podem assim constituir uma conveniente *testa de ponte* com importantes sinergias comerciais, já que, independentemente da densidade de relações de trabalho que com elas

mantenham, as empresas procuram optimizar os seus resultados financeiros e inscrever na sua agenda de consultas as Instituições de Crédito que recorrentemente lhes possam apresentar prontamente cotações competitivas, como é o caso do CA neste domínio.

Decorreu ainda em 2007, em articulação com o CA Serviços, o desenvolvimento da plataforma para a distribuição de depósitos estruturados que estará operacional nos primeiros meses de 2008. Eivados de um perfil de risco conservador, com garantia de capital e de rendimento mínimo, estes depósitos inscrevem-se, em termos de simplicidade e de percepção de risco para o cliente, numa linha de aplicações imediatamente a seguir aos depósitos a prazo convencionais e antes dos investimentos em fundos ou das aplicações directas em bolsa. Sendo o risco do seu *rendimento* coberto com a Caixa Central, tal permitirá às Caixas Associadas alargar a sua oferta de depósitos, e ainda dispor dos correspondentes fundos para aplicar na sua carteira comercial.

1.4.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola

Com a instalação de uma ferramenta especializada para a gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, puderam aprofundar-se em 2007 as actividades do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

Esta solução técnica possibilita com efeito aprofundar a gestão dos riscos de balanço associados a cada entidade do SICAM e ao CA como um todo, de forma integrada e consistente, e assim também concorrer para a análise articulada e a tomada de decisão, no âmbito deste Comité, das diferentes vertentes funcionais relevantes para a actividade, nomeadamente a financeira, a de risco e a comercial.

Temas como a estrutura de *pricing* dos produtos, a gestão e controlo de limites de risco de taxa de juro e de liquidez, o planeamento do financiamento e a dotação de fundos próprios necessários à actividade, entre outros, integram a agenda corrente do ALCO.

1.4.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria

Numa segunda linha, o controlo das actividades da Tesouraria e dos riscos específicos

associados, nomeadamente de mercado, de crédito e de contraparte, e operacionais, é assegurado através do Gabinete Técnico do Departamento Financeiro, o qual verifica permanentemente a observância dos limites de risco definidos e produz diariamente relatórios sobre as actividades realizadas.

Neste domínio, a intensificação e a diversificação das actividades da Tesouraria em mercados e instrumentos, e a dinamização da promoção e venda de produtos e serviços de tesouraria e mercados através do CEACD a que se aludiu, vieram colocar renovadas exigências.

Neste sentido, procedeu-se em 2007 ao desenvolvimento da implementação, em articulação com o CA Serviços e outras estruturas da Caixa Central, de uma nova solução que dá suporte integrado ao *front, back e middle office* das actividades do Departamento Financeiro. A par da revisão dos processos internos de funcionamento, esta solução permite adequar a gestão dos riscos operacional, de mercado e de contraparte às mais elevadas exigências da respectiva gestão e controlo. Possibilita ainda a disponibilização de produtos adicionais, importantes para o reforço da eficiência da gestão da tesouraria, e com vasto campo de aplicação comercial no âmbito da actuação do CEACD.

1.4.5. Intermediação no Mercado de Capitais

Em 2007 a Caixa Central procedeu à reestruturação do negócio de corretagem no seio do Grupo.

A actividade de custódia e execução de ordens tinha vindo a ser desempenhada pela Crédito Agrícola Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. (CA Dealer), que resultara da fusão da NCO Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. com o Central Banco de Investimento, S.A. (CBI), por incorporação deste.

Deste modo, a CA Dealer constituiu-se com uma pesada estrutura operacional, que tornava difícil assegurar a sua rentabilidade, numa actividade em que a escala é determinante. Foi assim decidido alienar a CA Dealer, detida pela Crédito Agrícola SGPS (CA SGPS), à Corretage e Información Monetária Y de Divisas, S. A. (CIMD), e estabelecer com esta sociedade espanhola uma parceria para a prestação de serviços de corretagem, idênticos aos que presta a outras instituições financeiras portuguesas e espanholas, e para colaboração na área de consultadoria

financeira especializada.

Aquela parceria envolveu a transferência de toda a actividade de retalho (corretagem e custódia) da CA Dealer para a Caixa Central, passando as ordens de bolsa recebidas de clientes a ser enviadas para execução, em nome da Caixa Central, para a Intermoney Valores (participada da CIMD). Envolveu também a aquisição pela Caixa Central de uma pequena participação na CIMD.

Para o exercício das actividades de intermediação financeira no mercado de capitais, designadamente a recepção e transmissão de ordens de bolsa por conta de outrem e o registo e depósito de valores mobiliários, foi constituído o Departamento de Títulos na Caixa Central, que mantém a relação, nesta área especializada, com as CCAM e Clientes do Grupo CA, e assegura a gestão de produtos associados e dos canais onde aqueles serviços são disponibilizados.

Com a colaboração do CA Serviços efectuou-se a instalação e configuração de aplicações informáticas específicas para este negócio e a respectiva integração no RURIS e no CA On-line.

A alienação da CA Dealer concretizou-se a 16/11/2007, procedendo-se, com efeitos em 19/11/2007, à migração das carteiras e contas de títulos de clientes de custódia para a Caixa Central, após prévia comunicação a esses clientes. Este processo envolveu cerca de 6.800 clientes activos com conta no Grupo Crédito Agrícola, e cerca de 1.100 clientes que poderão abrir conta no Grupo Crédito Agrícola, tendo sido importante a colaboração das Caixas Associadas no esclarecimento dos clientes, na recepção de documentação e na abertura de novas contas. Foi garantida aos clientes a manutenção das condições contratuais existentes e a ausência de encargos com a referida transferência de carteira.

A transferência da actividade de custódia para a Caixa Central permitiu passar a disponibilizar funcionalidades de transacção em Bolsa no *Internet Banking* do Crédito Agrícola (CA *On-line*). Incluiu também a recepção de ordens para negociação em contratos de futuros através da Internet, passando o sítio www.cafuturos.pt a ser detido pela Caixa Central.

A reestruturação realizada vai contribuir para uma maior integração e melhor qualidade dos serviços de corretagem e custódia prestados aos actuais Clientes do Grupo Crédito Agrícola, bem como a uma maior sinergia, reduzindo os custos numa perspectiva consolidada.

1.5. Área Internacional, Emigração e Representações no Exterior

1.5.1. Área Internacional

O negócio internacional intermediado pela Caixa Central atingiu, em Dezembro de 2007, 1.550 milhões de euros, representando um crescimento de 42,3% em relação ao ano anterior.

O crescimento ficou a dever-se a operações não documentárias pois as operações documentárias, de maior rentabilidade, tiveram um decréscimo de 12,1%.

Valores em milhares €, excepto %

Evolução do Negócio Internacional	Dez-06		Dez-07		
	Volume	Estrutura %	Volume	Estrutura %	Δ % 06/07
Operações Documentárias	142.956	13,1%	125.657	8,1%	-12,1%
Operações Não Documentárias	946.431	86,9%	1.424.681	91,9%	50,5%
Total	**1.089.386**	**100,0%**	**1.550.338**	**100,0%**	**42,3%**

A quota de mercado, calculada com base em valores de Dezembro de 2007, evoluiu positivamente atingindo 1,6%.

Valores em milhões de €

Quota do C.A.	Nacional(*)	C.A.	Q.M.
Dez-06	87.612	1.089	1,2%
Dez-07	94.160	1.550	1,6%
Δ % 06/07	**7,5%**	**42,3%**	**0,2p.p.%**

(*) Valores referentes ao comércio internacional de mercadorias

Fonte Ministério da Economia e Inovação- Gabinete de Estratégia e Estudos

A actividade internacional foi condicionada pela agitação internacional dos mercados e pelas alterações regulamentares decorrentes do Acordo de Basileia II.

Neste contexto, a análise de risco de contraparte foi considerada uma prioridade pelo que se procedeu, em colaboração com o Departamento Financeiro, à revisão da metodologia para definição de limites de crédito para Instituições Financeiras.

O ano 2007 foi marcado pelo processo de implementação da SEPA (Single Euro Payments Area) que arrancou, na vertente transferências a crédito, em Janeiro de 2008. A Caixa Central foi um dos nove bancos que participaram na fase de testes.

No âmbito deste projecto, o Departamento Internacional participou no Grupo de trabalho interno e nos Comités Directivos da CISP (Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamentos) para além da colaboração que já mantém há alguns anos junto da EBA e dos Bancos Cooperativos participando nos Grupos de Trabalho de Pagamentos.

1.5.2. Emigração e Representações no Exterior

Esta área de negócio está essencialmente vocacionada para o incremento e desenvolvimento do segmento dos clientes não residentes em Portugal, com objectivos estratégicos bem definidos, dos quais destacamos:

- O alargamento da base de clientes;
- A exploração de nichos de mercado ao nível de produtos e serviços especializados e dedicados a emigrantes, imigrantes, empresas não residentes e mercados externos;
- O funcionamento como antena de captação e detecção de oportunidades de negócio, com origem no exterior, para todo o Grupo CA;
- A gestão do negócio, no segmento de não residentes – particulares e empresas –, ao serviço das Caixas Associadas.

Movendo-se em segmentos de clientes e mercados extremamente competitivos, o que foi agravado em 2007 pela grande instabilidade dos mercados financeiros, foi colocada a ênfase da actividade na procura de mercados alternativos que permitam uma expansão num futuro próximo, e também na criação de condições que permitam ao Crédito Agrícola ter uma presença mais competitiva, consubstanciada em maior notoriedade, e em maior e melhor diversificação dos produtos disponibilizados aos clientes.

Emigração

Consequência notória do dinamismo que o grupo Crédito Agrícola tem vindo a imprimir neste segmento de clientes, é o facto de nos últimos anos a quota de mercado do Grupo, quer no que diz respeito aos depósitos, quer principalmente no que diz respeito às remessas de emigrantes, ter crescido a um ritmo bastante apreciável.

O volume de remessas cresceu 13,6% em 2007, atingindo cerca de 320 milhões de euros, aumentando a quota do Grupo para 12,8%, face a 11,6% no ano anterior. Os depósitos no CA registaram, por sua vez, um crescimento de 1,0%, enquanto que os valores totais nacionais registaram um decréscimo de 1,7%. Como corolário verifica-se um crescimento das quotas de mercado do Grupo, em Remessas de Emigração, de 1,2 pontos percentuais e em depósitos de emigrantes de 3,4% para 3,5%.

REMESSAS DE EMIGRAÇÃO

Valores em milhares de €, excepto %

	N.º OPS	VOLUME	Q.M.
2005	330.203	250.194	11.0%
2006	369.788	281.524	11,6%
2007	427.652	319.701	12,8%
Δ 06/07	**15,6%**	**13,6%**	**+1,2 p. p.**

DEPÓSITOS DE EMIGRAÇÃO

Valores em milhares de €, excepto %

	NACIONAL	GRUPO CA	Q.M.
2005	7.792.000	244.085	3,1%
2006	7.365.000	252.764	3,4%
2007	7.240.000	255.312	3,5%
Δ 06/07	**-1,7%**	**1,0%**	**+0,1 p. p.**

Não inclui os DP's de Emigrantes na SFE

De destacar ainda o trabalho que tem sido desenvolvido na gestão e aperfeiçoamento dos protocolos de cooperação com os nossos correspondentes na Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça, que permitem a prestação de um serviço de qualidade a custos reduzidos para os nossos clientes.

Sucursais Financeiras Exteriores

As Sucursais (SFE) do Grupo Crédito Agrícola (Cabo Verde e Madeira) continuam a afirmar-se como meios importantes na captação, diversificação, complementaridade e competitividade do negócio direccionado para os não residentes.

A SFE de Cabo Verde tem vindo a desenvolver uma actividade bastante intensa, constituindo-se como pólo de difusão da imagem do Crédito Agrícola e captação de negócio de interesse para o SICAM e também para várias empresas do Grupo.

No que diz respeito à evolução do negócio que afecta directamente o seu balanço, assinala-se o acentuado crescimento da actividade, que se traduz em activos sob gestão das SFE's da ordem de 63 milhões de euros, o que representa um incremento de mais de 100%.

De assinalar ainda a criação de uma sociedade com o objecto de gestão de activos, domiciliada também em Cabo Verde, e que conta já com diversos projectos de gestão de fundos mobiliários e imobiliários. Desta sociedade espera-se que venha a criar condições para o alargamento da oferta de produtos competitivos aos clientes não residentes em Portugal, e simultaneamente que possa contribuir para a promoção do desenvolvimento do mercado de capitais em Cabo Verde.

Ainda durante o ano de 2007, e com o intuito de desenvolver o negócio com o segmento da imigração, a Caixa Central tornou-se Agente da empresa Western Union, iniciando desta forma a abordagem a este segmento de clientes, com a oferta do serviço de transferências com a máxima rapidez e segurança.

1.6. Áreas de Suporte, Enquadramento e Auditoria

1.6.1. Gestão de Recursos Humanos

A actividade de Recursos Humanos foi, ao longo de todo o ano de 2007, projectada e acompanhada pela imprescindível acção da Comissão Interfuncional de Recursos Humanos e Formação, de que se realizaram 7 reuniões.

Nas diversas áreas destacaram-se as seguintes actividades:

Actividades Jurídico Laborais e Fundo de Pensões

- Criação de modelos de Regulamento Interno sobre Trabalho Suplementar adaptados às CCAM e Empresas do Grupo;
- Elaboração de instrumentos jurídicos de Mobilidade Interna e acompanhamento do processo de transição de colaboradores, designadamente para o CA Serviços;
- Negociação e concretização das alterações das cláusulas de expressão pecuniária, do ACT do Crédito Agrícola por solicitação da FENACAM;
- Acompanhamento do projecto de transição do Fundo de Pensões para a CA Vida e da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões, criada por determinação legal.

Actividades de Recrutamento, Selecção e Mobilidade de Pessoal

- Foram desenvolvidos 98 processos de selecção para o Grupo Crédito Agrícola, tendo sido aplicados testes a 1.646 candidatos e realizadas 404 entrevistas socio-profissionais;
- Foi iniciado novo processo de revisão do Regulamento de Admissões e Mobilidade Interna do SICAM, com vista à obtenção de maior capacidade de resposta e celeridade processual, sem descurar o incremento da qualidade dos resultados.

Tecnologias e Informação para Gestão de Recursos no Grupo CA

- Desenvolvimento da Plataforma de e-Learning do Grupo Crédito Agrícola;
- Realização do IV Encontro de Utilizadores do CAMRH;
- Concretização da adesão da CA Vida, CA Seguros, CA Serviços e CA Informática à Plataforma CAMRH – Portal de Recursos Humanos e módulo de Gestão de Cadastro e Processamento de Salários;

Actividades Formativas/Centro de Formação

Participaram nas diversas iniciativas levadas a cabo – cursos em regime aberto e fechado, cursos promovidos por outras entidades, cursos de ensino à distância e apoio à formação superior - 7.694 formandos (+ 40%), representando um total de 72.352 horas formativas (+ 44%), não estando aqui incluídos os cursos à distância, com um investimento global de 510 milhares de euros (- 11%), o qual foi comparticipado pelo Fundo de Formação em 280 milhares de euros (- 10%).

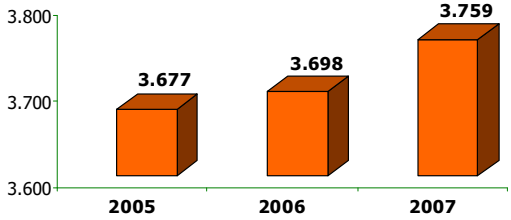
Em 2007, foi alargada a **Bolsa de Formadores Internos** aos colaboradores das Associadas, tendo-se realizado em Maio o "I Encontro de Formadores Internos do CA", concretizando-se em Setembro o primeiro curso com a sua participação.

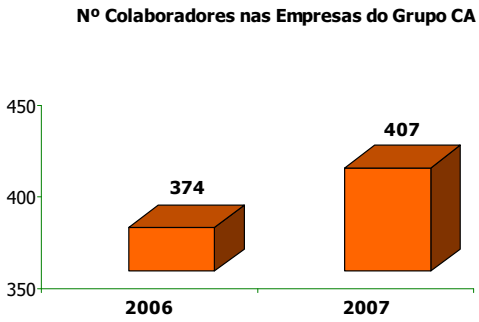
Ainda em 2007 foram concretizadas as primeiras iniciativas em ***e-learning***, com três cursos piloto, concretamente Crédito a Empresas, Excel XP e Mediadores de Seguros Ligados.

Actividades de Gestão de Competências e Desenvolvimento Profissional

- Manutenção das bases de dados do Modelo de Competências dos colaboradores da CCCAM e das CCAM;
- Apoio à implementação do SAGE nas 58 CCAM que solicitaram a adesão ao sistema;
- Conclusão de estudos sobre competências e meios humanos nas CCAM Santo Tirso, Évora, Ferreira do Alentejo, Cantanhede e Mira, Alto Minho, Alto Corgo, Tâmega e Barroso.

Efectivo





1.6.2. Meios Materiais e Logística

Foi dada continuidade à **gestão dos imóveis** provenientes das dações por incumprimento de créditos, quer promovendo a sua divulgação pelos meios tradicionais, junto do potencial mercado, para a sua venda, quer preparando a sua promoção por via do sítio do Crédito Agrícola na internet, entre outras.

Relativamente às **instalações** adequou-se a organização espacial à nova estrutura orgânica da Caixa Central, nomeadamente no Edifício Castilho e no Edifício República.

Com a transferência da CA Vida do Edifício Castilho para o Edifício República, que está hoje ocupado na sua totalidade, procedeu-se, também, a um investimento significativo na rede de comunicações e de sistemas em todo o edifício. Construiu-se uma nova sala de sistemas, que permitiu integrar este edifício na rede cooperativa do SICAM, abrangendo não só esta empresa, como as outras já ali instaladas - CA Consult e a CA Gest. – bem como algumas áreas da Caixa Central.

Concretizou-se o projecto da Caixa Central para o Balcão de Telheiras, que será de referência para o Crédito Agrícola, e cuja abertura se concretizou em final de Fevereiro de 2008. Foram aplicados os materiais da nova imagem, desenvolvidos em 2007, nas suas diferentes componentes. Procurou-se reproduzir um modelo que combinasse o conforto, o espaço e o ambiente de negócio, de forma a minimizar o custo de investimento e de funcionamento. Assinalamos, também, a conclusão do Balcão da Damaia, que entrou em

funcionamento em 21 de Janeiro de 2008. Ainda, em 2007, foram elaborados os três projectos de arquitectura dos futuros Balcões da Caixa Central a abrir na cidade do Porto, cuja execução das obras já decorre, prevendo-se a sua abertura até final de Maio do corrente ano.

No ano em análise procurou-se manter com as Caixas Associadas um contacto que potenciasse a sua sensibilidade para os aspectos mais relevantes da conjuntura em matéria de **segurança** física e comportamental, de forma a ir ao encontro das principais ocorrências verificadas, que se centraram sobretudo na forte incidência sobre os equipamentos de ATM.

No âmbito do programa de modernização da Caixa Central e na sequência da entrada em funcionamento da **Área de Classificação e Custódia Documental**, deu-se enfoque ao desenvolvimento tecnológico e crescimento do novo modelo de arquivo.

Os serviços da Caixa Central adaptaram-se ao modelo implementado, nomeadamente quanto ao recurso às imagens digitais para consulta de documentos, tendo 89% dos pedidos sido respondidos desta forma.

Pretendo alargar este modelo de arquivo às Caixas Associadas, procedeu-se a um levantamento de necessidades, através do envio de um questionário, tendo-se verificado um retorno de resposta de 64,4% das Caixas Agrícolas.

Visando regulamentar a actividade da Área de Classificação e Custódia Documental foi preparado um preçário de enquadramento das actividades do Arquivo, a implementar junto das CCAM e das empresas do Grupo CA, tendo sido elaborado o respectivo contrato modelo. Neste contexto, iniciou-se a contratualização do serviço de arquivo com a CA Vida, CA Gest, CA Informática, CA Serviços e a CCAM de Évora, tendo-se iniciado, já em Janeiro de 2008, a prestação de serviços de custódia de arquivo à CCAM do Algarve e à CCAM de S. Teotónio.

1.6.3. Auditoria Interna

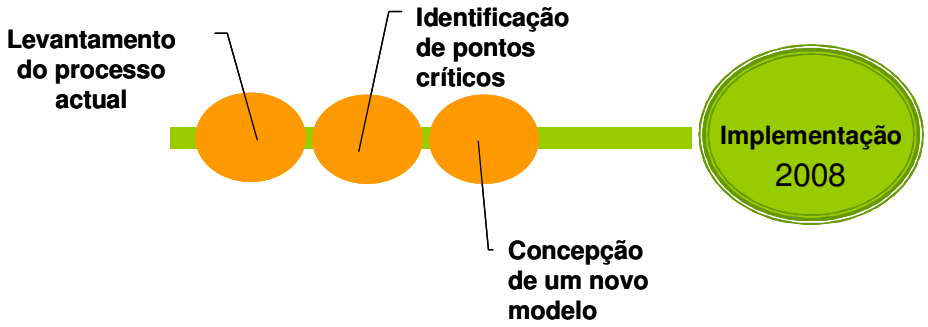
Durante o ano 2007 a actividade desta área foi desenvolvida tendo como vectores de referência os objectivos estratégicos do Grupo Crédito Agrícola, o risco inerente à actividade da Instituição e as regras emanadas da entidade de supervisão, com o objectivo de contribuir para a criação de valor, para o cumprimento das normas e procedimentos regulamentares e para a minimização do risco na organização.

Foi dado seguimento à implementação funcional de um modelo de estrutura resultante da reorganização do Gabinete. Na sequência deste projecto foi desenhado um novo método de gestão interna de processos, assente numa Aplicação Web designada **GESTAI**, a qual já se encontra em funcionamento desde o início do ano 2008.

Na actividade de **Auditoria e Controlo Interno** a outras entidades, consolidou-se a metodologia na execução de Auditoria Interna e Avaliação do Controlo Interno a estruturas diferentes da Caixa Central, tendo alargado o seu universo de entidades auditáveis a Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo.

A intervenção em processos de Investigação, Fraude e Prevenção do Branqueamento de Capitais, bem como a Gestão de Reclamações são actividades exercidas de forma corrente e transversais ao SICAM.

No âmbito da **Gestão de Reclamações**, esta área assegura a análise, resposta e posterior tratamento estatístico. Por forma a satisfazer as novas regras decorrentes da legislação e instruções do Banco de Portugal, imprimir maior rigor nas análises e celeridade nas respostas, proceder à identificação de possíveis áreas problemáticas e sugerir correcções com vista ao aperfeiçoamento dos procedimentos, tem vindo a ser avaliado o processo actual, tendo-se concluído as seguintes etapas:



Quanto ao **Desenvolvimento de Metodologias** para a função Auditoria Interna do SICAM, no ano 2007 foi dada continuidade ao apoio prestado aos Auditores Internos, à manutenção e actualização das ferramentas de trabalho ao dispor dos Auditores e à participação nas actividades da Comissão de Auditoria e Controlo Interno. Nesse sentido, foram desenvolvidos diversos trabalhos, como:

- ✓ Desenvolvimento e disponibilização da Versão 2 do SIAI – Sistema de Informação de Auditoria Interna;
- ✓ Criação de um logótipo da Comissão de Auditoria e Controlo Interno no sentido de certificar os trabalhos por ela realizados;
- ✓ Optimização do Plano de Integração de novos Auditores no Modelo de Auditoria.

No âmbito do desenvolvimento do Modelo de Auditoria Interna para o SICAM, tem sido seguida uma dinâmica de continuidade. As vantagens obtidas pelas Caixas com a função Auditoria Interna implementada na sua estrutura, foram testemunhados por dois Auditores no III Encontro de Quadros do Grupo CA:

De forma a optimizar o funcionamento da **Comissão de Auditoria** adoptou-se uma nova metodologia de trabalho, através da constituição de 4 Grupos, especializados em diferentes áreas.

1.7. BancaSeguros

1.7.1. Seguros – Ramos Reais

No desenvolvimento da sua estratégia, a CA Seguros continua a assumir como central a actividade de BancaSeguros, privilegiando a sua ligação ao Crédito Agrícola no âmbito de um quadro institucional de cooperação e de partilha de resultados, com o objectivo de prestar um serviço de elevada qualidade assegurando elevados níveis de protecção a todos os Clientes na Área dos Seguros Não Vida.

A implementação desta estratégia passa por um incentivo a um maior envolvimento de todos os Colaboradores do Crédito Agrícola, cuja eficácia se revelou no contínuo aumento do número de Balcões e de Colaboradores que comercializam seguros. Do total de cerca de 3.500 Colaboradores do Crédito Agrícola, 2.248 efectuaram vendas em 2007 o que representa um crescimento de 4,1% em relação a 2006.

O ano de 2007 ficou ainda marcado pela implementação de um novo modelo de determinação das remunerações de mediação de seguros às CCAM, o qual introduziu um maior enfoque nos Clientes e Produtos mais rentáveis e garantiu um crescimento da taxa média de remuneração para o conjunto das CCAM de 17,7% em relação ao ano anterior.

O ano de 2007 foi, sem dúvida, marcado ao nível do *marketing* pelo desenvolvimento e lançamento do Cartão CA Seguros. Com *design* inovador e distinto, o Cartão CA Seguros é, antes de mais, um Cartão Cliente, *co-branded* com a Caixa Central, multifuncional e válido em toda a rede Visa, com isenção de anuidade, flexibilidade de pagamentos e com a oferta de um seguro de uso fraudulento.

Continuou a aposta nas acções de *marketing* local dando-se um apoio concreto à dinamização da actividade nas CCAM envolvidas.

Participou-se, também, ao nível das campanhas integradas com o Departamento de Marketing da Caixa Central, procurando-se capitalizar sinergias ao nível do *cross-selling* de Produtos Bancários e de Seguros.

A II Convenção Anual da CA Seguros contou com a presença dos Colaboradores das CCAM que atingiram os objectivos necessários para essa qualificação. As viagens no âmbito do sistema de incentivos distinguiram igualmente os Colaboradores das CCAM com melhor performance na venda de seguros que referem estas iniciativas como um dos factores mais motivantes para a contínua melhoria da sua performance comercial.

Unidade: milhares de euros

Rubrica	2005	2006	2007
Prémios Brutos Emitidos	61.856	65.442	68.516
Activo	107.103	124.920	133.048
Capitais Próprios	15.993	19.144	23.463
Resultado Líquido	3.313	3.763	4.206
Nº Colaboradores no final do ano	106	112	125

Os Prémios Brutos Emitidos ascenderam a 68,5 milhões de euros, um crescimento de 4,7% face ao ano anterior, com a continuada redução do peso do Seguro de Colheitas, cujos prémios se reduziram 9,8% em 2007. Excluindo o Seguro de Colheitas, que representa agora apenas 9,0% na carteira de seguros, os prémios dos restantes Produtos aumentaram 6,4%, enquanto o conjunto do mercado Não Vida cresceu apenas 0,4%.

A boa performance ao nível da Produção Nova teve um impacto positivo sobre a dimensão da carteira de seguros, que atingiu 281 mil apólices em vigor a 31 de Dezembro de 2007, um aumento de 12,5% em relação ao final de 2006. Da mesma forma, o número de Clientes com apólices em vigor aumentou 9,4%, de 145 mil para 159 mil, tendo-se verificado um aumento do número médio de apólices por Cliente, de 1,72 em 2006, para 1,77 em 2007.

A Margem Técnica, calculada antes dos Custos por Natureza a Imputar e antes dos Rendimentos dos Investimentos Financeiros, registou um crescimento de 8,2%, reflectindo a melhoria global na Margem Após Sinistros. A Margem Técnica aumentou, representando 27,7% dos Prémios Adquiridos, enquanto em 2006 representava 25,6%.

Em 2007, a taxa de sinistralidade global reduziu-se de 59,5% para 49,6%, mas esta evolução ficou a dever-se parcialmente à redução do custo de um sinistro grave ocorrido em 2006, relativamente à provisão constituída. Sem o efeito desse sinistro, a taxa de sinistralidade teria sido de 55,9% em 2006 e de 51,0% em 2007.

O aumento dos custos comerciais em 2007 reflecte o aumento, em 17,7%, das remunerações de mediação de seguros. Os "Custos por natureza a imputar", excluindo as remunerações de mediação de seguros, registaram um aumento de 5,0% em 2007, o que representa uma desaceleração do crescimento destes custos, que no ano anterior haviam aumentado 13,5%.

O aumento nos "Custos com o pessoal" em 2007, demonstra uma estabilização da massa salarial. O crescimento verificado nesta rubrica de 5,3% inclui os efeitos decorrentes do Acordo Colectivo de Trabalho, do aumento de Colaboradores e da evolução de carreiras.

Os "Fornecimentos e serviços externos" incluem diversas despesas relacionadas com a implementação de exigências legais normativas, no que diz respeito à adopção das Normas Internacionais de Contabilidade e à implementação do projecto de Gestão Integrada do Risco. No seu conjunto, as despesas relacionadas com estes projectos geraram um custo adicional de 610 mil euros em 2007.

Reflectindo os aspectos referidos, os "Custos operacionais" registaram um aumento de 8,0% em 2007, mas esse aumento ficou a dever-se essencialmente ao forte crescimento das "Remunerações de mediação de seguros".

Os Investimentos Financeiros cresceram 15,3%, traduzindo o efeito do aumento da actividade, da carteira de seguros e das provisões técnicas. Os Resultados dos Investimentos Financeiros reduziram-se 4,3% em 2007, reflectindo a evolução negativa dos mercados accionistas, a qual provocou uma performance claramente desfavorável das unidades de participação dos Fundos geridos pela CA Gest, comparativamente a 2006. De referir o forte crescimento dos juros e outros rendimentos fixos, os quais permitiram manter praticamente o Resultado dos Investimentos Financeiros ao nível de 2006.

Os "Resultados antes de impostos" situaram-se em 5,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 11,1% relativamente ao ano anterior e constituiu o melhor resultado de sempre da CA Seguros.

A evolução favorável da exploração explica-se integralmente pela melhoria das Margens Técnicas, já que o contributo dos rendimentos financeiros para o Resultado não aumentou em 2007.

Pela primeira vez desde o início da sua actividade, a Assembleia-Geral da CA Seguros deliberou efectuar o pagamento de Dividendos aos Accionistas, no montante de 525.617 euros, o que corresponde a 12,5% do Resultado Líquido do Exercício

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução favorável, traduzida num continuado aumento dos Capitais Próprios e numa melhoria do nível do cumprimento das Garantias Financeiras.

As responsabilidades relativas aos Segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2007, quer ao nível da representação das Provisões Técnicas, quer ao nível da Margem de Solvência, em que a taxa de cobertura aumentou de 185% em 2006, para 221% em 2007.

Os Activos elegíveis para a representação das Provisões Técnicas asseguravam uma grau de cobertura destas de 130%.

1.7.2. Seguros – Ramo Vida

A produção realizada em 2007 permitiu à CA Vida manter o lugar nas 10 maiores Companhias de Seguros de Vida.

De realçar que a maior Companhia de Resseguros a operar em Portugal, a *Swiss Re*, atribuiu à CA Vida a distinção de Companhia de Seguros de Referência na Península Ibérica.

Dando continuidade ao esforço de desenvolvimento do Grupo Crédito Agrícola, a CA Vida participou activamente nas Comissões de Formação e Recursos Humanos, de Organização, Meios de Informação e de Marketing e Venda Cruzada, bem como nas diversas nas Campanhas Institucionais.

Na gestão da actividade de Fundos de Pensões, para além da evolução da produção dos dois Fundos de Pensões Abertos, – CA Reforma Tranquila e CA Reforma Mais - procedeu-se à transferência do Fundo de Pensões do Grupo CA.

No seguimento do processo de renovação da imagem institucional da Companhia iniciado no ano anterior, o ano de 2007 traduziu-se num ano de adaptação das restantes peças de comunicação e de material existente.

Sendo a comunicação directa com o canal bancário um meio por excelência de proximidade com os Colaboradores das Caixas Agrícolas e, em simultâneo, com os seus Clientes, apostou-se numa informação regular, precisa e clara, utilizando as novas tecnologias como forma de estar cada vez mais próximo e de uma forma mais rápida junto dos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola.

O total de cobranças efectuado pela CA Vida teve, em 2007, um crescimento de 17,8%, sendo que grande parte deste crescimento se deve a um aumento significativo no volume das Contribuições para Fundos de Pensões.

Ao nível da produção de apólices, a CA Vida superou os objectivos a que se tinha proposto. No entanto, relativamente à concretização do volume de prémios cobrados, pode verificar-se uma diminuição significativa dos prémios médios por apólice, que traduz a reacção do canal de distribuição à diminuição de captação de negócios de maior volume. As incertezas quanto à situação económica do nosso país durante grande parte do ano, reflectiram a reduzida disponibilidade dos Clientes em investir em soluções de poupança.

Passados que estão nove anos de actividade e considerando a maturidade média da carteira das Protecções Capitalização, registou-se relativamente a vencimentos, a saída de 22,6 milhões de euros e pela via dos resgates, 17,6 milhões de euros que retornaram às contas dos Clientes nas Caixas Agrícolas o que demonstra claramente que o eventual efeito da "canibalização dos depósitos" não se coloca.

Está chegada a fase em que com o negócio existente se pode fazer novo negócio, optimizando-se os níveis de satisfação de todos os intervenientes. Para potenciar estas oportunidades a CA Vida desenvolveu algumas alterações aos seus procedimentos por forma a contribuir para o sucesso destas iniciativas.

O comissionamento diferenciado praticado pela CA Vida tem-se revelado um factor determinante no envolvimento das Caixas Agrícolas, nomeadamente a aplicação quer do extra-comissionamento nas Protecções ao Risco (quando associadas ao cumprimento dos

objectivos totais de prémios cobrados), quer nas campanhas nacionais onde a facturação atinge maior volume.

De realçar, o número de Caixas Agrícolas que superaram os objectivos de prémios cobrados em 2007 foi de 34, o que corresponde a 33% das Caixas Agrícolas, e 271 foi o número de Balcões que cumpriu os objectivos correspondendo a 41% dos Balcões.

Mais uma vez evidenciam-se os impactos das duas campanhas de maior sucesso no grupo, Super Depósito Investimento 2007 e Protecção Reforma Investimento, as quais mais uma vez permitiram às Caixas Agrícolas a captação de novos recursos e a fidelização dos seus Clientes.

No decorrer do ano de 2007 foi efectuada uma reorganização profunda nas Áreas Internas da Companhia, que teve como intuito, dotar as áreas envolvidas com um reforço de competências, reengenharia, melhoria de processos e procedimentos que, para além de se traduzirem numa melhoria contínua do nível de serviço prestado tanto a Caixas Agrícolas como a Clientes, também contribuem para uma eficaz gestão de processos no âmbito do controlo de riscos.

O sistema "Core" foi objecto de uma actualização que englobou tanto a estrutura de dados como a de Menus. Esta actualização tornou mais eficaz a consulta e a disponibilização de informação quer ao nível interno, quer ao nível dos vários interfaces com sistemas externos. A estrutura de Menus foi também objecto de actualização, agilizando a interacção dos utilizadores com o sistema, elevando, assim, os níveis de serviço prestados a Clientes e Caixas Agrícolas.

Foram tomadas as iniciativas necessárias para a adequação da Companhia às directivas regulamentares do sector, nomeadamente no que respeita à Gestão de Riscos e Controlo Interno, tendo como objectivos a redução do risco operacional e o aumento da produtividade.

No que respeita aos projectos desenvolvidos no seio do Grupo CA, destaque-se a participação activa no projecto ELO/Cliente Grupo – Plataforma de integração de Sistemas do Grupo, que permitiu que a informação relativa a Clientes Vida fosse canalizada para a Base de Dados de Cliente Grupo, possibilitando à referida plataforma uma visão global do Cliente no seio do Grupo e contribuindo para a dinamização e potenciação da venda cruzada de produtos.

No ano de 2007, a CA Vida apresentou um volume de negócios de 141 milhões de euros o que representou um decréscimo de 4% quando comparado com o ano anterior.

Apesar do crescimento alcançado nos produtos de Risco e em Fundos de Pensões (cuja comercialização se iniciou em finais de 2006), o decréscimo no montante total de prémios verificou-se como consequência da variação registada nos Produtos de Capitalização.

Valores em milhares de €, excepto %

Prémios Brutos Emitidos e Contribuições para Fundo de Pensões	2006	2007	Δ% 06/07
Prémios Risco	15.937	17.362	8,9%
Prémios de Capitalização	130.870	123.634	-5,5%
Sub-Total Prémios	**146.807**	**140.996**	**-4,0%**
Fundos de Pensões	**98**	**32.073**	**32542,2%**
Total Cobranças	**146.906**	**173.068**	**17,8%**

Os custos com sinistros aumentaram na sua globalidade, com maior impacto nos Produtos de Poupança, com especial destaque para os vencimentos e para os sinistros pagos por falecimento ou invalidez que registaram um crescimento de 177% e 54%, respectivamente, trata-se de um desenvolvimento normal dado o crescimento da carteira, a antiguidade média dos contratos e os vencimentos de Apólices de Capitalização.

Valores em milhares de €, excepto %

	Custos com sinistros	2006	2007	Δ% 06/07
Risco	Montantes Pagos	4.889	6.164	26,1%
	Provisão para Sinistros (Variação)	56	1.498	2587,6%
	Total	**4.945**	**7.663**	**55,0%**
Capitaliz.	Montantes Pagos	21.909	42.014	91,8%
	Provisão para Sinistros (Variação)	321	-307	-195,4%
	Total	**22.230**	**41.708**	**87,6%**

Nota: Os valores não incluem custos de gestão imputados.

Num cenário, de forte instabilidade do mercado de capitais a CA Vida foi muito afectada na rentabilidade dos Activos, situação que se veio a reflectir nos resultados da Companhia.

Assim, o Resultado após Impostos cifrou-se em 4,4 milhões de euros, apesar do reforço de 618 mil euros na provisão específica para fazer face ao envelhecimento da carteira de Clientes, pelo que o seu valor no fim do exercício era de 4.380 mil euros.

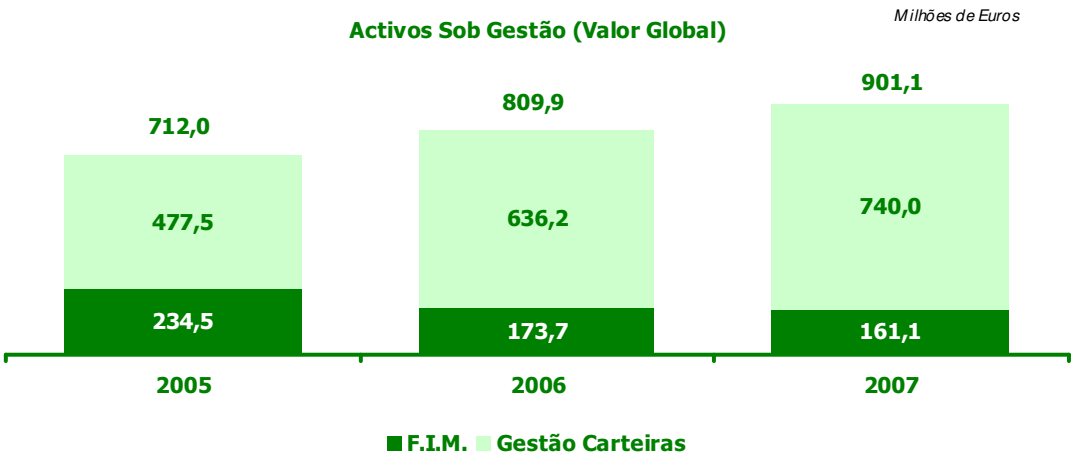
Valores em milhares de €

CRÉDITO AGRÍCOLA VIDA	2005	2006	2007
Activo Líquido	389.949	522.383	599.796
Situação Líquida	19.057	27.736	31.260
Resultado Líquido	5.093	6.313	4.418
Nº Colaboradores efectivos	27	32	32

1.8. Banca de Investimento

1.8.1. CA Gest

O valor global dos activos sob gestão da CA Gest apresentou em Dezembro de 2007 um crescimento homólogo de 11,3%, claramente acima do sector que apresentou um crescimento modesto de 1,3%, totalizando 901,2 milhões de Euros.



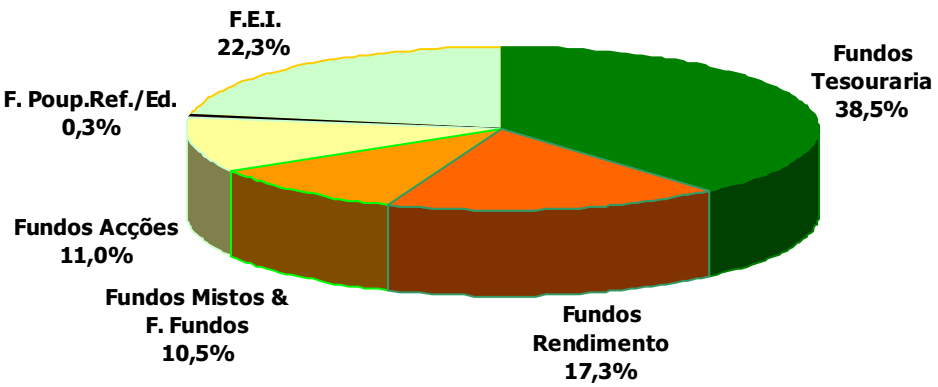
O valor líquido global dos fundos de investimento mobiliário geridos pela CA Gest e comercializados pelo CRÉDITO AGRÍCOLA totalizou 161,1 milhões de euros, em Dezembro de 2007, o que corresponde a uma diminuição de 7,2% face a Dezembro de 2006, ainda assim menor do que a verificada neste subsector do mercado.

Esta evolução resultou, no essencial, das reduções dos montantes investidos nos fundos Raiz Tesouraria e Raiz Rendimento, cujos valores globais líquidos diminuíram 29,8% e 28% respectivamente, em resultado da perda de competitividade destes produtos, designadamente face aos depósitos a prazo, decorrente do efeito conjugado da subida das taxas de juro e da maior agressividade das instituições bancárias na captação de recursos, situação que se agravou significativamente no segundo semestre, face à redução da liquidez do sistema financeiro desencadeada pela crise do mercado hipotecário de alto risco.

O fundo de acções europeias registou uma diminuição do valor global líquido de 3,9 %, face à evolução negativa do movimento de subscrições e resgates. O valor global líquido do fundo misto não registou alterações apreciáveis.

O fundo Raiz Poupança Reforma-Educação continuou a registar a transferência de PPR/E para outras entidades gestoras, designadamente para a Crédito Agrícola Vida, à semelhança do que já se havia verificado nos anos anteriores, em resultado da preferência de participantes pelos produtos de Poupança Reforma e Poupança Educação daquela seguradora, os quais oferecem uma taxa de rentabilidade mínima de 3%.

Activos sob Gestão por Tipo de Fundo



Gestão de Carteiras e Diversificação da Oferta

O montante sob gestão de carteiras de clientes registou em 2007 um crescimento de 16,3%, atingindo 740 milhões de Euros no fecho do exercício, o que representa um acréscimo de 103,8 milhões de euros face ao final de Dezembro do ano anterior.

O montante sob gestão das carteiras de clientes institucionais aumentou 18,6%, enquanto as carteiras de clientes particulares registou um decréscimo de 13,7%, em resultado do encerramento de carteiras decorrente do aumento da aversão ao risco por parte deste tipo de investidores.

O crescimento do montante das carteiras sob gestão da sociedade acima da média do subsector é responsável pelo ligeiro ganho de quota de mercado (1,1% em 2006 e 1,2% em 2007).

A CA Gest prosseguiu a sua política de diversificação dos produtos que coloca à disposição dos seus clientes, tendo lançado em 2007 dois novos fundos especiais de investimento fechados, designados Raiz Valor Acumulado e Raiz Top Capital.

O Serviço de Dinamização Comercial, integrado por gestores especializados e reforçado em 2007, conferiu novo impulso à comercialização dos produtos e serviços da CA Gest pelas entidades integrantes do SICAM, designadamente através da celebração dos Protocolos de Comercialização, da implementação de campanhas de lançamento dos novos fundos e pela Formação dos agentes das entidades comercializadoras.

Principais Indicadores Financeiros

Unidade: milhares de euros, excepto %

CA Gest	2006	2007	Δ %
Margem Financeira	45	99	117,2%
Produto Bancário	1.863	2.085	11,9%
Custos de Funcionamento	1.256	1.471	17,1%
Resultado antes de Impostos	607	615	1,3%
Resultado Líquido Exercício	424	423	-0,3%
Activo Total (líquido)	3.197	3.634	13,7%
Total de Capital	2.756	3.179	15,3%

A margem financeira, constituída, no essencial, pela remuneração das aplicações financeiras da sociedade, mais do que duplicou no exercício de 2007 em relação ao exercício anterior, em resultado, quer do aumento do montante médio aplicado, quer da variação positiva das taxas de juro.

As comissões de gestão, de subscrição e de resgate, auferidas pela sociedade, registaram um crescimento de 2,1%. Contudo, em virtude da redução na comercialização dos Fundos de Investimento Mobiliário traduziu-se numa diminuição de 16,8% das comissões de comercialização pagas à Caixa Central e às CCAM's, que, ainda assim, atingiram os 703,1 mil euros. Neste quadro, as comissões líquidas registaram um aumento de 10,7%.

A sociedade indemnizou o fundo de investimento mobiliário Raiz Europa em 71,3 mil euros, tendo igualmente registado outras perdas de carácter extraordinário no valor de 6,9 mil euros. Por outro lado, a sociedade registou outros proveitos de exploração, de carácter não recorrente, no valor de 39.874,70 euros. Assim, os Outros Resultados de Exploração, contribuíram negativamente para a exploração do exercício em 47,7 mil euros.

A recomposição e reforço do quadro de colaboradores da sociedade, parte do qual se havia iniciado em 2006, mas cujo impacto nos custos só foi integralmente reflectido em 2007, conduziu a um agravamento dos custos com pessoal de 30,8%. Este agravamento esteve na base do crescimento de 17,1 % dos custos de funcionamento, já que os restantes custos desta natureza registaram aumentos modestos e abaixo do ritmo de crescimento dos proveitos.

Os resultados antes de impostos registados em 2007 situaram-se ao nível do ano anterior (+1,3%), o mesmo acontecendo com os resultados líquidos (-0,3%).

Os activos totais aumentaram 13,7% e os capitais próprios atingiram os 3,2 milhões de euros, constituindo suporte adequado ao desenvolvimento previsto para a actividade da sociedade e para o crescimento dos montantes sob gestão.

1.8.2. CA Consult

O exercício de 2007 foi o terceiro ano completo de actividade da Sociedade no quadro da nova missão e objectivo estratégico que presidiram à sua refundação em Dezembro de 2004. As linhas orientadoras continuaram a ser dotar o Grupo Crédito Agrícola de uma Unidade de banca de negócios, prosseguindo o objectivo estratégico de contribuir para a oferta de um serviço global e integrado aos clientes do Grupo Crédito Agrícola complementando, e potenciando, os negócios de banca, seguros e intermediação financeira não bancária.

No exercício da sua actividade, a CA Consult incrementou a sua notoriedade enquanto entidade de assessoria de Gestão ao sector do ***Agribusiness***, em grande medida preconizada através da actuação na fileira do vinho e hortícolas. Este trabalho permitiu consolidar conhecimento sectorial, diversificar a carteira de clientes e direccionar este *know how* para a exploração de oportunidades de consolidação empresarial e aquisições alavancadas nos Fundos de Capital de Risco disponíveis no Grupo.

Não obstante esta actuação no sector do *Agribusiness*, a CA Consult tem vindo progressivamente a posicionar-se em outros sectores de actividade, sendo as Energias Renováveis, a Saúde e as Parcerias Público-Privadas na área de concessões, as áreas de particular importância na actividade da Sociedade em 2007.

Permanecem assim os objectivos de diversificação e de complementaridade de produtos e serviços disponibilizados pelo Grupo Crédito Agrícola.

No que respeita à área de **Capital de Risco**, em 2007 num quadro de conjuntura desfavorável para este sector, a CA Consult acompanhou o desempenho sectorial que se traduziu na apreciação de 18 intenções de investimento (menos 3 que em 2006), que originaram 11 propostas de participação (menos 1 que no ano anterior). Durante o ano foram tomadas participações em 2 empresas tendo o investimento realizado atingido 6 milhões de Euros dos quais 1,9 milhões de Euros suportados por fundos geridos pelo Crédito Agrícola.

Quanto às áreas de **Assessoria Financeira e de Gestão** a CA Consult em 2007 procedeu ao desenvolvimento de projectos de estratégia de mercado e de consolidação operacional em 2 regiões (Douro e Minho), em 4 adegas cooperativas. Estes projectos foram

executados, tendo em conta os objectivos de política definidos pelo MADRP – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, encontrando-se a aguardar a aprovação de portarias; desenvolveu-se um Plano de Negócio no sector dos azeites e a estruturação de uma operação de *leveraged finance* no sector dos vinhos (ainda em curso), tendo sido desenvolvidas análises sobre o sector do vinho e azeite.

No final do ano foi realizado um estudo detalhado sobre a performance de 5.000 empresas em Portugal e Espanha, a actuar em múltiplos sectores do *AgriBusiness*.

A CA Consult explorou ainda contactos em Cabo Verde, que se espera virem a resultar em projectos no *AgriBusiness*.

Nos outros sectores de actuação angariaram-se dois mandatos: um para a venda de parte de capital de um operador hospitalar e outro de venda de participação em central eléctrico-produtora no sector das energias renováveis.

Em 2007 foram concluídos os projectos de assessoria à Estradas de Portugal, Entidade Pública Empresarial no âmbito da Concessão IC24 e o de assessoria no âmbito da Concessão do Terminal de Granéis Alimentares de Leixões.

Já em Março de 2008 finalizou-se uma operação de venda de 30 unidades de saúde a um grupo internacional do sector, mandato este iniciado em finais de 2006.

Numa perspectiva financeira e de indicadores de performance, os proveitos operacionais da CA Consult mantiveram-se acima dos 1,5 milhões de Euros, reflectindo a evolução do negócio, a angariação de clientes e espelhando os esforços de promoção comercial que também caracterizaram os anos anteriores.

A rentabilidade dos capitais próprios foi positiva (29%), mas inferior a 2006, fundamentalmente porque a empresa foi capitalizada com fundos próprios provenientes da retenção de resultados do exercício de 2006.

O resultado líquido de 2007 ascendeu a 94 mil euros representando quase o dobro do capital social e 29% dos capitais próprios.

Unidade: milhares de euros

CA Consult	2005	2006	2007
Activo Líquido	425	664	768
Situação Líquida	233	327	421
Resultado Líquido	99	93	94
Nº Colaboradores efectivos	8	12	17

1.9. Sistemas de Informação e Empresas Instrumentais

No seguimento das linhas de orientação estratégica do Grupo para as actividades associadas aos sistemas de informação e alguns serviços operacionais, e em articulação estreita entre a Caixa Central, a CA Informática1 e o CA Serviços1, o exercício de 2007 correspondeu ao quarto ano de execução do Programa de Modernização dos Sistemas e Tecnologias de Informação, designado internamente por **Programa RURIS+**.

O CA Serviços no âmbito de um vasto processo de reestruturação que teve os seus reflexos neste exercício, nomeadamente através da transferência reversível de recursos humanos quer da CA Informática quer da Caixa Central e fazendo jus ao seu lema de "Serviços integrados, Benefícios partilhados" corresponde a uma opção da autonomização da gestão na área dos serviços internos do Grupo Crédito Agrícola, visando alcançar designadamente:

- Uma organização orientada para a criação de valor, através do recurso a renovadas formas de organização e de processos;
- O desenvolvimento mais especializado das actividades nucleares das diferentes entidades que compõem o Grupo, tendo em vista a melhoria dos indicadores de gestão individual das diferentes entidades do Grupo;
- A gestão de um Centro de Serviços Partilhados, no sentido de transformar as tradicionais relações associadas à centralização e normalização de actividades, em novos conceitos de gestão dos serviços internos numa lógica de cliente/fornecedor com apuramento de resultados por actividades e consequente atribuição de responsabilidades, nomeadamente, através da contratualização e da fixação de níveis de serviço.

No âmbito deste processo de mudança organizacional e estrutural supra referido acentuou-se a especialização da actividade da CA Informática na gestão das instalações, que incluem o centro de processamento de dados e as componentes físicas **do Plano de**

[1] A CA Informática – Sistemas de Informação, SA é a nova designação da Rural Informática, Serviços de Informática, SA em conformidade com a nova simbologia e imagem adoptadas pelo Grupo Crédito Agrícola.

Continuidade de Negócio, e na gestão de activos baseados em tecnologias e sistemas de informação e comunicação do Grupo Crédito Agrícola.

Do ponto de vista do **Plano de Continuidade de Negócio**, cuja importância vai muito para além das imposições legais e de diminuição do risco operacional do Grupo, foram realizadas acções de simulação de situações de emergência (simulacros) envolvendo um alargado número de entidades, em especial de Caixas Associadas. Os resultados obtidos revelaram um nível de sucesso bastante apreciável e dentro dos parâmetros definidos para este tipo de situações.

No plano de desenvolvimento do RURIS+, foram equacionados vários desafios, pressupostos e vectores essenciais que se encontram explicitados no capítulo 3 deste relatório (Execução do Programa de Modernização) onde também serão descritos , em termos de concretização (produtos acabados ou em fase de piloto), os projectos mais relevantes do exercício de 2007.

Para além desses, foram ainda identificados os seguintes objectivos para enquadrar a actividade do CA Serviços:

- Introdução de um sistema de gestão do tempo de forma a aumentar a capacidade de execução de projectos e melhorar os níveis de produtividade;
- Implementação de novos processos conducentes a um estádio de maturidade organizacional mais avançado no desenvolvimento de sistemas de informação (nível 2 do CMMI – "*Capability Maturity Model Integration*"). A este nível é de destacar que o CA Serviços é já uma entidade certificada pelo *Software Engineering Institute* com este grau de desenvolvimento e qualidade, de acordo com as normas internacionais de referência;
- Início de uma nova fase na avaliação de desempenho tendo em vista, entre outros aspectos, melhorar a equidade interna e promover a meritocracia, retribuindo os colaboradores em função do seu nível de desempenho.

---

[1] O CA Serviços – Centro de Serviços Partilhados, ACE é a nova designação do SICAMSERV – Serviços Informáticos e de Gestão, ACE em conformidade com a nova simbologia e imagem adoptadas pelo Grupo Crédito Agrícola.

Houve ainda que proceder a um conjunto de outras acções/projectos de natureza imperativa, por se referirem a matérias de natureza legal, regulamentar, comunicacional ou de criticidade elevada, nomeadamente:

- No âmbito da transferência de pessoal quer da CA Informática quer da Caixa Central, houve que proceder a um alinhamento organizacional ajustado a essa realidade, bem como às novas exigências que se colocaram do ponto de vista dos processos e das exigências legais;
- A autonomização organizacional de um Gabinete de Gestão da Segurança com uma missão inicial centrada na definição de uma política de segurança seguindo a norma ISO 27002;
- A criação de um Comité de Gestão de Pedidos de Sistemas de Informação, com a missão de proporcionar uma adequada prioritização e um melhor alinhamento entre as expectativas das Caixas Associadas e as capacidades existentes;
- O reforço das componentes específicas do Plano de Continuidade de Negócio, em especial na vertente de gestão de activos, bem como na realização de simulacros, pondo à prova os dispositivos desenvolvidos e envolvendo um alargado número de Caixas Associadas.

Paralelamente foi reforçado o papel instrumental nos domínios da comunicação e formação que tem vindo a ser desempenhado pelo Departamento de Acompanhamento das Caixas (DAC). Este continuou a ter, como eixos principais, a promoção da melhoria contínua na comunicação com as Caixas Agrupadas e Associadas, a correcta percepção do nível de desempenho dos sistemas de informação face às necessidades do negócio, bem como o acolhimento de necessidades e sugestões para um correcto alinhamento entre as necessidades de informação e os SI/TI do Grupo Crédito Agrícola e, por último, a realização de acções pedagógicas e de formação (num contexto de utilização dos SI/TI) aos utilizadores.

No decurso desta actividade do DAC, assume particular importância a sua acção no seio do novo Comité de Gestão de Pedidos de SI/TI, entretanto criado. Neste contexto, o DAC assumiu a responsabilidade de coordenação dos trabalhos de modo a garantir que os pedidos SI/TI avaliados por esta estrutura são implementados de acordo com as

prioridades definidas, tendo estado envolvido na preparação dos trabalhos de operacionalização do Comité.

Durante o ano concluíram-se as obras de ampliação das **instalações** da CA Informática o que permitiu acomodar melhor um maior leque de serviços e de pessoas. De notar, que para além dos quadros de pessoal da CA Informática e do CA Serviços, há ainda a considerar um alargado número de pessoas em regime de "outsourcing" ou de colaboradores e quadros de entidades externas prestadoras de serviços por prazos mais ou menos prolongados, para além de um pequeno quadro de pessoal afecto ao Balcão da Damaia da Caixa Central.

Na **gestão de activos de base tecnológica**, pese embora a actividade crescente registada e os ganhos de eficiência e de preços, ainda se dispõe de um largo espaço de melhoria, nomeadamente, no que se refere à monitorização dos níveis e qualidade dos serviços contratados e à aferição de preços pela auscultação mais assídua de fornecedores alternativos no mercado.

Estas actividades procuram associar a melhoria do processo de compras (incluindo o seu planeamento com base numa actividade que se pretende interactiva com todas as Caixas Associadas) – aliada a uma maior capacidade negocial derivada das compras agrupadas e do correspondente efeito escala –, com a disponibilidade do seu uso por qualquer empresa ou entidade do Grupo sem o ónus financeiro da sua aquisição e com os benefícios da gestão da obsolescência e dos incidentes decorrentes desse uso, para além de outros, nomeadamente, a da mobilidade interna e esgotamento da vida útil.

Numa outra vertente das mais valias desta actividade, devemos referir a que resulta dos fornecedores, nomeadamente, através da avaliação do preço e da qualidade dos seus produtos e serviços, bem como o seu nível de desempenho, garantia e serviços de assistência, incluindo a subsequente monitorização do correspondente nível de serviços.

No decurso de 2007, as actividades associadas aos serviços RIMO tiveram um incremento de 33% relativamente ao ano transacto, sendo a quantidade de activos SI/TI geridos no final de 2007 de 18.694 unidades, distribuídas ou localizadas, na sua esmagadora maioria, nas Caixas Associadas.

Este grande incremento de activos deve-se, neste exercício, essencialmente à implementação do Projecto TREVO+, à abertura de novos Balcões, bem como ao crescimento normal dos serviços em todo o Grupo Crédito Agrícola.

Os indicadores comparados da CA Informática encontram-se descritos no quadro seguinte, sendo de destacar pela a sua natureza e razão de ser como empresa de serviços auxiliares na prestação de serviços informáticos ao Grupo Crédito Agrícola o especial esforço financeiro e de organização a que tem sido sujeita, nomeadamente no processo de renovação e gestão do parque informático e de comunicações do Grupo.

Valores em milhares de euros

CA Informática	2005	2006	2007
Activo Líquido	40.904	45.207	43.177
Situação Líquida	4.929	4.947	4.975
Resultado Líquido	50	17	29
Nº Colaboradores efectivos	174	180	9

No CA Serviços, dada a natureza do Agrupamento e igualmente o seu objecto de serviços auxiliares e de ser o centro de serviços partilhados do Grupo, o resultado do exercício é nulo. Todavia, considerando que são utilizados preçários de referência que têm por base estimativas orçamentais para os diferentes serviços que o ACE presta, baseados em "drivers" de distribuição associados às actividades desenvolvidas pelos membros, verificou-se um excedente residual de pouco mais de 29,7 mil euros. Este valor foi creditado aos membros, conforme se encontra previsto estatutariamente, de forma proporcional aos serviços prestados antes de encerradas as contas do exercício.

Valores em milhares de euros

CA Serviços	2005	2006	2007
Activo Líquido	27.484	32.516	41.537
Total de Custos	28.015	30.152	32.408

Refira-se que, nos últimos 3 exercícios, tem sido efectuado um significativo esforço de investimento nos sistemas e tecnologias de informação, com natural relevância no acréscimo de custos incorridos.

1.10. FENACAM

A FENACAM encerrou o exercício de 2007 com um Resultado Líquido positivo de € 170 milhares de euros.

Unidade: milhares de euros

FENACAM	2005	2006	2007
Activo Líquido	5.574	5.764	6.312
Situação Líquida	3.180	3.169	3.304
Resultado Líquido	198	-11	170
Volume Negócios	3.417	3.511	5.944
Nº Colaboradores	50	50	51

Para os resultados obtidos contribuiu sobremaneira o Centro de Produção Documental (CPD), responsável pela quase duplicação do volume de negócios. Tendo em consideração os proveitos decorrentes da actividade do CPD, orçamentados prudentemente, a Direcção decidiu devolver 20% da quotização variável às Associadas, no final do exercício.

Serviço de Apoio Técnico Agrário (SATA)

A actual estrutura do SATA reflecte a tendência de trabalho dos últimos anos – aumento progressivo da componente Avaliações Imobiliárias e redução muito significativa da Assistência Técnica e da Elaboração dos Projectos de Investimento.

No caso das Avaliações, verificou-se um aumento de 15% face a 2006, num total de 5.697 processos, correspondendo a um montante avaliado na ordem dos 1.121 milhões de euros (+6%).

Com a introdução do preço único para avaliações em operações de crédito à habitação, foram realizadas alterações e ajustes ao Sistema de Gestão de Avaliações (SGA).

A destacar também nesta rubrica, a parceria estabelecida com algumas CCAM na realização de avaliações, através de técnicos credenciados da própria Caixa, a qual se tem revelado proveitosa e eficaz, com a vantagem da uniformização de critérios e procedimentos de trabalho, o que, por sua vez, reverte inequivocamente a favor da imagem pública do CA.

A Assistência Técnica, embora constitua um importante suporte para algumas CCAM no apoio aos clientes e associados agricultores, é uma actividade em declínio, o que se consubstancia na diminuição do número de dias afecto, na ordem dos 8% face a 2006, representando 63 mil euros (-10%).

Serviço de Auditoria

No ano de 2007 foram auditadas 83 CCAM, resultando numa cobertura global, em número, de 83% do universo das CCAM que constituem o SICAM.

No que respeita ao crédito concedido e aos depósitos totais, o grau de cobertura manteve-se nos 82%.

Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento

No primeiro ano de actividade o CPD alcançou totalmente os objectivos propostos, quer em termos de volume de negócios, quer na diversificação da sua actividade.

O CPD envelopou e enviou (via CTT) todos os documentos institucionais do CA, centralmente produzidos, aos seus clientes.

Produção Documental	Total (unidades)
Documentos Recebidos (via CA Serviços)	12.198.386
Documentos Arquivados (Arquivo Digital)	12.198.386
Documentos Produzidos (Expedidos)	11.731.656
N.º Total de Impressões	14.770.311
N.º Total de Objectos Postais (Expedidos)	10.128.359
Taxa Média de Agregação de Documentos	16%

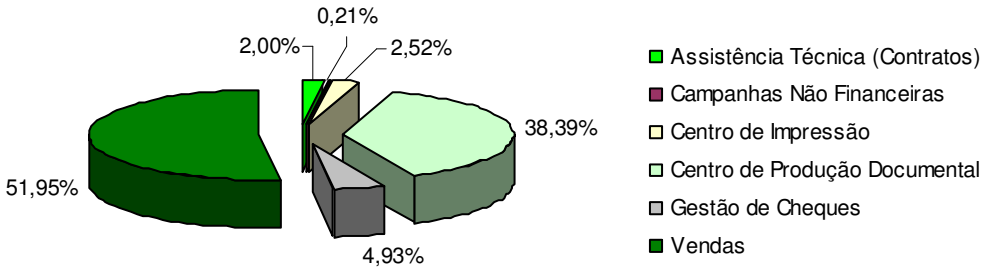
Outro destaque vai para a passagem da Gestão e Fornecimento de Cheques para o domínio do SPDA, a funcionar em regime de *outsourcing*. O balanço é igualmente positivo, tendo em conta os desenvolvimentos alcançados na melhoria da qualidade de impressão dos cheques, respectivos acabamentos de *layout* e melhoria dos preços e prazos de entrega.

O Aprovisionamento, área a que o Serviço há mais tempo se dedica, manteve em 2007 bons índices de actividade e proveitos. A partir deste serviço é feito um especial estreitamento de relações com as CCAM, através do fornecimento de impressos, consumíveis vários, equipamento de escritório e brindes, com geral aceitação e satisfação das Caixas.

O Centro de Impressão centrou a sua acção ao nível da componente imagem através da actualização dos impressos fornecidos, da produção e envelopagem dos documentos institucionais do CA, cujo desempenho foi também bastante positivo.

Fruto da aposta na modernização tecnológica do Serviço e da renovação de recursos humanos qualificados, a estrutura de proveitos apresenta um acréscimo de 83% no Total de Proveitos, face a 2006.

Repartição Percentual dos Proveitos por Áreas



2. Supervisão, Orientação e Acompanhamento das Caixas Associadas

As funções exercidas pelo DFOA têm vindo a tornar-se mais complexas e exigentes, na medida em que o quadro regulamentar tem vindo a evoluir com vista a acomodar a transposição das mais recentes Directivas comunitárias e o acordo de Basileia II. Por outro lado, a actividade das Caixas Associadas estende-se a novos tipos de operações conduzidas no meio de uma clientela cada vez mais heterogénea.

Estes factores levam a que as metodologias utilizadas para garantir uma correcta e atempada fiscalização, orientação e acompanhamento das Caixas Associadas tenham que estar suportadas em processos que garantam uma operacionalidade adequada à evolução organizativa das Caixas Associadas e do seu negócio. Assiste também a este desafio uma crescente preocupação na promoção de condições financeiras e organizativas que possibilitem às Caixas Associadas o cumprimento das exigências que se vão colocando ao sector financeiro no que respeita a matéria prudencial e competitividade.

Neste sentido esta área continuou a dotar-se de meios que assegurem de forma continuada:

- A implementação de controlos internos que possibilitem a evolução das condições financeiras e organizativas;
- O reforço de uma gestão de situações de risco via ferramentas estruturadas de informação de gestão e sistema de alertas;
- A evolução e actualidade dos processos, por via de uma área funcional dedicada ao desenvolvimento de suportes, estudos e procedimentos;
- A capacitação das CCAM com informação actualizada que potencie o seu desempenho e melhore o seu controlo interno.

2.1. Políticas de Consolidação Económico-Financeira

Em 2007 continuou-se a dar particular ênfase à promoção de fusões de CCAM, como veículo de consolidação económico-financeiro e reorganização estrutural do SICAM, e não como uma mera forma de ultrapassar situações de insolvência.

O processo de fusões entre CCAM permitiu que em 2007 o número destas se reduzisse a 100.

Foram as seguintes as fusões ocorridas em 2007:

- CCAM de Viseu-Tondela e CCAM de Nelas e Carregal do Sal _–> CCAM Terras de Viriato
- CCAM de Baixo Vouga e CCAM de Águeda –> CCAM Baixo Vouga
- CCAM de Portalegre e Alter do Chão e CCAM de Ponte de Sôr –> CCAM Nordeste Alentejano
- CCAM de Sintra e Litoral e CCAM de Loures –> CCAM Loures, Sintra e Litoral

Foi celebrado um Contrato de Assistência Financeira com a CCAM da Costa Azul (ex. – CCAM de Santiago do Cacém) dada a incorporação nesta Caixa dos Balcões de Setúbal e Sesimbra da CCAM de Entre Tejo, no quadro de um processo de Fusão/Cisão envolvendo a CCAM de Entre Tejo e Sado e a CCAM da Costa Azul, processo único no SICAM de saneamento de uma CCAM (ETS) com insuficiência de Fundos Próprios, por alienação de parte da sua Área Social a outra CCAM.

Foi ainda assinado entre a Caixa Central e a CCAM de Moravis um Contrato de Empréstimo Subordinado como complemento à assistência recebida do FGCAM, e contratualizada, com a CCAM do Algarve, a devolução dos Fundos recebidos no âmbito do saneamento da CCAM.

2.2 Acompanhamento das Caixas Associadas

Em 2007, esta área continuou a execução de um conjunto de iniciativas estruturais e funcionais, com vista a dotar-se dos meios necessários ao desempenho das suas funções de forma cada vez mais eficaz, utilizando para o efeito metodologias de trabalho que tiram partido dos sistemas de informação existentes.

O *DFOA on line*, processo tecnologicamente evoluído, desenhado e implantado para o acompanhamento à distância das Caixas Associadas, e que incorpora um vasto conjunto de indicadores prudenciais, de negócio e financeiros, continua a revelar-se um poderoso instrumento de acompanhamento e fiscalização das Caixas Associadas.

Durante 2007, e em articulação com outros Departamentos da Caixa Central, foi lançado um trabalho dirigido à preparação de um novo quadro organizativo – Plataforma Organizacional – de referência para as CCAM, que passará a servir de modelo para aquelas que sintam necessidade de se modernizar e tornar-se mais eficientes e competitivas.

Dando continuidade ao trabalho iniciado em exercícios anteriores, a actuação do DFOA centrou-se em questões organizacionais e prudenciais, bem como na aferição do cumprimento das orientações normativas emitidas pela Caixa Central para as Caixas Associadas.

No final de 2007 o número de CCAM intervencionadas pela Caixa Central era de nove, sete ao abrigo do artigo 77º-A e duas ao abrigo do artigo 77º do RJCAM. Por outro lado, é de destacar a redução do número de CCAM acompanhadas localmente.

Tipo de Acompanhamento	2006			2007		
	1ºQ	2ºQ	3ºQ	1ºQ	2ºQ	3ºQ
77A	8	6	7	6	7	7
77	3	3	1	0	0	2
Local	38	45	35	42	34	28
Controlo à Distância	61	54	62	56	61	63
Total	**110**	**108**	**105**	**104**	**102**	**100**

Para além das intervenções referidas, verificam-se acções pontuais para corrigir aspectos específicos do funcionamento ou prevenir certas situações, que têm carácter de curta duração.

Saliente-se que os indicadores do Normativo aplicável às CCAM evoluíram genericamente de uma forma favorável, designadamente os indicadores relacionados com crédito vencido bruto, produtividade, eficiência e cobertura do risco.

No momento actual, e considerando o conjunto das CCAM, verifica-se uma situação de cumprimento pleno de todos os indicadores definidos, embora algumas CCAM incumprem em algum(ns) indicadores.

Nível médio dos Rácios Normativos
(Conjunto das CCAM)

Valores em €, excepto %

	Rácios Normativos	2005	2006	2007
Rácio de Solvabilidade	> 8%	14,12%	14,89%	*15,68%
Crédito Vencido Líquido	< = 3%	2,13%	2,18%	1,90%
Crédito Vencido Bruto há mais de 90 dias	< = 5%	7%	4,74%	3,93%
Rácio de Eficiência	< 55%	56,62%	56,44%	53,08%
Activo líquido por empregado	> 2.500.000 €	2.855.716	2.907.408	3.057.884
Produto Bancário por empregado	> 90.000 €	105.648	111.058	122.377
Comissões/Produto Bancário	> 12%	15,37%	16,99%	14,81%
Rácio de Transformação	< = 70%	68,31%	65,89%	65,58%
Crédito Coberto com garantias reais	> = 50%	60,77%	65,21%	68,26%

* Valor provisório

Merece realce a acção iniciada no final de 2006 e continuada em 2007 relativa a Abates de Crédito ao Activo integralmente vencido e provisionado no âmbito do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, que possibilitou realinhar a prática seguida nas CCAM com os procedimentos do sector, resultando num rácio de crédito vencido das CCAM de 4,4 % a 31/12/2007, versus 5,5% a 31/12/2006 e 7,7% a 31/12/2005.

A acção do DFOA tem tido em vista a consolidação financeira, com base em rácios de capital e de resultados suficientemente robustos que permitam encarar o futuro com confiança, consolidando a posição do Grupo Crédito Agrícola nos lugares de referência do sector financeiro nacional.

2.3. Sistemas de Informação de Suporte

Fornecendo informação atempada e adequada para o apoio e ajuda à ultrapassagem dos contingentes desequilíbrios patrimoniais das CCAM, foi possível desde 2005 o reforço das competências técnicas e operacionais, tornando possível um novo modelo de acompanhamento das CCAM.

Por outro lado, produziu-se informação indispensável à acção dos Técnicos do DFOA junto das CCAM, libertando-os dos trabalhos rotineiros de recolha de informação, alertando-os para situações não conformes à boa gestão financeira que, eventualmente, ocorram, para além de lhes permitir ocuparem-se preferencialmente com a organização e desempenho das CCAM. Capacitou-se assim o incremento da actividade comercial, incluído o "cross-selling", permitindo ao DFOA crescer em produtividade, reduzir a necessidade de recursos humanos e aumentar a sua eficiência, contribuindo para a consolidação do SICAM.

Presentemente, este sistema permite ainda fornecer às CCAM a análise económica – financeira da sua situação com base nos respectivos registos contabilísticos. Estão em estudo, por outro lado, novos desenvolvimentos que disponibilizarão informação adicional julgada de relevo para o apoio das suas actividades.

3. Execução do Programa de Modernização

O ano de 2007 foi o último ano do Programa de Modernização do Grupo Crédito Agrícola.

Este Programa foi lançado há cerca de 4 anos com o objectivo de dotar o Grupo CA de uma infra-estrutura organizacional e tecnológica que lhe permitisse encarar os desafios do futuro com as mesmas ferramentas que os seus principais competidores, consolidando, simultaneamente, a sua base financeira.

Constituído inicialmente por um plano de desenvolvimento tecnológico, denominado Programa Ruris^{+}, foi complementado em 2006 por um Plano de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade - PDOQ - focado essencialmente no desenvolvimento das diversas estruturas da Caixa Central, como entidade determinante, não só da definição dos requisitos funcionais necessários para as capacidades tecnológicas que estavam a ser criadas, como, também, no desenvolvimento de competências e melhores práticas para que as áreas de negócio do Grupo CA tirassem, no presente e no futuro, o melhor partido dos meios que lhes estavam a ser disponibilizados.

O ano de 2007 continuou a ser fortemente marcado pelo desenvolvimento de iniciativas relacionadas com o vector de regulamentação, supervisão e controlo, com vista, não só a preparar o SICAM para a adaptação aos requisitos decorrentes de Basileia II através da definição de um Programa de Transformação da Função de Risco, como, também, retirar todos os benefícios internos que esses desafios e investimentos originam.

De seguida apresenta-se com maior detalhe as iniciativas estratégicas concluídas em 2007 nas vertentes organizacional e tecnológica, ou seja, Programas PDOQ e Ruris^{+}, respectivamente.

3.1. Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade

O forte investimento realizado no Programa de Modernização do Grupo Crédito Agrícola, na sua vertente tecnológica, permitiu disponibilizar diversas novas ferramentas, que, em conjunto com imperativos regulamentares, vieram criar uma grande pressão organizacional.

Para fazer face a essa pressão, o PDOQ tem como principal objectivo o desenvolvimento funcional e organizacional para optimizar o aproveitamento das novas ferramentas, adaptando as melhores práticas na sua utilização, respeitando sempre os requisitos regulamentares.

É assim um programa orientado à geração de valor através da optimização dos meios disponibilizados no RURIS.

Os principais vectores de actuação são a melhoria da eficiência e produtividade, o desenvolvimento do negócio, a redução do risco inerente à nossa actividade e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

No próximo gráfico apresentamos as principais iniciativas realizadas.

Tendo em conta a relevância funcional das iniciativas que constituem o plano apresentado, detalhamos nas próximas páginas o seu âmbito.

- **Função *Compliance* e Preparação da Informação de *Disclosure***

  Formalização, no Grupo CA, da função *compliance*, que terá como missão garantir que os Órgãos de Gestão, as estruturas funcionais e os colaboradores em geral cumprem com as disposições definidas internamente, que permitam garantir o cumprimento das regras impostas por entidades externas. No caso específico do Acordo de Capital do Comité de Basileia II, preparação de informação para supervisor (*disclosure requirements*) nas vertentes Risco Crédito, Operacional e Mercado, que permita a aferição e aprovação das abordagens criadas.

- **Implementação da Função ALM – Gestão de Activos e Passivos**

  Inserida no plano de modernização da Função Financeira do GCA, a implementação da função ALM teve como principal objectivo, a operacionalização da ferramenta de Gestão de Activos e Passivos realizada em final de 2006, formalizando a existência de um comité ALCO.

- **Concepção de Políticas de Gestão de Risco**

  O principal objectivo desta iniciativa foi promover a evolução dos processos da gestão Risco e da Organização de forma a maximizar os benefícios das iniciativas que compõem o Programa de Modernização. Esta evolução foi conseguida através da actualização do Manual de Procedimentos de Risco, para além da descrição dos próprios procedimentos e a identificação de eventuais constrangimentos.

- **Criação do *Middle-Office* e Definição do Modelo de Balcão**

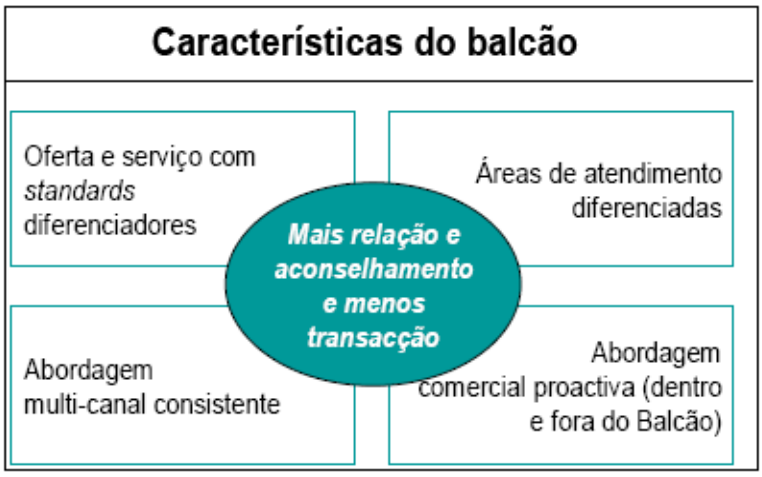
  Iniciada ainda em 2006, a criação do *Middle-Office* revela-se como um projecto de grande importância na expansão da rede da Caixa Central, parecendo-nos por isso relevante apresentar, novamente o seu detalhe de forma a que o conceito possa ser reutilizado pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, em especial em Balcões mais

urbanos.

De acordo com os principais analistas de mercado, os bancos estão a reposicionar o seu modelo de relacionamento com os clientes, focando num novo conceito de balcão que permita dar uma resposta mais abrangente às suas necessidades.

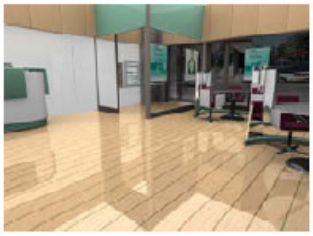
Essa tendência é confirmada pelos bancos, que, para o futuro, assumem o balcão como o elemento nuclear do relacionamento bancário com o cliente, implementando uma estratégia de grande complementaridade com o "*self-service*" financeiro.

Esta evolução dos Balcões, obrigou à modificação do seu modelo funcional, alterando as características mais transaccionais para uma abordagem totalmente orientada à actividade comercial. Passamos assim a estar perante Lojas Financeiras.

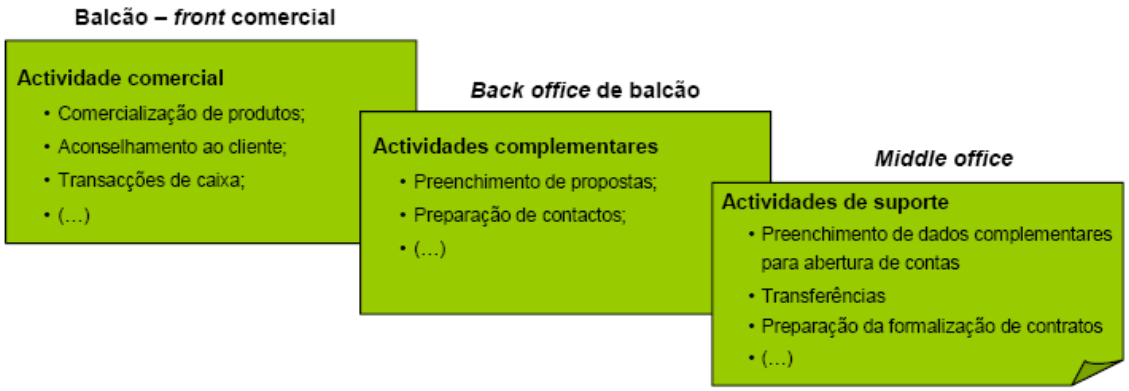


Este projecto pretendeu criar, na Caixa Central e, como referência, nas Caixas Associadas, as condições processuais que permitam essa evolução com base num novo paradigma de balcão, libertando-o de cargas administrativas que não tem que ser efectuadas no *Front-Office*, garantindo que os colaboradores passarão a poder dedicar cerca de 80% da sua carga diária à actividade comercial e permitindo a abertura de novos Balcões de menor dimensão.

A implementação deste modelo só se tornou viável com a evolução que o Grupo Crédito Agrícola tem efectuado nos Canais Complementares, sendo hoje possível ter meios (como o Balcão 24 e acesso à Linha Directa) que permitem criar zonas totalmente automatizadas, que garantem resposta às transacções mais rápidas (depósitos, levantamentos, transferências, consultas, etc…).



Foi por isso implementado um modelo operativo de Balcão, com o apoio de um *Middle-Office* centralizado, que suporta a actividade de todos os Balcões, e que irá assegurar as tarefas que não têm que ser obrigatoriamente efectuadas no *Front-Office* (salvo algumas excepções), mantendo ou melhorando os actuais níveis de serviço.



- **Segregação da Função Comercial de Empresas e Capacitação do Gabinete Comercial de Empresas**

  Tendo em conta a dinamização comercial da Caixa Central no segmento empresas, foi criado, no segundo semestre de 2007, o Gabinete Comercial de Empresas, tendo incorporado algumas funções que eram anteriormente asseguradas pelo Departamento de Risco de Crédito, no relacionamento com clientes empresas.

  Este Gabinete foi criado tomando em consideração a existência do *Middle-Office* de particulares, que foi adaptado para também prestar serviço a este segmento.

Operacionalização do Departamento de Títulos

Considerando a alienação da CA Dealer, durante o ano de 2007, a criação e operacionalização do Departamento de Títulos da Caixa Central, veio permitir a realização da:

- Manutenção da actividade de custódia de valores mobiliários
- Gestão e Manutenção das Emissões de Títulos de Investimento da Caixa Central;
- Supervisão da actividade de transmissão e recepção de ordens de bolsa por conta de outrem;
- Função de depositário dos Fundos de Investimento.

- **Desenho e Reengenharia de Processos da CCCAM**

O Projecto de desenho de processos da Caixa Central teve, em 2007, a sua fase de desenho e mapeamento de algumas das principais áreas de Negócio, abrangendo também os processos em modo de contingência, a aplicar no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio.

No início de 2008 o projecto entrará na sua fase IV, avançando com a publicação no fim do primeiro trimestre.

- **Revisão do Modelo Organizacional de Referência para as CCAM**

A revisão do Modelo de Referência, foi um projecto interdepartamental desenvolvido ao longo do ano de 2007 e que constitui a base da evolução organizacional do grupo, para 2008.

Esta evolução visa disponibilizar às Caixas Agrícolas as melhores práticas funcionais e as ferramentas que lhes permitam estruturar a sua organização, incrementando a sua eficiência e produtividade, respeitando as exigências regulamentares decorrentes do Basileia II e da implementação do MAR – Modelo de Avaliação de Riscos – do Banco de Portugal, em torno de 4 grandes objectivos:

- Focalização nas actividades de negócio;
- Reforço de funções específicas na vertente prudencial e de controlo;
- Intensificação do princípio da segregação de funções e da especialização em competências críticas como sejam as de análise de risco;
- Maior flexibilidade na gestão dos recursos e das estruturas operacionais.

A divulgação e implementação deste modelo ocorrerão durante o ano de 2008.

- **Reorganização do DCCC – Definição do Modelo**

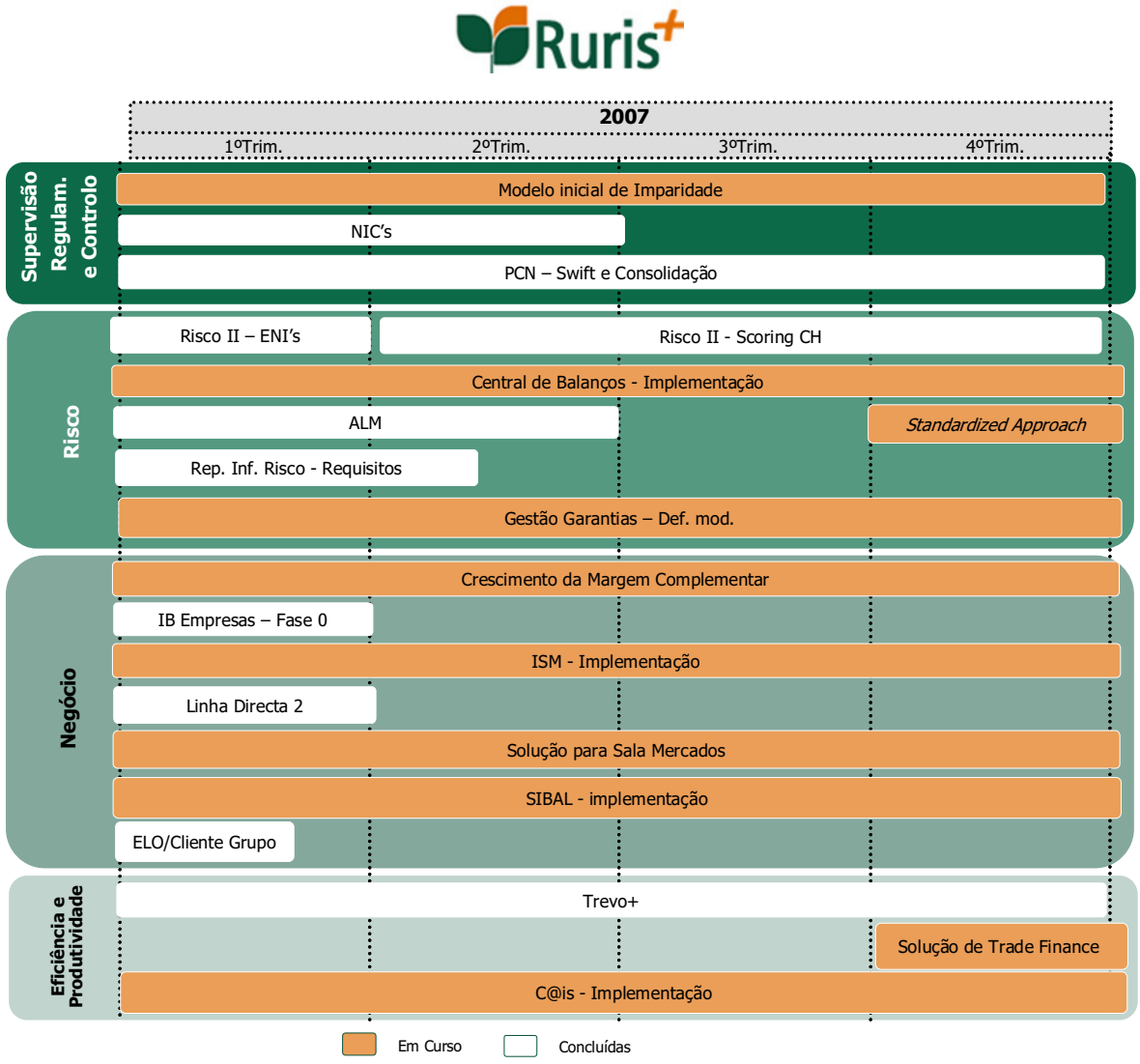
Este projecto, iniciado no último trimestre de 2007, tem por objectivo proceder a uma reorganização da Função Contabilidade da Caixa Central, enquanto prestador de informação financeira, orçamental e patrimonial de suporte à gestão da Caixa Central e

Grupo Crédito Agrícola.

Para isso o projecto foi estruturado de forma a promover uma revisão do processo contabilístico actual e da informação financeira produzida, num âmbito individual e consolidado, de forma a assegurar uma maior celeridade na prestação de contas e melhorar a qualidade da informação financeira, assim como alargar o espectro e actuação do DCCC a todos os domínios da Função Contabilística, incluindo o planeamento, orçamentação, controlo e informação de gestão. Pretende, também, disponibilizar os mecanismos construídos ou informação produzida a todas as unidades do Grupo, assegurando a sua apropriação como um instrumento útil e de valor acrescentado para a sua gestão corrente.

3.2. Sistemas de Informação – Programa Ruris+

À semelhança dos 3 anos anteriores, o Programa Ruris+ distribuiu as diversas iniciativas por quatro vectores de actuação, como se pode verificar no quadro seguinte:



Como já foi referido na componente introdutória deste capítulo, o ano de 2007 marcou o último ano do Programa Ruris+.

Lançado em 2004, o Programa Ruris+ surgiu como resposta a um conjunto de desafios que, através da disponibilização de meios tecnológicos, permitiram o reposicionamento competitivo do Grupo CA, como se descreve no seguinte quadro:

Tendo por base um estudo realizado por consultores externos, que efectuaram uma análise comparativa da evolução tecnológica do Grupo CA face à média do sector financeiro nacional entre 2003 e em Março de 2008, foi possível concluir que:

- Em 2007/2008, o Grupo CA encontra-se acima da média do sector financeiro nacional em 39% das infra-estruturas tecnológicas analisadas (0 % verificado em 2003);
- Em 2007/2008, o Grupo CA encontra-se alinhado com a média do sector financeiro em 61% das infra-estruturas tecnológicas analisadas (0 % verificado em 2003);

Apresenta-se de seguida o detalhe da avaliação referida, assim como os principais projectos que, no âmbito do Programa Ruris^{+}, permitiram ao Grupo CA atingir tal posicionamento:

Infra-estruturas Tecnológicas	2003	2007	2008	Projectos Ruris+
Rede de Comunicações – Largura de Banda, Voz e IP	●○○	●●●		**Trevo e Trevo+** - criação de uma infra-estrutura de **elevada performance reduzindo os custos** de comunicações
Sistemas Computacionais – Servidores e Periféricos (HW,SW)	●○○	●●●		**Raiz** - disponibilização de **sistemas computacionais de elevada capacidade**
Plataformas Integradoras	○○○	●●●		**ELO Cliente Grupo** - plataforma integradora que permite o acesso a **informação integrada de cliente**
Canais Complementares	**2003**	**2007**	**2008**	**Projectos Ruris+**
Internet Banking	●○○	●●○		**IB - Evolução dos serviços** disponibilizados a clientes **particulares** e **criação** de Internet Banking para **empresas**
Banca Automática - ATM	○○○	●●●		**Balcão24** – Novo canal com serviço diferenciador face à concorrência
Contact Center / Banca Telefónica	○○○	●●○		**Linha Directa** – disponibilização produtos e serviços com acesso seguro em horário alargado e com atendimento automático .

Balcão / Comercial	2003	2007	2008	Projectos Ruris+
Solução de Front-Office	●○○	●○○	●●○	**SIBAL –nova solução de balcão orientada à venda ;CAIS – Nova intranet** potencia partilha e acesso fácil à informação
Ferramentas de Suporte à actividade comercial	●○○	●○○	●●○	**ISMC** – Solução de **gestão de campanhas e agenda comercial**; **Automatização da cobranças e gestão de preçário**.
Informação de Gestão	●○○	●●○		**SIGA** - Criação de **informação** de gestão para **acompanhamento comercial**;

Risco / Requisitos regulamentares	2003	2007	2008	Projectos Ruris+
Risco de Crédito	●○○	●●○		**Solução de Propostas e scoring** para crédito pessoal, ENI's e Crédito à habitação; **Reporte Imparidade; Reporte Basileia II**
Risco de Mercado	●○○	●●○		**ALM** - Solução de suporte á gestão de activos
Risco Operacional	○○○	●●○		**PCN** – criação de **centro de dados alternativos** e definição processos para operar em situação de contingência
Normas Internacionais Contabilísticas (NICs)	○○○	●●●		**NIC's – Adequação às novas normas** internacionais contabilísticas

Legenda

○○○ O CA não dispõe dos meios em causa

●●○ O CA encontra-se alinhado com a média do sector financeiro

●○○ O CA está abaixo da média do sector financeiro

●●● O CA encontra-se acima da média do sector financeiro

Pode-se assim concluir que foram atingidos os principais objectivos, sendo que importa agora:

- Consolidar a rentabilização dos meios já entregues;
- Continuar a privilegiar a Melhoria da Gestão de Risco em paralelo com a criação de condições complementares para crescimento do negócio do Grupo;
- Continuar o desenvolvimento das competências dos colaboradores do Grupo de modo a maximizar os benefícios dos meios disponibilizados.

Os projectos do Programa Ruris^{+} concluídos em 2007 foram os seguintes:

- **Normas Internacionais Contabilísticas (NCA)**

  Esta iniciativa visou a implementação das adequações tecnológicas identificadas na fase de diagnóstico do projecto (Fase I), com vista a que no dia 01 de Janeiro de 2007, o Grupo CA estivesse apto a cumprir os requisitos identificados no âmbito das NCA.

  As actividades relacionadas com a preparação de informação para reporte e a elaboração de um manual contabilístico foram finalizadas no 1º trimestre de 2007.

- **Plano de Continuidade de Negócio – *Swift* e Consolidação**

  Em complemento à fase anterior, que abrangeu os sistemas Profile, Eximbills, Opics, Lease e Cogen, este projecto incluiu na plataforma de recuperação do negócio do Grupo Crédito Agrícola em cenários de contingência, toda a infra-estrutura relacionada com o Swift.

  Envolveu, também, a realização de 2 simulacros que envolveram as diversas áreas de negócio quer da Caixa Central quer das Caixas Associadas, ao nível dos seus Balcões, consubstanciando o processo de consolidação da fase anterior, implementada em 2006.

- **Risco II – Propostas e *Scoring* de ENI's, Crédito à Habitação e Cartões de Crédito**

  No decorrer de 2007 este projecto implementou as funcionalidades de registo e gestão de propostas de Crédito à Habitação com impressão automatizada de contrato e integração com o sistema de empréstimos, ao nível das Caixas Piloto, tendo-se concretizado a extensão às restantes Associadas no decorrer do 1º trimestre de 2008.

  Esta iniciativa integra o Programa de Transformação da Função de Risco.

- **ALM – Infra-estrutura de Gestão de Activos e Passivos**

  Foi objectivo desta iniciativa dotar, numa primeira fase, a Caixa Central de uma infra-estrutura de suporte que suportasse do ponto de vista informacional a operacionalização do Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos) que tem por principal objectivo facilitar a articulação da acção das diversas áreas de negócio conducente a uma gestão integrada do balanço balizada pela definição de limites de risco e taxa de juro e de liquidez e objectivos de rentabilidade dos activos e capitais próprios previamente definidos.

- **Infra-Estrutura de Suporte ao Risco – Requisitos**

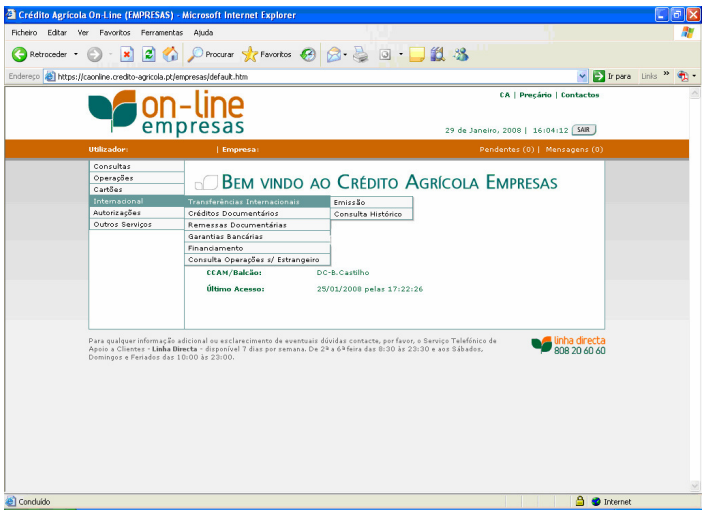
  Conceptualização funcional de um repositório de dados único, consistente, estruturado, flexível e com elevada capacidade de armazenamento de dados históricos de Risco que se adeqúe ao estabelecido por Basileia II no que se refere ao risco de crédito, risco de mercado e risco de taxa de juro e de liquidez no balanço e adicionalmente, que permita dotar o Grupo Crédito Agrícola de um sistema de informação de Risco adequado a cada nível da organização.

- **On Line Empresas (Internet Banking) – Fase 0**

  Este projecto permitiu disponibilizar ao Segmento Empresas do Grupo Crédito Agrícola um novo serviço de Internet Banking.

  A fase 0 consistiu em:

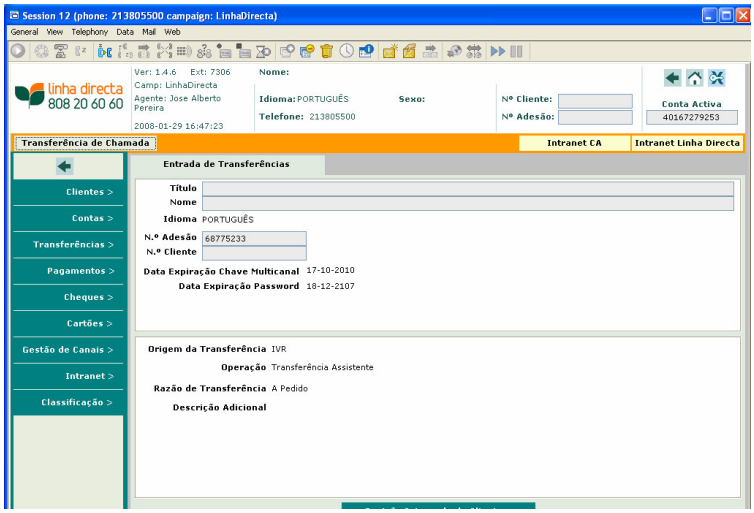
  - Elaborar o desenho do Modelo Funcional, com a especificação das funcionalidades disponibilizadas na sua versão inicial e que são as funcionalidades existentes no On-Line e as transferências internacionais (Operações e Consultas);

  - Desenhar e implementar o novo processo de adesão, com perfis de acesso específicos e matriz de autorização;

  - Implementar tecnologia de suporte, tirando partido da plataforma integradora e multicanal, implementada no âmbito dos projectos Internet Banking Particulares e Elo.

- **Linha Directa 2**

  Consistiu na implementação do *Contact Center* do Grupo, através do desenvolvimento de um sistema de autenticação de Clientes, mais uma vez sustentado na plataforma integradora e multicanal referida no projecto anterior, permitindo a disponibilização ao Cliente de um serviço transaccional através de atendimento automático (IVR) ou personalizado, 24h por dia, 365 dias por ano.

Este projecto contemplou igualmente o desenvolvimento da integração técnica entre a aplicação de suporte à actividade dos operadores da Linha Directa (Sistema Altitude) e o Sistema Profile, dando origem à Aplicação de Gestão de Canais, tornando mais eficiente e rápido o serviço de atendimento prestado ao Cliente.

- **Elo – Cliente Grupo**

A solução ELO pretende ser a plataforma tecnológica, transversal a todo Grupo, que permite a integração de informação e de aplicações. Disponibiliza ainda a Aplicação Cliente Grupo contendo uma visão agregada do Cliente no contexto do Grupo, integrando, desde já, informação contratual oriunda dos seguintes sistemas:

  - Profile – Retalho (Activo, Passivo e Extra patrimoniais)
  - Eximbills – Operações em moeda estrangeira
  - Opics – Operações de sala de mercados e produtos de tesouraria
  - Lease – Operações de Leasing Mobiliário e Imobiliário
  - Cogen – Seguros Reais
  - GIS – Seguros Vida

- **Trevo +**

  Esta iniciativa visou a implementação de uma rede privada telefónica universal ao Grupo Crédito Agrícola, com os seguintes objectivos:

  - Criação e uniformização da rede telefónica interna
  - Redução dos custos de comunicação (chamadas inter-CCAM sem custos)
  - Melhoria de comunicação entre entidades do GCA
  - Gestão centralizada da rede de voz do SICAM.

Os projectos iniciados em 2007 e cuja conclusão se prevê em 2008 são os seguintes:

- Modelo Inicial de Imparidade
- Central de Balanços – Implementação
- *Standardized Approach*
- Crescimento da Margem Complementar
- Infra-estrutura Suporte Marketing – Implementação
- Solução para Sala de Mercados
- SIBAL – Implementação
- Solução de *Trade Finance – Upgrade* do Sistema Eximbills
- C@IS – Implementação

Relativamente à execução orçamental do Programa Ruris+ em 2007, constata-se que foram investidos, cerca de, 7,3 milhões de Euros dos 9,8 milhões de Euros inicialmente previstos, sendo que a componente principal do diferencial registado é explicado pela antecipação para 2006 de investimentos efectuados no Plano de Continuidade de Negócio do Grupo CA e, que na altura da realização do orçamento, foram estimados para 2007.

Orçamento Global de Investimentos do Programa Ruris+
CA Serviços / CA Informática
2007

valores em milhares de Euros

Valores sem IVA	2007 Inicial	2007 Realizado
Supervisão, Regulamentação e Controlo	**2.882**	**998**
Plano Continuidade de Negócio	2.003	671
Normas Internacionais de Contabilidade - Implementação	78	176
Modelo Inicial de Imparidade		58
Concepção da *framework* de Risco Operacional (*)	115	
Implementação da framework de Risco Operacional (*)	380	
Função *Compliance* e preparação para informação de *disclosure*	306	92
Risco	**917**	**351**
Risco II - Particulares - ENI's e Habitação (***)		
Risco III - Empresas - Definição Modelo (*)	102	
Central de Balanços - Implementação	139	82
Recuperação de Crédito - *Quick Wins* (**)	19	
ALM - Gestão de Activos e Passivos		11
Repositório de Informação de Risco - Implementação (*)	523	
Sistema de Gestão de Limites (*)	134	
Standard Approach		18
Gestão do Programa de Transformação da Função Risco		240
Negócio	**3.984**	**3.978**
Margem Complementar	306	545
IB Empresas - Fase 0		65
Linha Directa 2		67
ISM - Implementação	682	623
Solução para sala de mercados	1.500	1.421
SIBAL	1.496	1.126
ELO - Cliente Grupo		130
Eficiência e Produtividade	**1.682**	**1.603**
Trevo+	1.415	1.540
Workflow e Gestão Documental - Crédito Habitação (*)	192	
C@is - Implementação	75	63
Gestão do Programa	**395**	**332**
Gestão, Acompanhamento e Comunicação do Programa	395	332
Soma	**9.860**	**7.261**

(*) Iniciativas não realizadas

(**) Iniciativa realizada no contexto do PDOQ - Programa Organizacional

(***) Projecto desenvolvido internamente

4. Análise Financeira

INDICADORES DE EXPLORAÇÃO

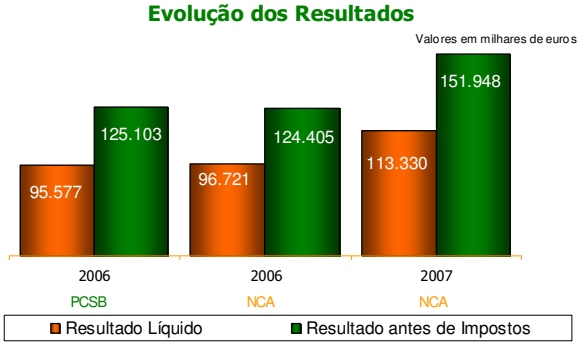
As contas do SICAM referentes ao exercício de 2007 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade Ajustadas (NCA), que estão em vigor desde 1 de Janeiro. De forma a reportar a informação relativa ao período homólogo anterior em base comparável, as demonstrações financeiras referentes a 2006 foram reajustadas aos mesmos critérios.

unidade: milhares de euros excepto percentagens

SÍNTESE DE INDICADORES	2006		2007	Variação (NCA)	
	PCSB	NCA	NCA	Absoluta	Relativa
Margem Financeira	**337.953**	**351.442**	**387.051**	**35.608**	**10,1%**
Comissões recebidas (liq.)	73.939	76.956	75.517	-1.439	-1,9%
Resultados em operações financeiras (líq.)	3.464	1.269	265	-1.004	-79,1%
Outros Proveitos líquidos	17.228	-5.046	23.360	28.406	562,9%
Produto Bancário	**432.584**	**424.622**	**486.193**	**61.571**	**14,5%**
Custos de estrutura	247.358	250.477	262.989	12.512	5,0%
Provisões e imparidade	50.426	68.939	69.348	409	0,6%
Resultado antes de Impostos	**125.103**	**124.405**	**151.948**	**27.544**	**22,1%**
Impostos correntes	29.526	30.724	51.825	21.102	68,7%
Impostos diferidos	0	-3.040	-13.207	10.167	-334,4%
Resultado Líquido	**95.577**	**96.721**	**113.330**	**16.609**	**17,2%**
ROA	0,98%	0,96%	1,10%		
ROE	12,20%	12,77%	13,90%		
Resultado antes de Impostos/Activo Líquido	1,29%	1,24%	1,47%		
Produto Bancário/Activo Líquido	4,45%	4,22%	4,71%		
Resultado antes de Impostos/Capitais Próprios	15,97%	16,43%	18,64%		

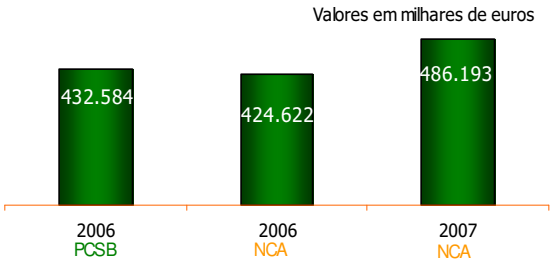
Rácios calculados considerando os valores médios do Activo Líquido e Capitais Próprios de cada exercício

A análise dos principais indicadores de exploração do SICAM referentes ao exercício de 2007 evidencia um crescimento significativo dos Resultados antes de Impostos (+22,1% do que os de 2006, quando comparados numa base NCA), que atingiram os 151.948 milhares de euros. O Resultado Líquido de Impostos acompanhou esse crescimento, embora menos do que proporcionalmente, atingindo 113.330 milhares de euros (+17,2% do que o obtido em 2006).

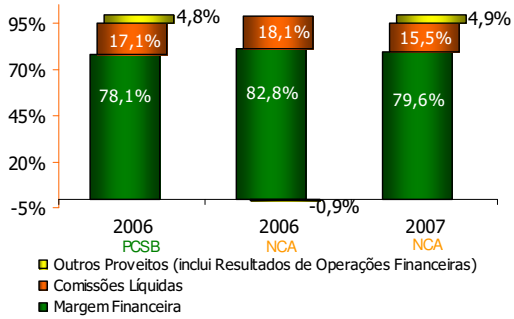


A consecução destes resultados tornou-se possível graças à evolução favorável do Produto Bancário que, em base NCA, aumentou de 424.622 milhares de euros em 2006 para 486.193 milhares de euros em 2007 (+14,5%), e que mais do que compensou o efeito do aumento dos custos de estrutura em 12.512 milhares de euros (+5,0%).

Evolução do Produto Bancário



Composição do Produto Bancário



Esta evolução do Produto Bancário reflectiu o comportamento positivo da Margem Financeira, com maior acréscimo em termos absolutos (+35.608 milhares de euros), e o saldo de Outros Proveitos Líquidos com maior crescimento em termos relativos (+562,9%, isto é, 28.406 milhares de euros).

Valores em milhares de euros, excepto %

MARGEM FINANCEIRA DO SICAM	2006	2006 NCA	2007 NCA	Variação Absoluta	Variação Relativa
Juros recebidos	**520.732**	**521.290**	**612.591**	**91.301**	**17,5%**
dos quais:					
Aplicações em Instituições de Crédito	33.110	33.110	61.059	27.950	84,4%
Crédito sobre Clientes	439.947	451.032	516.771	65.739	14,6%
Aplicações em Títulos	47.675	36.590	34.761	-1.830	-5,0%
Outros		558		-558	-100,0%
Juros pagos	**182.779**	**169.848**	**225.540**	**55.692**	**32,8%**
dos quais:					
Recursos de Instituições de Crédito	5.448	5.448	9.367	3.919	71,9%
Recursos de Clientes	163.555	163.555	210.940	47.384	29,0%
Outros	13.775	843	5.234	4.390	520,5%
MARGEM FINANCEIRA	**337.953**	**351.442**	**387.051**	**35.608**	**10,1%**

O crescimento em 10,1% da Margem Financeira, rubrica com maior peso no Produto Bancário (cerca de 80%), foi possível graças ao aumento do volume de juros recebidos (91.301 milhares de euros), que foi superior ao dos juros pagos (55.692 milhares de euros), num contexto de subida generalizada das taxas de juro, mas menos acentuado nas taxas passivas (em média sujeitas a maior inércia).

A evolução verificada nos juros recebidos foi fortemente influenciada pelo comportamento dos juros provenientes das operações de crédito a clientes, ressaltando, porém, a importância crescente que os juros provenientes das aplicações em Instituições de Crédito têm assumido. A evolução dos juros pagos deve-se quase exclusivamente à remuneração associada aos recursos de clientes, uma vez que o Crédito Agrícola não tem praticamente recursos de Instituições de Crédito.

O decréscimo verificado no montante de comissões líquidas em 2007, decorrente da diminuição das comissões recebidas em 633 milhares de euros (-0,8% do que em 2006) associado a um crescimento das comissões pagas em 806 milhares de euros, contraria, ao invés do que se havia verificado no exercício de 2006, o sentido desejável da diversificação da base de proveitos do SICAM tradicionalmente assente na Margem Financeira.

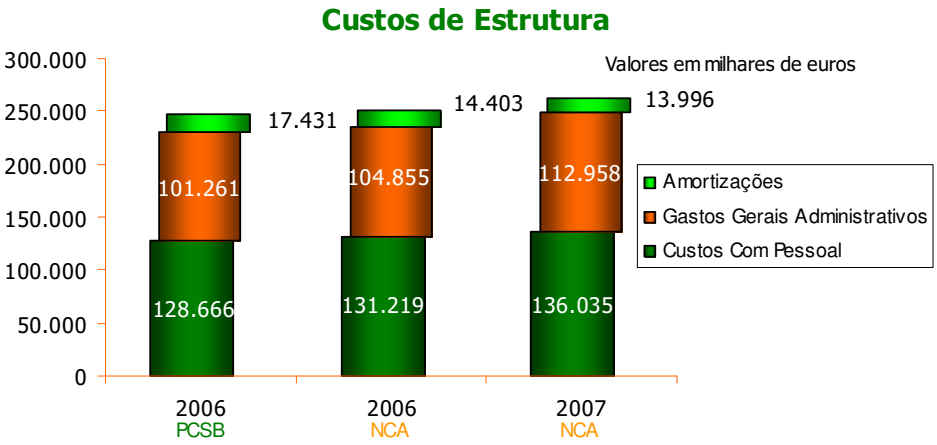
valores em milhares de euros, excepto %

COMISSÕES	2006	2006 NCA	2007 NCA	Variação	
				Absoluta	Relativa
Por garantias prestadas	5.720	5.720	6.184	464	8,1%
Por serviços prestados	19.955	19.955	49.501	29.546	148,1%
Outras comissões	55.263	58.280	27.637	-30.643	-52,6%
Comissões Recebidas	**80.937**	**83.955**	**83.322**	**-633**	**-0,8%**
Por serviços bancários de terceiros	1.832	1.832	7.462	5.631	307,4%
Outras comisões	5.167	5.167	343	-4.824	-93,4%
Comissões Pagas	**6.999**	**6.999**	**7.805**	**806**	**11,5%**
Comissões Liquidas	**73.939**	**76.956**	**75.517**	**-1.439**	**-1,9%**

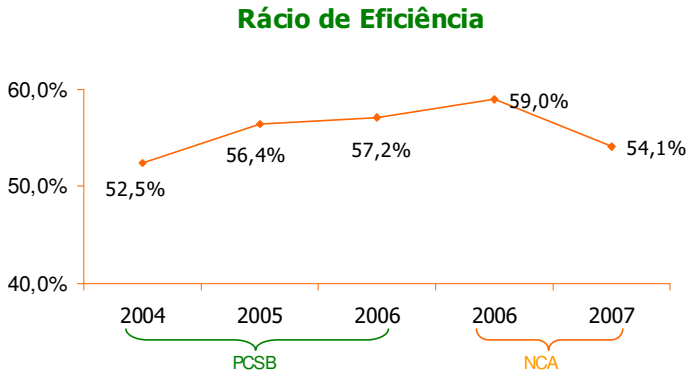
Os custos de estrutura registaram um aumento de 5,0% relativamente a Dezembro de 2006 (ano em que estes custos haviam crescido 11,0%), resultante essencialmente do aumento dos Custos com Pessoal (3,7%) e dos Gastos Gerais Administrativos (7,7%), crescimento em ambas as rubricas inferior ao do exercício anterior (8,1% e 16,5%, respectivamente), em parte consequência da redução dos encargos com o Programa de Modernização do Grupo devido à conclusão de alguns projectos que o integram.

unidade: milhares de euros excepto percentagens

CUSTOS DE ESTRUTURA	2006		2007	Variação (NCA)	
	PCSB	NCA	NCA	Absoluta	Relativa
Custos Com Pessoal	128.666	131.219	136.035	4.816	3,7%
Gastos Gerais Administrativos	101.261	104.855	112.958	8.102	7,7%
Amortizações	17.431	14.403	13.996	-407	-2,8%
Custos de Estrutura	**247.358**	**250.477**	**262.989**	**12.512**	**5,0%**



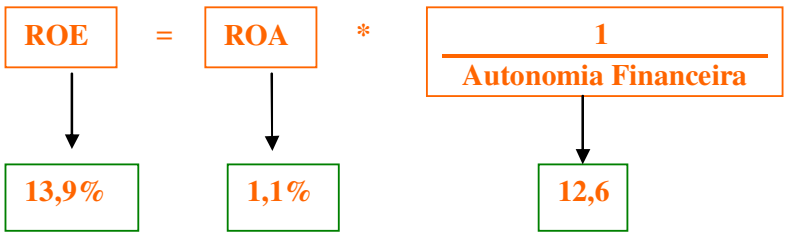
O crescimento moderado dos Custos de Estrutura conjugado com o aumento mais acentuado do Produto Bancário reflectiu-se num Rácio de Eficiência de 54,1% que evidencia uma evolução bastante positiva quando comparado com 2006 em NCA (59,0%), baixando inclusivamente a um nível inferior ao verificado em 2005 (56,4% em PCSB), e reforçando a sua posição entre os melhores do sistema financeiro português.



Os resultados do exercício do SICAM em 2007 foram ainda positivamente influenciados pela contabilização de impostos diferidos activos de mais de 13.207 milhares de euros atenuando o impacto crescente da dotação para impostos correntes (+21.102 milhares de euros do que em 2006).

A rentabilidade da exploração ao nível global do SICAM mantém-se favorável, sendo o rácio de rentabilidade do activo (ROA) superior a 1% comparando favoravelmente com o da restante banca. O nível de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), por sua vez, é da ordem de 13,9%, reflectindo a elevada autonomia financeira do SICAM, que não recorre a

outras Instituições de Crédito nem ao mercado de capitais (dívida) para o financiamento das suas operações.



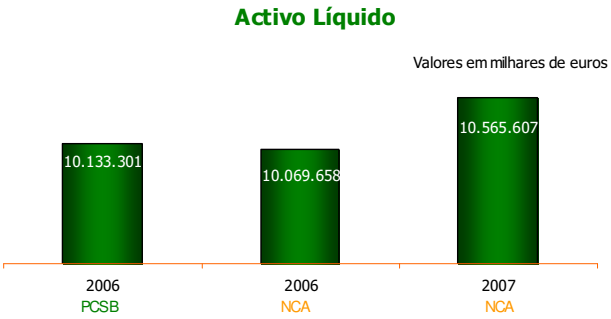
Nota: indicadores calculados com base na média dos valores extremos do exercício de 2007
Autonomia Financeira = Capitais Próprios Médios/Activo Médio

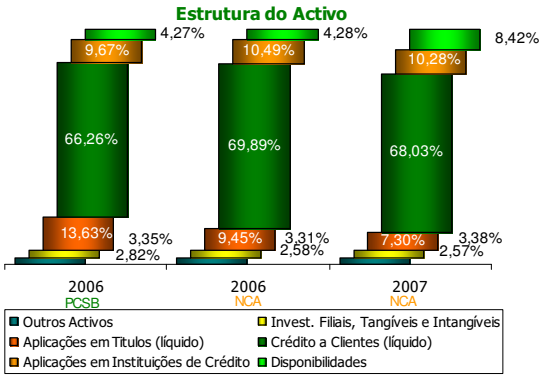
ESTRUTURA DO BALANÇO

Valores em milhares de euros, excepto %

SÍNTESE DE INDICADORES	2006		2007	Variação (NCA)	
	PCSB	NCA	NCA	Absoluta	Relativa
Disponibilidades	431.167	431.167	889.844	458.677	106,38%
Aplicações em Instituições de Crédito	975.824	1.056.002	1.086.328	30.326	2,87%
Crédito a Clientes (líquido)	6.685.388	7.037.783	7.188.241	150.458	2,14%
Aplicações em Titulos (líquido)	1.375.050	951.710	771.564	-180.146	-18,93%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	337.973	333.536	357.632	24.096	7,22%
Outros Activos	284.788	259.460	271.998	12.538	4,83%
Total do Activo (líquido)	**10.090.190**	**10.069.658**	**10.565.607**	**495.950**	**4,9%**
Recursos de Instituições de Crédito	159.719	159.922	11.522	-148.400	-92,80%
Recursos de Clientes	8.630.478	8.662.858	9.157.713	494.855	5,7%
Outros passivos	141.239	160.054	194.709	34.655	21,7%
Provisões	112.764	70.625	79.914	9.289	13,2%
Empréstimos Subordinados	217.613	217.613	206.712	-10.901	-5,0%
Responsabilidades representadas por Títulos	139	41.447	41.447	0	0,0%
Situação Líquida	828.237	757.138	873.589	116.451	15,4%
Total do Passivo e da Situação Líquida	**10.090.190**	**10.069.658**	**10.565.607**	**495.950**	**4,9%**

O Activo Líquido do SICAM ultrapassou os 10,5 mil milhões de euros em 2007, traduzindo um crescimento de 4,9% em relação ao exercício anterior.





A rubrica de Crédito a Clientes, que naturalmente é a que assume maior relevância na estrutura do Activo do SICAM (mais de 2/3), registou um crescimento modesto de cerca de 1%, perdendo peso essencialmente a favor de disponibilidades em IC, que duplicaram em 2007. As disponibilidades em IC representavam no final do exercício 8,4% do Activo Líquido e as aplicações em IC mantinham um peso de cerca de 10% do total do Activo Líquido. O crescimento do crédito líquido sobre Clientes foi de apenas 2,1%, inferior ao do exercício de 2006 em que se situou nos 3,4%.

Refira-se que se ignorarmos a participação da Caixa Central em programas de papel comercial, activo que em NCA é integrado na rubrica de crédito a clientes, o crescimento desta carteira é mais acentuado (3% e 4,3 %, consoante se trate de crédito bruto ou líquido).

O abate ao activo de créditos totalmente provisionados e com reduzida expectativa de recuperação (prática corrente na restante banca) e a melhoria da eficiência das áreas de acompanhamento e recuperação de algumas Caixas Associadas conduziram a um decréscimo significativo no crédito vencido, de 2006 para 2007, quer no que se refere ao crédito vencido a mais de 90 dias (-13,7%) quer no que se refere ao crédito vencido total (-16,9%).

Valores em milhares de euros, excepto %

Qualidade do Crédito	2006		2007	Variação	
	PCSB	NCA	NCA	Absoluta	Relativa
1. Crédito total sobre clientes	**6.965.977**	**7.394.296**	**7.467.441**	**73.145**	**1,0%**
1.1. Crédito sobre clientes (vincendo)	**6.615.071**	**7.043.390**	**7.175.975**	**132.585**	**1,9%**
crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido ao abrigo da alínea a) do ponto1 do nº4 do Aviso 3/95	24.919	24.919	19.044	-5.874	-23,6%
1.2. Crédito e juros vencidos	**350.906**	**350.906**	**291.466**	**-59.439**	**-16,9%**
do qual: vencido a mais de 90 dias	299.135	299.135	258.178	-40.956	-13,7%
2. Provisões totais para Crédito	**350.755**	**427.139**	**347.943**	**-79.196**	**-18,5%**
2.1. Provisões específicas	280.590	356.513	279.200	-77.313	-21,7%
para crédito e juros vencidos	222.447	222.447	179.699	-42.748	-19,2%
para cobrança duvidosa	58.142	134.066	99.501	-34.565	-25,8%
2.2 Para riscos gerais de crédito	70.165	70.625	68.743	-1.882	-2,7%
Crédito vencido a mais de 90 dias /crédito total	4,3%	4,0%	3,5%		
Crédito vencido/crédito total	5,0%	4,7%	3,9%		
Rácio de crédito com incumprimento (a)	4,7%	4,4%	3,7%		
Rácio de crédito com incumprimento líquido (b)	0,65%	-0,46%	-0,03%		
Provisões (c)/crédito vencido a mais de 90 dias	93,8%	119,2%	108,1%		
Provisões totais para crédito/crédito vencido há mais de 90 dias	117,26%	142,79%	134,77%		

(a) Rácio definido de acordo com a Instrução 16/2004 do Banco de Portugal: crédito em incumprimento/crédito total em que:
crédito em incumprimento = crédito vencido a mais de 90 dias + crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento (conforme alinea a) do nº1 do nº4 do Aviso3/95)

(b) Rácio definido de acordo com a Instrução 16/2004 do Banco de Portugal: crédito em incumprimento liquído/crédito total líquido, em que:
crédito com incumprimento líquido = crédito com incumprimento - (provisões p/ crédito vencido + provisões p/ crédito de cobrança duvidosa)
crédito total líquido = crédito total - (provisões para crédito vencido + provisões para crédito de cobrança duvidosa)

(c) Provisões específicas

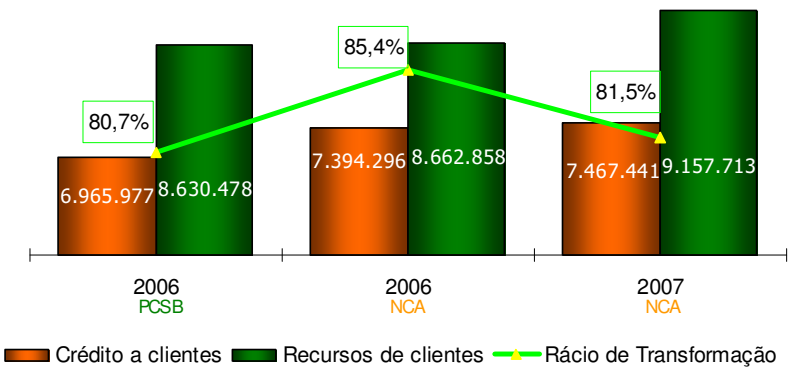
Consequentemente, o rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias reduziu-se de 4,3% em finais de 2006 para 3,5% no final de 2007, e o rácio de crédito em incumprimento - conforme Instrução 16/2004 do Banco de Portugal - desceu de 4,4% em 2006 para 3,7% em 2007.

O crédito vencido do SICAM mantém uma confortável cobertura por provisões, com um rácio de cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias por provisões especificas de 108,1% e pelo total de provisões de 134,8%, tendo o rácio de incumprimento líquido assumido pela primeira vez valores negativos (-0,03% no final de 2007).

Os Depósitos totais de Clientes no conjunto do SICAM apresentavam no final do exercício de 2007 um acréscimo de 5,7% (a que corresponde um aumento em termos absolutos de 494.855 milhares de euros), mantendo-se como o principal recurso do SICAM (cerca de 95% do passivo do SICAM e mais de 86,6% do Activo total). Regista-se o aumento de 6,8% nos depósitos a prazo, inferior ao verificado em 2006 (8%), e o crescimento de 2,2% dos depósitos à ordem, numa conjuntura caracterizada por forte concorrência na captação de recursos, face à actual crise de liquidez do sistema financeiro em geral, que é certamente resultante de uma maior agressividade comercial.

Evolução do Crédito e Recursos de Clientes

Valores em milhares de euros excepto percentagens



A taxa de crescimento dos Recursos de Clientes foi superior à do Crédito a Clientes, traduzindo-se em nova variação do rácio de transformação, que no final de 2007 se situou em 81,5% contra 85,1% em 2006 recalculado numa base NCA. Contudo, este comportamento (efeito volume) não teve impacto negativo na Margem Financeira, por o acréscimo verificado nas taxas de juro (efeito taxa) ter tido reflexo mais significativo nos juros recebidos do que nos juros pagos, como atrás já referimos.

Refira-se o impacto negativo na Situação Líquida causado pelos ajustamentos de transição do PCSB para NCA, bem patente quando comparamos os valores de 2006 em PCSB com os de 2006 em NCA, e que decorrem principalmente da reclassificação em Passivo, na rubrica Instrumentos Representativos de Capital, de 41.447 milhares de euros de capital extraordinário das CCAM. Esta alteração contabilística não tem contudo qualquer impacto em termos prudenciais, continuando essa verba a integrar os fundos próprios de base do Grupo.

Neste contexto, a evolução positiva da Situação Liquida do SICAM, aumento de 116.451 milhares de euros, é essencialmente reflexo do impacto dos resultados positivos obtidos.

GRUPO CRÉDITO AGRICOLA

Considerando o **Grupo Crédito Agrícola** no seu conjunto (SICAM e empresas), refira-se que a comparabilidade dos resultados obtidos em 2007 com os registados em 2006 é dificultada pelo facto de não dispormos de Demonstrações Financeiras de 2006 ajustadas às NCA e por se ter alterado, face ao novo enquadramento contabilístico em vigor, o método de consolidação das contas das seguradoras no Grupo, que a partir de 2007 passou a ser o da consolidação integral.

Apesar destes constrangimentos releva-se a obtenção em 2007 de resultados consolidados de 120,2 milhões de euros que traduzem essencialmente os lucros do SICAM (actividade de banca comercial do Grupo), das seguradoras (CA Vida e CA Seguros), das empresas das áreas de banca de investimento (CA Gest) e de banca de negócio (CA Consult), das instrumentais (CA Informática e CA Serviços) e FENACAM.\ Em 2006 os resultados consolidados foram de 85,2 milhões de euros.

Refira-se ainda que o Activo Líquido do Grupo Crédito Agrícola atingiu os 11,2 mil milhões de euros (que compara com 10,1 mil milhões de euros em 2006).

Destacam-se, no Passivo, os Recursos de Clientes que, apesar da conjuntura desfavorável, cresceram 6% em relação a 2006.

Quanto à Situação Líquida, pese embora o novo enquadramento contabilístico para o capital extraordinário das Caixas Associadas (considerado como Passivo, apenas na óptica contabilística), e tendo em conta o novo método de consolidação das seguradoras e o impacto dos ajustamentos decorrentes da alteração do Plano de Contas, registou um incremento de quase 68 milhões de euros ascendendo no final do exercício de 2007 a 887,4 milhões de euros.

5. Evolução Económica das Caixas Associadas

(INTERNO)

O processo de consolidação económica e financeira das Caixas Associadas prosseguiu em 2007, tendo o seu número diminuído de 105 no final de 2006 para 100 no final de 2007, resultado de 5 processos de fusão.

Todavia, e desde 2006, as fusões entre CCAM têm ocorrido também como veículo de reorganização estrutural do SICAM, deixando de ser encaradas como meras soluções para resolver situações de desequilíbrio financeiro, embora a necessidade de concretizar este tipo de fusões se mantenha, naturalmente, em alguns casos.

Desde o ano 2003, em que existiam ainda 120 Caixas Associadas, o processo continuado de fusões conduziu à elevação do activo líquido médio das Caixas, de 66,8 milhões de euros para 102,5 milhões de euros no final de 2007, evoluindo de 5,0 para 6,4 Balcões a dimensão média da rede das Caixas no mesmo período.

Este facto tem impacto a diversos níveis uma vez que o aumento de dimensão das Caixas Associadas cria condições favoráveis para a existência de estruturas de gestão mais sólidas e profissionalizadas, potenciando uma maior competitividade comercial, uma melhor análise dos riscos e processos de controlo interno mais eficientes, contribuindo assim para o reforço da solidez financeira do SICAM.

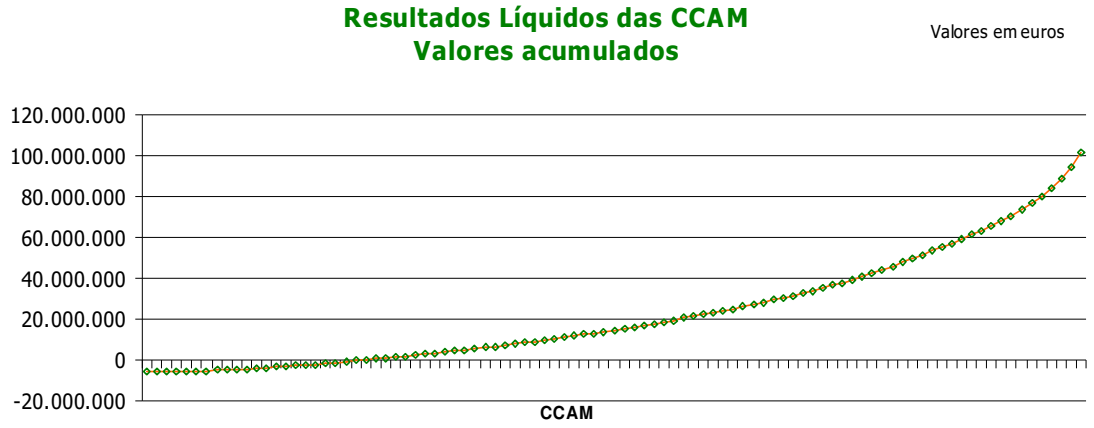
	Nº de CCAM	Activo Líquido € 10^6	Nº médio de Balcões por CCAM
2003	120	66,8	**5,0**
2004	118	76,9	**5,2**
2005	111	82,0	**5,7**
2006	105	91,7	**6,0**
2007	**100**	**102,5**	**6,4**

No final do exercício a rede de distribuição do Crédito Agrícola era constituída por 647 Balcões, incluindo os 4 Balcões detidos pela Caixa Central.

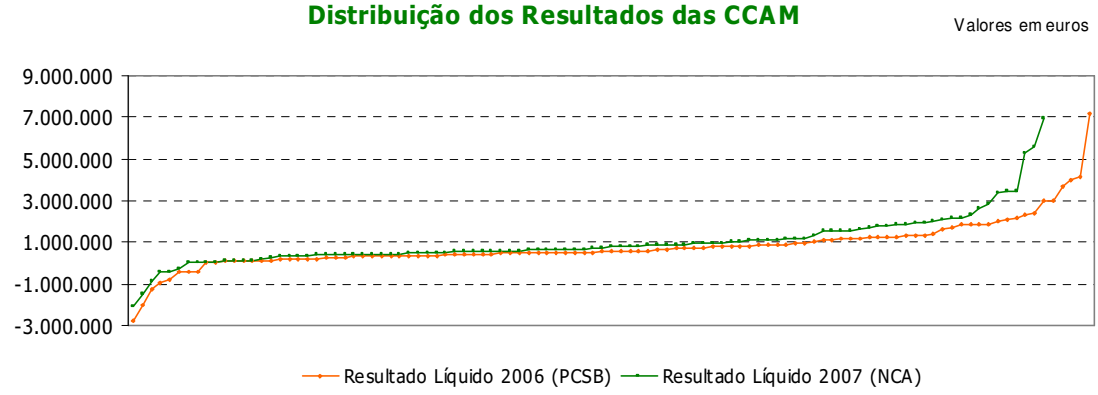
Dos resultados registados pelas Caixas Associadas, destacam-se os Resultados Líquidos superiores a 2 milhões de euros alcançados por 13 CCAM, que ultrapassaram mesmo os 4 milhões de euros em 3 dessas Caixas Associadas.

Resultado Líquido (em euros)	Nº CCAM	%
<= 0	6	6%
> 0 <= 500 000	26	26%
> 500 000 <= 1 000 000	33	33%
> 1 000 000 <= 2 000 000	22	22%
> 2 000 000 <= 4 000 000	10	10%
> 4 000 000	3	3%
Total	**100**	**100%**

Constata-se porém a obtenção de prejuízos em 6 Caixas Associadas, duas das quais abrangidas por processos de fusão (um já concluído em 2008 e outro ainda em curso) e as restantes intervencionadas.



Como o gráfico seguinte ilustra é necessário agregar o Resultado de 21 CCAM para absorver os prejuízos dessas 6 CCAM, uma clara evidência de que urge corrigir a situação de exploração das referidas CCAM pois os seus resultados negativos são fortemente penalizadores para o SICAM.

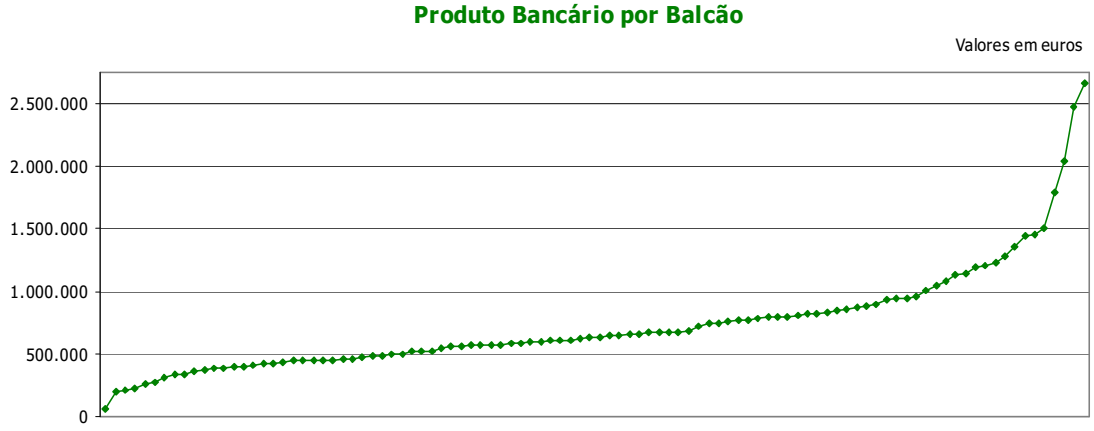


Tomadas globalmente, as Caixas Associadas contribuem significativamente para a formação do Resultado Líquido consolidado (num total agregado de 101,4 milhões de euros), representando a sua parcela mais significativa.

Como se pode constatar pela leitura do gráfico acima, e pese embora o facto de os valores considerados nos dois exercícios não serem directamente comparáveis por terem sido determinados com base em sistemas e critérios contabilísticos distintos, evidencia-se uma melhoria marginal dos lucros apresentados pela generalidade das CCAM.

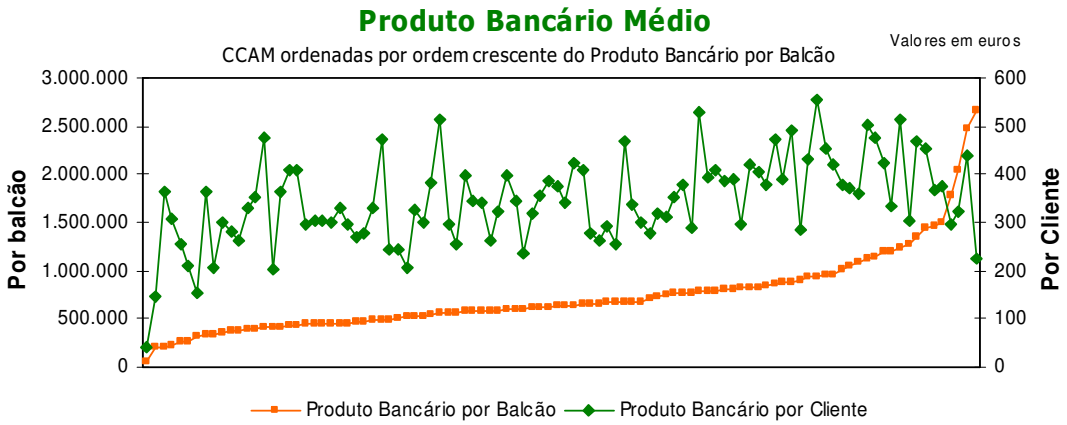
Ainda que a evolução do SICAM a nível comercial tenha sido favorável, o potencial de geração de proveitos de muitas CCAM poderá ainda ser incrementado com uma gestão mais eficaz da chamada margem complementar, quer através do aumento da efectividade da cobrança das comissões por serviços prestados quer através da dinamização do *cross selling*.

De facto, o Produto Bancário médio por cliente do conjunto das Caixas Associadas é de cerca de 337,5 euros, significativamente inferior ao valor médio dos principais bancos, o que no entanto se explica também pela localização de muitos Balcões do SICAM, situados em zonas predominantemente rurais.



O produto bancário médio por CCAM aumentou de 3,5 milhões de euros em 2006 (numa base PCSB) para 4,1 milhões em 2007.

Em 33 CCAM o produto bancário obtido foi superior à média tendo mesmo em 2 delas ultrapassado os 17 milhões de euros. Em 5 CCAM o produto bancário não ultrapassou 1 milhão de euros.

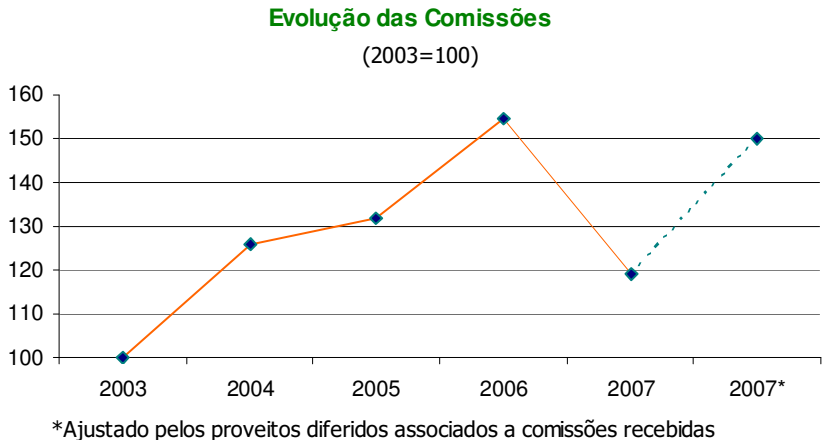


Em 2003 apenas em 12 Caixas Associadas os proveitos resultantes de comissões excediam um milhão de euros. Em 2007, 18 CCAM conseguiram ultrapassar esse valor, o que oferece grande margem de expansão, tanto mais que em 2006 o número de CCAM nessas condições era já de 26.

Esta redução pode dever-se também à alteração dos critérios contabilísticos decorrentes da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade.

De facto, com a introdução das NCA as comissões recebidas deixaram de ser registadas na íntegra como proveito do exercício no momento da sua cobrança, passando esse proveito a ser periodificado ao longo da vida da operação a que se refere.

Assim, para estabelecer uma base comparável, foi necessário adicionar às comissões do exercício de 2007, os valores do activo registados como receitas com proveito diferido associados a comissões recebidas. Pese embora este ajustamento, verifica-se ainda um pequeno decréscimo no volume de comissões líquidas face a 2006.



Relativamente ao crédito vencido verifica-se que 65 Caixas Associadas apresentaram rácios de crédito vencido inferiores a 5%, sendo mesmo inferiores a 2% em 22 CCAM.

%	Nº CCAM	Rácio de Crédito Vencido
22%	22	<= 2%
43%	43	> 2% <= 5%
16%	16	> 5% <= 7,5%
10%	10	> 7,5% <= 10%
9%	9	> 10%
100%	**100**	**Total**

Rácio de Crédito Vencido Líquido	Nº CCAM	%
<= 2%	61	61%
> 2% <= 5%	31	31%
> 5% <= 7,5%	3	3%
> 7,5% <= 10%	2	2%
> 10%	3	3%
Total	**100**	**100%**

Contudo, tendo em conta o nível de provisionamento destes créditos, estas percentagens sobem para 92% e 61%, respectivamente, subsistindo 3 CCAM que mantêm um rácio de crédito vencido líquido superior a 10%.

Quando considerado o crédito em incumprimento, definido de acordo com os normativos do Banco de Portugal, constata-se que apenas 71 CCAM apresentaram um rácio de incumprimento inferior a 5%, sendo inclusivamente inferior a 2,5% em 36 dessas CCAM.

Rácio Incumprimento	Nº CCAM	%
<= 2,5%	36	36%
> 2,5% <= 5%	35	35%
> 5% <= 7,5%	18	18%
> 7,5% <= 10%	2	2%
> 10%	9	9%
Total	**100**	**100%**

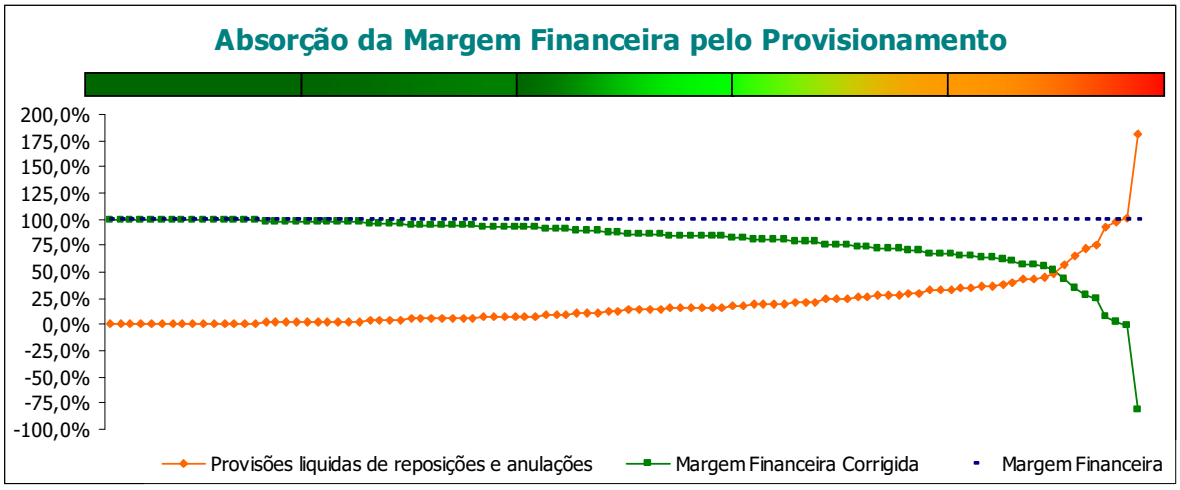
Rácio Incumprimento Líquido	Nº CCAM	%
<= 1,5%	59	59%
> 1,5% <= 2,5%	16	16%
> 2,5% <= 5%	18	18%
> 5% <= 7,5%	4	4%
> 7,5% <= 10%	2	2%
> 10%	1	1%
Total	**100**	**100%**

Este facto traduz a existência de um ainda elevado volume de crédito de cobrança duvidosa, nas restantes CCAM, o que pode indiciar uma forte probabilidade de agravamento do rácio do crédito vencido se não forem rapidamente tomadas medidas adequadas para a sua recuperação.

Saliente-se no entanto, que 75 CCAM apresentam níveis de incumprimento líquido inferior a 2,5%.

A situação mais crítica é a de 7 CCAM com rácio de incumprimento líquido superior a 5%, sendo nestas naturalmente que se impõe, com maior premência, a adopção de medidas para a melhoria da qualidade da sua carteira de crédito.

A redução do rácio de crédito vencido e consequentemente dos custos inerentes ao seu provisionamento continua a constituir um factor crítico para a melhoria das condições de exploração de um número significativo de Caixas Associadas. O gráfico seguinte ilustra a percentagem da Margem Financeira que está afecta à constituição de provisões, reduzindo o volume de proveitos disponível para gerar resultados.



Verifica-se que 20 CCAM que integram o melhor conjunto em termos de comportamento do crédito, conseguem preservar quase na íntegra a sua Margem Financeira, sendo as suas necessidades de financiamento mínimas. O segundo grupo de 20 CCAM apresenta um nível de provisionamento face à margem financeira ainda bastante baixo. Nos grupos restantes a situação é menos favorável sendo negativa no último grupo, que inclui 2 CCAM em que as necessidades de provisionamento excedem a Margem Financeira.

No que se refere à eficiência, a reduzida relevância dos custos de estrutura no produto bancário traduz-se em excelentes índices de eficiência em 30 Caixas Associadas, as quais apresentam um rácio de eficiência inferior a 50%, valor que é o melhor da banca portuguesa exceptuando os bancos que gozam de sinergias em termos de custos com as suas sedes no estrangeiro. Em sentido contrário, 3 CCAM apresentam um rácio de eficiência superior a 70%, o que denota condições de exploração desajustadas.

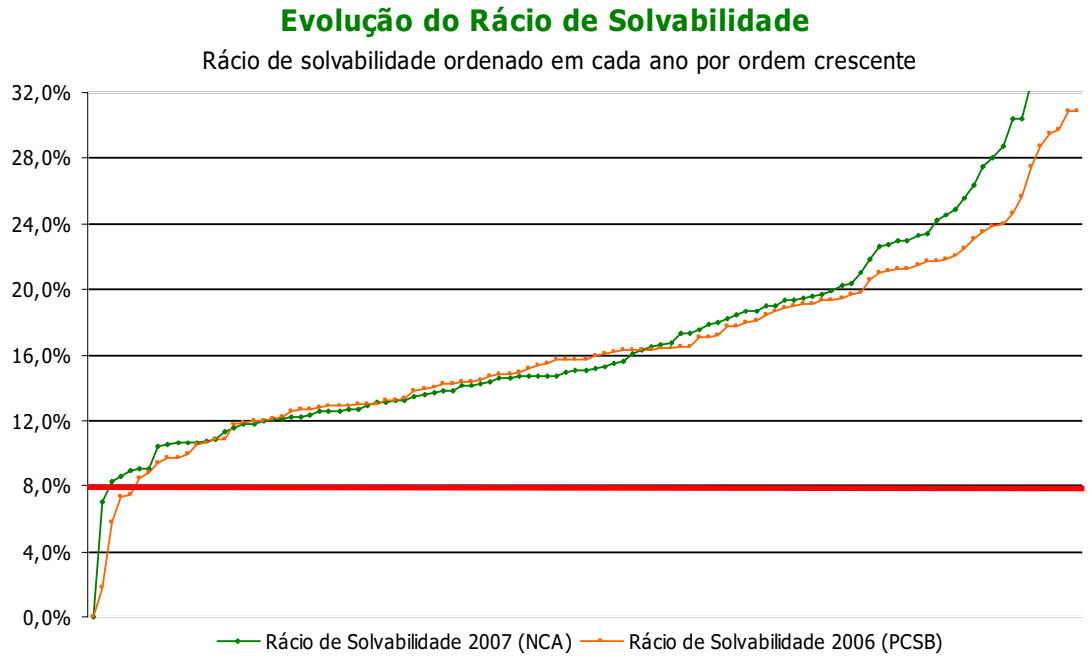
Eficiência Total	Nº CCAM	%
<= 50%	30	30%
> 50% <= 55%	24	24%
> 55% <= 65%	36	36%
> 65% <= 70%	7	7%
> 70% <= 100%	3	3%
Total	**100**	**100%**

Eficiência do Pessoal	Nº CCAM	%
<= 25%	28	28%
> 25% <= 35%	67	67%
>35% <= 50%	4	4%
> 50% <= 100%	1	1%
Total	**100**	**100%**

Há 5 CCAM em que os custos com pessoal consomem mais de um terço do seu produto bancário o que agrava significativamente as suas condições de exploração.

A contenção do crescimento dos custos face ao crescimento do Produto Bancário é condição essencial à melhoria da rendibilidade e à libertação de meios de exploração para a consolidação económica e expansão da actividade das Caixas Associadas. A conclusão de alguns projectos integrados no Plano de Modernização do Grupo, que muito tem onerado os custos de exploração das CCAM, contribuirá certamente para atenuar esses custos.

O Rácio de Solvabilidade das CCAM, no seu conjunto, denota uma melhoria, quase generalizada, quando comparado com o de 2006 em base PCSB.



Salienta-se que existem 21 CCAM com Rácios de Solvabilidade superiores a 2006, ao mesmo tempo que continuam a existir 2 CCAM com Rácio de Solvabilidade inferior ao limite mínimo regulamentar.

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (PRÓFORMA)

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2007 Activo Bruto	2007 Provisões, imparidade e amortizações	2007 Activo líquido	2006 Activo líquido *(Próforma)*
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	754.334.605		754.334.605	283.576.843
Disponibilidades em outras instituições de crédito	135.509.678		135.509.678	147.590.648
Activos financeiros detidos para negociação	4.911.003		4.911.003	5.068.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	323.809.164		323.809.164	199.581.639
Activos financeiros disponíveis para venda	109.603.129	(1.215.926)	108.387.203	281.343.829
Aplicações em instituições de crédito	1.086.327.951	-	1.086.327.951	1.056.001.880
Crédito a clientes	7.467.441.123	(279.199.950)	7.188.241.173	7.037.782.701
Investimentos detidos até à maturidade	334.456.536	-	334.456.536	465.715.441
Outros activos tangíveis	395.468.622	(146.451.693)	249.016.929	240.937.741
Activos intangíveis	17.852.099	(16.619.353)	1.232.746	953.421
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	107.872.510	(490.490)	107.382.020	91.644.831
Activos por impostos correntes	996.200		996.200	2.749.743
Activos por impostos diferidos	47.894.620		47.894.620	33.030.843
Outros activos	260.575.370	(37.468.119)	223.107.251	223.679.320
Total do Activo	11.047.052.610	(481.445.531)	10.565.607.079	10.069.657.554

PASSIVO E CAPITAL	2007	2006 *(Próforma)*
Recursos de outras instituições de crédito	11.522.287	159.921.847
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.157.713.088	8.662.857.963
Responsabilidades representadas por títulos	-	139.291
Provisões	79.914.285	70.625.448
Passivos por impostos correntes	23.782.705	10.961.807
Passivos por impostos diferidos	754.894	454.347
Instrumentos representativos de capital	41.447.495	41.447.495
Outros passivos subordinados	206.712.129	217.612.961
Outros passivos	170.170.986	148.498.077
Total do Passivo	9.692.017.869	9.312.519.236
Capital	680.707.181	636.745.856
Reservas de reavaliação	5.964.075	8.332.622
Outras reservas e resultados transitados	73.587.916	15.338.379
Lucro do exercício	113.330.038	96.721.461
Total do Capital	873.589.210	757.138.318
Total do Passivo e do Capital	10.565.607.079	10.069.657.554

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (PRÓFORMA)

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2007	2006 *(Próforma)*
Juros e rendimentos similares	612.590.859	521.290.119
Juros e encargos similares	(225.540.314)	(169.847.835)
Margem financeira	387.050.545	351.442.284
Rendimentos de instrumentos de capital	534.883	398.386
Rendimentos de serviços e comissões	83.321.791	83.954.987
Encargos com serviços e comissões	(7.804.779)	(6.998.726)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(388.877)	347.692
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(907.917)	(268.231)
Resultados de reavaliação cambial	1.026.869	791.590
Resultados de alienação de outros activos	(2.279.222)	(1.920.074)
Outros resultados de exploração	25.639.462	(3.126.087)
Produto bancário	486.192.755	424.621.821
Custos com pessoal	(136.035.224)	(131.219.237)
Gastos gerais administrativos	(112.957.513)	(104.855.413)
Amortizações do exercício	(13.995.960)	(14.402.506)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(3.703.059)	(12.476.663)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(65.538.140)	(39.936.978)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(2.014.679)	2.673.596
Resultado antes de impostos	151.948.180	124.404.620
Impostos		
correntes	(51.825.468)	(30.723.502)
diferidos	13.207.326	3.040.343
Resultado líquido do exercício	113.330.038	96.721.461

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (PRÓFORMA)

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2007 Activo Bruto	2007 Provisões, imparidade e amortizações	2007 Activo líquido	2006 Activo líquido *(Próforma)*
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	754.336.680	-	754.336.680	283.834.972
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	136.073.832	-	136.073.832	151.769.758
Activos financeiros detidos para negociação	9	5.116.278	-	5.116.278	5.288.428
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10	323.834.270	-	323.834.270	197.031.148
Activos financeiros disponíveis para venda	11	700.844.410	(1.301.673)	699.542.737	808.247.525
Aplicações em instituições de crédito	12	1.100.104.822	-	1.100.104.822	1.058.905.949
Crédito a clientes	13	7.388.518.865	(279.209.207)	7.109.309.658	6.972.244.817
Investimentos detidos até à maturidade	14	334.456.536	-	334.456.536	465.715.441
Outros activos tangíveis	15	516.176.929	(181.507.103)	334.669.826	300.940.660
Activos intangíveis	16	113.993.654	(79.050.192)	34.943.462	20.912.587
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	12.327.139	(122.874)	12.204.265	12.209.542
Activos por impostos correntes	18	2.375.012	-	2.375.012	3.040.912
Activos por impostos diferidos	18	61.398.693	-	61.398.693	49.487.838
Outros activos	20	311.618.220	(39.511.849)	272.106.371	271.540.705
Total do Activo		11.761.175.340	(580.702.898)	11.180.472.442	10.601.170.282

PASSIVO E CAPITAL	Notas	2007	2006 *(Próforma)*
Recursos de outras instituições de crédito	21	11.580.990	160.040.256
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	9.121.599.490	8.637.206.545
Responsabilidades representadas por títulos		-	142.350
Provisões	23	79.263.910	62.679.998
Provisões técnicas de contratos de seguros	19 e 23	630.292.139	539.761.534
Passivos por impostos correntes	18	23.973.833	11.027.128
Passivos por impostos diferidos	18	8.501.474	10.826.780
Instrumentos representativos de capital	24	41.447.495	41.447.495
Outros passivos subordinados	25	206.602.150	218.530.726
Outros passivos	26	169.818.398	154.011.275
Total do Passivo		10.293.079.879	9.835.674.087
Capital	28	680.707.181	636.745.856
Reservas de reavaliação	29	20.807.839	27.180.701
Outras reservas e resultados transitados	29	40.753.592	(6.731.053)
Lucro do exercício	30	120.245.751	88.736.639
Interesses minoritários	31	24.878.200	19.564.052
Total do Capital		887.392.563	765.496.195
Total do Passivo e do Capital		11.180.472.442	10.601.170.282

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (PRÓFORMA)

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2007	2006 *(Próforma)*
Juros e rendimentos similares	32	628.289.793	544.328.668
Juros e encargos similares	33	(223.745.161)	(169.310.010)
Margem financeira		404.544.632	375.018.658
Margem técnica da actividade de seguros	42	114.477.723	142.023.821
Rendimentos de instrumentos de capital	34	3.411.930	1.105.471
Rendimentos de serviços e comissões	35	86.171.245	94.523.051
Encargos com serviços e comissões	36	(9.977.924)	(10.001.724)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	(2.002.689)	939.037
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	(7.184.107)	(3.698.215)
Resultados de reavaliação cambial	39	1.026.869	832.401
Resultados de alienação de outros activos	40	(2.161.704)	1.462.902
Outros resultados de exploração	41	23.137.628	(21.515.133)
Produto bancário		611.443.603	580.690.269
Custos com pessoal	43	(160.547.473)	(147.375.379)
Gastos gerais administrativos	44	(94.274.034)	(92.232.226)
Amortizações do exercício	15 e 16	(28.569.712)	(24.613.273)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	(98.663.809)	(134.961.590)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(67.627.906)	(56.772.306)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	45.338	(4.178.270)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	30	1.467.094	(508.389)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		163.273.101	120.048.836
Impostos			
correntes		(53.897.295)	(33.509.831)
diferidos	18	11.938.461	2.941.793
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		121.314.267	89.480.798
Interesses minoritários	30 e 31	(1.068.516)	(744.159)
Resultado consolidado do exercício		120.245.751	88.736.639

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

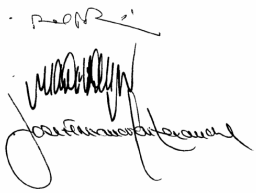
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	2007	2006 Próforma
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	714.461.038	638.851.719
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(233.723.085)	(179.311.734)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(253.404.581)	(236.481.084)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(1.416.926)	(3.126.521)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o Rendimento	(41.958.834)	(30.568.038)
Resultados de associadas e emp. conjuntos (equivalência patrimonial)	1.467.094	(508.389)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional	195.881.223	123.836.565
	381.305.929	312.692.518
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	202.964.220	622.530.735
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor atrav	128.633.661	196.446.417
Activos financeiros disponíveis para venda	(53.867.969)	27.771.649
Aplicações em instituições de crédito	41.198.873	368.659.839
Investimentos detidos até à maturidade	(131.258.905)	23.616.230
Outros activos	14.826.472	92.510.954
	202.496.352	1.331.535.824
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(148.459.266)	138.050.318
Recursos de clientes e outros empréstimos	484.392.945	481.606.596
Outros passivos	33.008.351	486.462.105
	368.942.030	1.106.119.019
Caixa líquida das actividades operacionais	547.751.607	87.275.713
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos	(3.411.930)	(1.105.471)
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	15.243.500	(20.507.535)
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de ali	76.039.006	34.108.014
Caixa líquida das actividades de investimento	87.870.576	12.495.008
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(11.928.576)	4.484.126
Interesses minoritários	4.245.632	16.147.551
Aumento (diminuição) de Capital	2.607.695	(18.374.980)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(5.075.249)	2.256.697
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	454.805.782	77.037.402
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	435.604.730	358.567.328
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	890.410.512	435.604.730

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O anexo faz parte integrante destas demonstrações

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

			Outras reservas e resultados transitados						
	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses minoritários	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	655.120.835	8.538.295	177.146.076	(212.348.490)	(35.202.414)	77.644.869	706.101.585	2.672.342	708.773.927
Impacto da adopção dos IAS/IFRS (Nota 4)	(41.447.495)	18.114.781	-	(26.907.455)	(26.907.455)	-	(50.240.169)	-	(50.240.169)
Saldos em 1 de Janeiro de 2006 (Proforma IAS/IFRS)	613.673.340	26.653.076	177.146.076	(239.255.945)	(62.109.869)	77.644.869	655.861.416	2.672.342	658.533.758
Distribuição do lucro do exercício de 2005:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	47.840.049	29.804.820	77.644.869	(77.644.869)	-	-	-
Aumento de capital por incorporação de reservas	23.072.516	-	(23.072.516)	-	(23.072.516)	-	-	-	-
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	16.891.710	16.891.710
Variação da reserva de justo valor	-	683.856	-	-	-	-	683.856	-	683.856
Impostos diferidos associados à variação da reserva de justo valor		(156.231)	-	-	-	-	(156.231)	-	(156.231)
Outros	-	-	-	806.463	806.463		806.463	-	806.463
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	88.736.639	88.736.639	-	88.736.639
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	636.745.856	27.180.701	201.913.609	(208.644.662)	(6.731.053)	88.736.639	745.932.143	19.564.052	765.496.195
Distribuição do lucro do exercício de 2006:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	58.236.014	30.500.625	88.736.639	(88.736.639)	-	-	-
Aumento de capital:									
Por entrada de dinheiro	2.607.695	-	-	-	-	-	2.607.695	-	2.607.695
Por incorporação de reservas	41.353.630	-	(41.353.630)	-	(41.353.630)	-	-	-	-
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	5.314.148	5.314.148
Variação da reserva de justo valor	-	(8.670.561)	-	-	-	-	(8.670.561)	-	(8.670.561)
Impostos diferidos associados à variação da reserva de justo valor	-	2.297.699	-	-	-	-	2.297.699	-	2.297.699
Outros	-	-	-	101.636	101.636		101.636	-	101.636
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	120.245.751	120.245.751	-	120.245.751
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	680.707.181	20.807.839	218.795.993	(178.042.401)	40.753.592	120.245.751	862.514.363	24.878.200	887.392.563

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhante às aplicadas para as restantes instituições de crédito.
As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – "GCA"), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

Assim, o Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

Dos factos mais relevantes ocorridos no exercício de 2007, salienta-se a alienação da totalidade da participação que o Grupo Crédito Agrícola detinha na filial Crédito Agrícola Dealer, S.A..

Em 26 de Fevereiro de 2007 a participada CA Finance transferiu a sua sede social de Guernsey para Cabo Verde ao abrigo da autorização conferida pelo Ministério das Finanças e Planeamento do Governo da República de Cabo Verde, tendo também procedido à alteração da sua designação social de CBI Finance Limited para CA Finance - Gestão de Activos, (IFI), Sociedade Unipessoal, S.A..

No segundo semestre de 2007, as filiais Rural Informática, Serviços de Informática, S.A. e SICAMSERV- Serviços Informáticos e de Gestão – ACE mudaram de denominação para Crédito Agrícola Informática, Serviços de Informática, S.A. e Crédito Agrícola Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão – ACE, respectivamente.

No final do ano de 2007, o FIQ PME Investimento Global, passou a ser gerido pela sociedade InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA e passando a denominar-se FCR InovCapital Global 2.

No início do exercício de 2006 foi constituída pela Caixa Central, uma Sucursal Financeira Exterior em Cabo Verde, denominada "Instituição Financeira Internacional (IFI) – Cabo Verde".

No ano de 2006, a Caixa Central, adquiriu a totalidade da sua participação no Fundo Portugal Blue Chip Fund, correspondente a 352.252 unidades de participação. Durante o exercício de 2006, o Fundo cessou a sua actividade entrando em processo de dissolução. O Fundo de Investimento Portugal Blue Chip Fund Ltd, é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Butterfield Fund Services, que tem sede em St. Peter Port – Guernsey. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o activo do fundo é constituído apenas por aplicações em bancos, já não detendo qualquer participação financeira.

A Crédito Agrícola Vida S.A., no exercício de 2006, procedeu a aumento do seu capital no montante de 3.000.000 euros correspondentes a 600.000 acções.

Em 2006, a Rural Seguros S.A. alterou a sua denominação social para Crédito Agrícola Seguros S.A. (CA Seguros).

As alterações ocorridas no âmbito do SICAM decorreram apenas de fusões entre Caixas Agrícolas associadas.

As contas consolidadas integram as contas das 100 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2007.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março e Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

Até 31 de Dezembro de 2006, as demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução nº 4/96 do Banco de Portugal, de 17 de Junho e do Decreto-Lei nº 36/92, de 26 de Março.

Em 2007 o GCA apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com os IAS/IFRS, excepto no que se refere aos princípios de consolidação (Nota 2.3.), sendo o impacto da introdução destas normas apresentado na Nota 4.

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA em 31 de Dezembro de 2007, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do GCA que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Comparabilidade da informação

Conforme permitido pelo Aviso nº 1/2005, o GCA elaborou até 31 de Dezembro de 2006 as suas demonstrações financeiras, em base consolidada, em conformidade com as normas constantes da instrução nº 4/96 do Banco de Portugal.

Em 2007 o GCA apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IAS/IFRS, excepto no que se refere aos princípios de consolidação que se encontram descritos na Nota 2.3..

Com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2006 foram convertidas para IAS/IFRS (demonstrações financeiras próforma).

2.3. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as alterações introduzidas pelos Decreto Lei n.º 230/95, de 12 de Setembro, Decreto Lei n.º 320/97, de 25 de Novembro, e Decreto Lei n.º 102/99, de 31 de Março);

- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março; e

- Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal.

a) Empresas filiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pelo Caixa Central (Nota 5).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais a Caixa Central exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

As diferenças de consolidação negativas (*badwill*) foram transferidas para reservas no balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2006.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O *goodwill* é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com o IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (*goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

2.4. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas. Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de “fixing” indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;

- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

c) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial), sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo o método da taxa efectiva, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira, contratos de locação financeira e as responsabilidades da Sucursal dos Açores.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (à mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados "eventos de perda", entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - das condições e/ou capacidade de pagamento;
  - das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percepcionada pelos Serviços do GCA (*incurred but not reported*). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida como dedução às perdas por imparidade reconhecidas em resultados, na rubrica "Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reversões e recuperações)".

d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

ii) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que o GCA optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu *bid-price* ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "*discounted cash flows*".

Quando são utilizadas técnicas de "*discounted cash flows*", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do GCA mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

v) Empréstimos e contas a receber

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

Em 2007, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 147.875.984 Euros, descritos na Nota 25.

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros com excepção de crédito a clientes e outros valores a receber, conforme referido na Nota 2.4.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda com evidência de imparidade, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);

- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash flows descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuadas avaliações aos imóveis de modo a identificar eventuais perdas por imparidade.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

h) Activos tangíveis disponíveis para venda

O GCA regista em "Outros activos" os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito (de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal), riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 23).

j) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;

- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *Projected Unit Credit* para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscrito.

Em 1 de Janeiro de 2006 o SICAM optou por não aplicar retrospectivamente o IAS 19, não tendo efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse sido adoptado desde o início dos planos de pensões. Deste modo, a totalidade dos ganhos e perdas actuariais já existentes e os acréscimos de responsabilidades calculados à data de transição decorrentes da aplicação pela primeira vez do IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados na data de transição.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo numa rubrica de desvios actuariais e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do valor actual das responsabilidades totais ou do valor do fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores

abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.
As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos dos planos e dos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados devido ao método do corredor, são registadas em "Outros passivos".

O Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. O SICAM reconheceu na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" o impacto da adopção do IAS no dia 1 de Janeiro de 2006.

k) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método *Projected Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

l) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais. As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores beneficiam, ao abrigo do Artigo 34º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na Portaria nº 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global da Caixa Central é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional das Zonas Franca da Madeira e dos Açores.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;

- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

m) Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

n) Seguros

i) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo GCA respeita as disposições do IFRS 4 – "Contratos de seguro". Esta Norma veio permitir aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela referida norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos.

Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo GCA foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido através da Norma nº 7/94 de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes da introdução do IFRS 4.

Os principais impactos decorrentes da introdução do IFRS 4 nas demonstrações financeiras das companhias de seguros detidas pelo GCA respeitam à classificação dos contratos emitidos ou adquiridos pelo GCA em contratos de seguro ou contratos de investimento. Os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de investimento com participação nos resultados, quando essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial das companhias.

ii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica "Prémios, líquidos de resseguro", da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

iii) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método pró-rata temporis aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

iv) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com excepção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo GCA não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho
A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objectivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;

- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;

- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respectivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	TD 88/90
Taxa de desconto	5,25%	3,75%
Encargos de gestão	-	2,5%

A estimativa da provisão matemática para pensões presumíveis de Acidentes de Trabalho é efectuada com base em triângulos de desenvolvimento das variáveis históricas consideradas relevantes para as provisões matemáticas conhecidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efectuam o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões, já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objectivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos actuariais aplicados a matrizes de *run-off* destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício, e é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de desconto	3,75%
Taxa de inflação	2,5%
Encargos de gestão	2,5%

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afectando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo actuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efectuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

Estas estimativas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

Estas estimativas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

v) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

vi) Provisão matemática do ramo vida

Regista o valor actual das prestações futuras a pagar aos segurados do ramo vida, (líquidas das prestações a cobrar), calculado para cada apólice de acordo com métodos actuariais e segundo as respectivas bases técnicas.

A avaliação das responsabilidades é feita através da comparação das provisões matemáticas de balanço, determinadas prospectivamente, acrescidas de uma *shadow reserve*, com o resultado do teste de adequacidade dos passivos. Caso este último seja superior, acresce-se esse montante ao valor das provisões matemáticas por forma a obter o valor final das responsabilidades.

A *shadow reserve* é constituída pela percentagem do Fundo para Dotações Futuras e das mais valias potenciais do títulos de rendimento fixo a atribuir aos segurados.

O teste de adequacidade dos passivos está descrito mais adiante, na Nota 2.4.n) (x)..

vii) Provisão para participação nos resultados

Regista a parte dos resultados apurados nas carteiras afectas a contratos do ramo vida com participação nos resultados a ser distribuída pelas apólices dos respectivos ramos.

Os produtos de capitalização têm associada uma Conta de Participação Financeira e os produtos com risco de vida têm saldos apurados com base em Contas Técnico-Financeiras, ou só com base em rubricas técnicas, caso não tenham uma componente do prémio destinada à constituição de uma reserva de poupança, no sentido clássico do termo.

A afectação individual dos saldos de participação aos contratos é feita tendo por base critérios objectivos, como, por exemplo, proporcionalmente aos prémios de risco, às Provisões Matemáticas de Balanço ou ao capital seguro, consoante o tipo de modalidade, respeitando-se o contributo individual de cada contrato na criação do respectivo benefício.

viii) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e

- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e

- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial do GCA.

A separação destes montantes entre Segurado e GCA é feita com base nos planos de participação nos resultados, ou com base na percentagem distribuída no último exercício, se esta diferir do estabelecido no plano.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

ix) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

x) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

Os testes de adequacidade de passivos são efectuados da seguinte forma:

Provisões Matemáticas:

a) Produtos financeiros

São calculados os valores das responsabilidades com os segurados usando as taxas que lhes foram garantidas e os montantes de prémios por estes entregues, tendo-se ainda em linha de conta os gastos de gestão internos e externos, bem como as despesas de investimento dos fundos.

São ainda projectados os *cash flows* de receitas e despesas tendo em vista aferir que não existem responsabilidades a imputar ao presente exercício.

b) Produtos de risco com tarifas independentes da idade

São projectados os *cash flows* futuros tendo em vista determinar o valor das responsabilidades futuras, líquidas dos prémios futuros que estes contratos vão gerar. É considerada para o efeito uma taxa de anulações ou transferências dos contratos de 8% e a mortalidade e invalidez real da empresa.

Os cash flows são actualizados à taxa de juro constante das bases técnicas dos produtos, 3%. São considerados os gastos de gestão interno e externo da empresa, bem como as despesas de gestão dos fundos.

c) Produtos de risco com tarifas dependentes da idade

Estes produtos não têm provisões matemáticas, pelo que são projectados os seus cash flows para aferir se existem responsabilidades a imputar ao exercício que não tenham sido previstas nas suas bases técnicas.

Os *cash flows* são actualizados à taxa de juro constante das bases técnicas dos produtos, 3% e a mortalidade e invalidez consideradas são as reais da empresa. São considerados os gastos de gestão interno e externo da empresa.

Provisões para Sinistros:

São projectados os *cash flows* futuros do *run-off* da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os *cash flows*, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xi) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

xii) Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos "Unit-linked") emitidos pelo GCA são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos activos que integram a carteira de investimentos afecta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afectas a produtos "Unit-linked" são compostas por activos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do exercício.

xiii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

xiv) Activos intangíveis resultantes da aquisição de contratos de seguro

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais e o respectivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adoptadas pelo GCA, que corresponde ao "Value in force" da carteira de contratos adquirida, é autonomizado no *goodwill* à data da aquisição e reconhecido separadamente como um activo intangível.

O "Value in force" é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos. Para este efeito, é recalculado com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, sendo a diferença no valor face ao exercício anterior reconhecida na demonstração de resultados.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Capital

Nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2007, o montante considerado na rubrica "Capital" pressupõe a aprovação e concretização da proposta de alteração ao Regime Jurídico do Crédito Agrícola (RJCA) na qual se prevê condicionar o reembolso dos títulos de capital à aprovação pela Assembleia Geral.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito.

4. INTRODUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações financeiras consolidadas teve um impacto global negativo nos capitais próprios do GCA em 1 de Janeiro de 2006 no montante de 50.240.169 Euros, em relação ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCSB resultante dos seguintes efeitos:

		Valor Bruto	Impacto Fiscal	Valor Líquido
Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2006 de acordo com o PCSB				708.773.927
Impacto da adoção dos IAS/IFRS, excluindo IAS 32 e IAS 39:				
Activos tangíveis e imparidade	IAS 16 e 36	(6.176.570)	1.636.791	(4.539.779)
Activos intangíveis	IAS 38	(17.333.004)	4.593.246	(12.739.758)
Responsabilidades com pensões	IAS 19	(5.450.843)	1.444.473	(4.006.370)
Prémio de antiguidade	IAS 19	(15.261.278)	4.044.345	(11.216.933)
Encargos com saúde	IAS 19	(22.117.469)	5.861.129	(16.256.340)
Impostos diferidos	IAS 12	-	22.880.226	22.880.226
Provisões	IAS 37	(690.772)	183.055	(507.717)
Activos detidos para venda	IFRS 5	(1.658.550)	439.516	(1.219.034)
Contratos de seguro	IFRS 4	(478.301)	-	(478.301)
Anulação de diferenças de consolidação negativas (badwill)	IAS 27	4.987.510	-	4.987.510
Anulação de diferenças de reavaliação do método de equivalência patrimonial	IAS 27	39.895	-	39.895
Aplicação do IAS 32 e do IAS 39				
Títulos de capital		(41.447.495)	-	(41.447.495)
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	IAS 18	(7.974.576)	2.113.263	(5.861.313)
Mais-valias potenciais		24.645.961	(6.531.180)	18.114.781
Reconhecimento de títulos detidos até à maturidade ao custo amortizado		2.735.318	(724.859)	2.010.459
		(86.180.174)	35.940.005	(50.240.169)
Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2006 de acordo com os IAS/IFRS				658.533.758

Activos tangíveis e imparidade (IAS 16 e 36)

O GCA regularizou por contrapartida de resultados transitados o valor por amortizar dos activos tangíveis que não cumpriam os requisitos do IAS 16. Estes activos correspondiam essencialmente a obras de remodelação e de alteração de imagem.

Activos intangíveis (IAS 38)

O GCA regularizou por contrapartida de resultados transitados o valor por amortizar dos activos intangíveis que não cumpriam os requisitos do IAS 38. Estes activos correspondiam essencialmente a despesas de instalação, campanhas de publicidade, despesas com projectos não elegíveis e a despesas com desenvolvimento interno.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde (IAS 19)

A adopção do IAS 19 em 1 de Janeiro de 2006 e a sua subsequente aplicação no exercício de 2006 implicou as seguintes alterações face às anteriores normas do Banco de Portugal:

- Alterações nos pressupostos actuariais e financeiros conforme abaixo indicado:

	1 de Janeiro de 2006	
	PCSB	IAS/IFRS
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 88/90
Taxa de rendimento do fundo de pensões	6,00%	4,50%
Taxa técnica actuarial (desconto)	6,00%	4,50%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%

- Reconhecimento das responsabilidades por serviços passados com os cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e do subsídio por morte na reforma. Anteriormente estes encargos eram registados quando pagos.

- Registo em resultados transitados dos saldos da flutuação de valores – corredor – e dos custos diferidos em 1 de Janeiro de 2006, correspondentes aos valores acumulados nessa data dos desvios actuariais e financeiros.

- O custo normal do exercício passou a ser reconhecido com base nos novos pressupostos.

Prémio de antiguidade (IAS 19)

O valor actual dos prémios de antiguidade a pagar no futuro por serviços passados em 1 de Janeiro de 2006 foi reconhecido por contrapartida de resultados transitados. De acordo com o anterior normativo do Banco de Portugal, os prémios de antiguidade eram reconhecidos como custo no momento do respectivo pagamento.

Impostos diferidos (IAS 12)

De acordo com o PCSB, não eram registados impostos diferidos activos. Os impostos diferidos passivos eram apenas reconhecidos no caso de ganhos em curso relativos a operações de derivados com tributação diferida.

Na transição para os IAS/IFRS foram reconhecidos os impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição e os impostos diferidos activos e passivos já existentes mas não reconhecidos de acordo com as regras do PCSB, nomeadamente os impostos diferidos activos relativos a provisões registadas acima dos mínimos aceites fiscalmente como custo.

Activos detidos para venda (IFRS 5)

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de operações de crédito classificados como detidos para venda são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Contratos de seguro (IFRS 4)

O principal impacto decorrente da introdução do IFRS 4 para a situação líquida das companhias de seguros detidas pelo GCA foi o registo de 478.301 Euros referentes ao valor actual das responsabilidades com as contribuições para o FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho a 1 de Janeiro de 2006.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho. A CA Seguros efectua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão do FAT é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as receitas deste fundo constituídas por contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho.

Diferenças de consolidação e reavaliação - Badwill (IAS 27)

As diferenças de consolidação positivas – badwill – correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais e associadas na data da primeira consolidação ou do registo pelo método da equivalência patrimonial são imediatamente reconhecidas em resultados. De acordo com o anterior normativo do Banco de Portugal, o badwill eram reconhecidos como passivo.

Títulos de capital (IAS 32)

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 24).

Diferimento de comissões (IAS 18)

De acordo com os IAS/IFRS, os proveitos e custos associados a activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado são reconhecidos ao longo da vida das operações. As comissões contabilizadas em proveitos até 1 de Janeiro de 2006, mas que de acordo com os IAS/IFRS deveriam ser reconhecidas ao longo da vida das operações, foram abatidas a resultados transitados.

Carteira de títulos de disponíveis para venda (IAS 39)

Os activos classificados como disponíveis para venda são reavaliados ao justo valor e as respectivas mais valias potenciais são reconhecidas numa rubrica dos capitais próprios designada reserva de reavaliação de justo valor.

Carteira de títulos detidos até à maturidade (IAS 39)

Os títulos classificados como detidos até a maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa efectiva. Até à adopção dos IAS/IFRS e de acordo com a prática do mercado, os prémios ou descontos eram registados em resultados de acordo com o método pró-rata temporis, ou seja, linearmente pela vida útil do título.

5. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2007, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo [1]	912.069.182	10.250.129.656	100.976.067	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	143.180.348	4.207.683.618	10.764.029	100,00%	100,00%	Integral
Crédito especializado						
Rural Rent-Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(324.138)	64.533	(40.228)	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	3.178.921	3.634.044	423.191	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	3.304.311	6.312.263	170.082	99,97%	99,97%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	420.609	768.546	94.083	100,00%	100,00%	Integral
CA Informática-Serviços de Informática S.A.	4.975.205	43.178.847	28.573	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	789.376	917.712	128.066	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FII CA Património Crescente	56.136.362	61.181.288	2.141.589	57,34%	57,34%	Integral
FII CA Imobiliário	30.375.262	30.796.298	(509.361)	100,00%	100,00%	Integral
FIQ Central Frie	7.845.545	7.848.169	176.355	30,00%	30,00%	Eq. Patrimonial
FCR InovCapital Global 2	17.383.081	17.469.504	(86.581)	26,05%	26,05%	Eq. Patrimonial
FIQ Agrocapital 1	14.684.163	14.715.627	5.131	27,78%	31,11%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros, S.A.	23.462.871	132.621.731	4.206.423	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida, S.A.	31.259.727	599.796.097	4.418.408	99,94%	99,94%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	-	41.537.496	-	96,57%	99,97%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	63.422.099	64.214.373	938.144	100,00%	100,00%	Integral
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	1.218.465	1.220.946	11.101	100,00%	100,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2007 (saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

[1] Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

As sedes das entidades do Grupo, são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Rural Rent – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, S.A., a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., tem a sua sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3 – 10.º Amoreiras, 1070 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM SGPS Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Pascoal de Melo, 49 – 1000-232 Lisboa.

O FII CA Património Crescente e o FII CA Imobiliário são fundos de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FIQ Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A.

O FIQ Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade

gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

O FCR InovCapital Global 2 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA, que tem sede na Av. Dr. Antunes Guimarães, 103 – 4100-079 Porto.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2007 e 2006 foram:

- Dos factos mais relevantes ocorridos no exercício de 2007, salienta-se a alienação da totalidade da participação que o Grupo Crédito Agrícola detinha na filial Crédito Agrícola Dealer, S.A., pelo montante de 15.243.500 Euros, tendo originado uma mais valia no montante de 6.056.500 Euros (Nota 41).

- Em 26 de Fevereiro de 2007 a participada CA Finance transferiu a sua sede social de Guernsey para Cabo Verde ao abrigo da autorização conferida pelo Ministério das Finanças e Planeamento do Governo da República de Cabo Verde, tendo também procedido à alteração da sua designação social de CBI Finance Limited para CA Finance - Gestão de Activos, (IFI), Sociedade Unipessoal, S.A..

- No segundo semestre de 2007, as filiais Rural Informática, Serviços de Informática, S.A. e SICAMSERV- Serviços Informáticos e de Gestão – ACE mudaram de denominação para Crédito Agrícola Informática, Serviços de Informática, S.A. e Crédito Agrícola Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão – ACE, respectivamente.

- No final do ano de 2007, o FIQ PME Investimento Global, mudou de sociedade gestora, passando o fundo a ser gerido pela sociedade InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA e passando a denominar-se FCR InovCapital Global 2.

- No início do exercício de 2006 foi constituída pela Caixa Central, uma Sucursal Financeira Exterior em Cabo Verde, denominada “Instituição Financeira Internacional (IFI) – Cabo Verde”.

- No ano de 2006, a Caixa Central, adquiriu a totalidade da sua participação no Fundo Portugal Blue Chip Fund, correspondente a 352.252 UPs. Durante o exercício de 2006, o Fundo cessou a sua actividade entrando em processo de dissolução. O Fundo de Investimento Portugal Blue Chip Fund Ltd, é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Butterfield Fund Services, que tem sede em St. Peter Port – Guernsey. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o activo do fundo é constituído apenas por aplicações em bancos, já não detendo qualquer participação financeira.

- A Crédito Agrícola Vida S.A., no exercício de 2006, procedeu ao aumento do seu capital no montante de 3.000.000 euros, correspondentes a 600.000 acções.

- Em 2006, a Rural Seguros S.A. alterou a sua denominação social para Crédito Agrícola Seguros S.A. (CA Seguros).

6. RELATO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2007						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial de retalho	Gestão de fundos de investimento e de patrimónios	Ramo vida	Ramos não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	404.515.452	967	(153)	5.280	(335)	23.421	404.544.632
Rendimentos de instrumentos de capital	(19.876.512)	-	21.022.602	2.253.643	-	12.197	3.411.930
Resultados de serviços e comissões	71.865.447	1.354.314	1.155.833	1.818.270	(2)	(541)	76.193.321
Outros resultados de exploração e outros	(58.905.651)	16.217.147	87.820.590	22.456.444	6.458.144	53.247.046	127.293.720
Produto bancário	397.598.736	17.572.428	109.998.872	26.533.637	6.457.807	53.282.123	611.443.603
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(201.732.024)	(1.721.148)	(4.173.917)	(10.018.794)	(1.381.825)	(35.793.799)	(254.821.507)
Amortizações do exercício	(11.542.329)	(39.362)	(658.950)	(2.531.841)	(23.179)	(13.774.051)	(28.569.712)
Provisões e imparidade	(71.281.701)	-	(93.705.456)	(1.261.642)	-	2.422	(166.246.377)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	1.467.094	-	-	-	-	-	1.467.094
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	114.509.776	15.811.918	11.460.549	12.721.360	5.052.803	3.716.695	163.273.101
Impostos	(38.618.141)	(191.438)	(1.569.501)	(1.441.344)	(40.915)	(97.495)	(41.958.834)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	75.891.635	15.620.480	9.891.048	11.280.016	5.011.888	3.619.200	121.314.267
Interesses minoritários	(1.068.516)	-	-	-	-	-	(1.068.516)
Resultado líquido do exercício	74.823.119	15.620.480	9.891.048	11.280.016	5.011.888	3.619.200	120.245.751
Activos financeiros detidos para negociação	5.116.278	-	-	-	-	-	5.116.278
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	323.628.996	-	-	-	-	205.274	323.834.270
Activos financeiros disponíveis para venda	45.760.727	-	574.429.850	74.836.866	-	4.515.294	699.542.737
Aplicações em instituições de crédito	1.085.796.404	-	-	13.776.872	-	531.546	1.100.104.822
Crédito a clientes	7.109.309.658	-	-	-	-	-	7.109.309.658
Recursos de outras instituições de crédito	(11.480.693)	-	-	(100.187)	-	(110)	(11.580.990)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.118.614.842)	(1.920)	(56.159)	(2.926.569)	-	-	(9.121.599.490)

	2006						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial de retalho	Gestão de fundos de investimento e de patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	351.442.284	3.553	(51)	5.280	(39.777)	23.607.369	375.018.658
Rendimentos de instrumentos de capital	398.386	-	23.272.745	2.968.288	-	(25.533.948)	1.105.471
Resultados de serviços e comissões	76.956.261	873.843	1.155.833	1.400.261	(1.182)	4.136.311	84.521.327
Outros resultados de exploração e outros	(14.175.110)	1.918.283	101.977.215	18.950.967	1.130.654	10.242.804	120.044.813
Produto bancário	414.621.821	2.795.679	126.405.742	23.324.796	1.089.695	12.452.536	580.690.269
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(236.074.650)	(1.636.940)	(3.910.278)	(10.338.184)	(978.020)	13.330.467	(239.607.605)
Amortizações do exercício	(14.402.506)	(20.835)	(658.950)	(2.531.841)	(19.343)	(6.979.798)	(24.613.273)
Provisões e imparidade	(49.740.045)	(138)	(117.323.114)	(9.092.257)	-	(19.756.612)	(195.912.166)
Dif. consol. negativas e equiv. patrimonial	(508.389)	-	-	-	-	-	(508.389)
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	113.896.231	1.137.766	4.513.400	1.362.514	92.332	(953.407)	120.048.836
Impostos	(27.683.159)	(181.872)	(2.387.762)	(1.319.103)	(39.778)	1.043.636	(30.568.038)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	86.213.072	955.894	2.125.638	43.411	52.554	90.229	89.480.798
Interesses minoritários	(744.159)	-	-	-	-	-	(744.159)
Resultado líquido do exercício	85.468.913	955.894	2.125.638	43.411	52.554	90.229	88.736.639
Activos financeiros detidos para negociação	5.288.428		-	-	-	-	5.288.428
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	197.031.148		-	-	-	-	197.031.148
Activos financeiros disponíveis para venda	158.387.203	21.537	570.559.467	77.145.822	-	2.133.496	808.247.525
Aplicações em instituições de crédito	1.034.629.832	-	-	23.765.872	-	510.245	1.058.905.949
Crédito a clientes	6.972.244.817	-	-	-	-	-	6.972.244.817
Recursos de outras instituições de crédito	(160.040.256)	-	-	-	-	-	(160.040.256)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(8.635.667.270)	(2.499)	(426.737)	(1.110.039)	-	-	(8.637.206.545)

7. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Caixa	97.315.336	90.959.385
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	657.021.344	192.875.587
	754.336.680	283.834.972

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

8. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	118.672.369	134.449.800
Depósitos à ordem	11.201.795	9.162.722
	129.874.164	143.612.522
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:		
Organismos financeiros internacionais		
Depósitos à ordem	6.138.451	8.153.182
Cheques a cobrar	54.683	1.245
	6.193.134	8.154.427
Juros a receber	6.534	2.809
	136.073.832	151.769.758

9. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	4.181.572	4.931.250
Instrumentos de capital	925.400	348.828
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de capital	-	8.350
Instrumentos financeiros derivados – Futuros	9.306	-
	5.116.278	5.288.428

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	218.270.410	173.714.829
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	105.563.860	23.316.319
	323.834.270	197.031.148

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	513.740.909	593.790.730
Instrumentos de capital	151.779.203	158.322.638
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	31.844.543	59.639.587
Instrumentos de capital	3.479.755	1.045.364
	700.844.410	812.798.319
Imparidade (Nota 23)	(1.301.673)	(4.550.794)
	699.542.737	808.247.525

Para fazer face a eventuais problemas na realização de títulos emitidos por não residentes, foram constituídas provisões no montante de 3.345.650 Euros na rubrica "Provisões para créditos de cobrança duvidosa" (Nota 23).

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

12. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Aplicações em instituições de crédito no país:		
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	363.241.707	99.542.642
Mercado monetário interbancário	33.000.000	87.000.000
Papel comercial a desconto	13.409.600	77.144.269
Empréstimos	7.060.724	2.113.090
Outras aplicações	489.215	-
	417.201.246	265.800.001
Em outras instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	673.078.943	767.161.097
Empréstimos	236	369.399
Outras aplicações	-	5.000.000
Sucursais de outras instituições de crédito nacionais:		
Depósitos	-	17.293.671
	673.079.179	789.824.167
Juros a receber	9.824.397	3.281.781
	1.100.104.822	1.058.905.949

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2007	2006
Até três meses	1.071.280.425	869.624.168
Entre três meses e um ano	19.000.000	181.000.000
Mais de cinco anos	-	5.000.000
	1.090.280.425	1.055.624.168
Juros a receber	9.824.397	3.281.781
	1.100.104.822	1.058.905.949

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Crédito interno		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	2.745.545.503	2.345.420.796
Empréstimos sem garantia real	1.091.834.746	938.372.483
Empréstimos à habitação regime geral	1.500.766.150	1.363.029.913
Empréstimos à habitação bonificado	374.964.728	419.120.566
Papel comercial	235.051.006	373.142.572
Contratos de locação financeira	125.950.382	111.186.835
Curto prazo:		
Créditos em conta corrente	566.122.240	575.715.668
Outros créditos		
Cartões de crédito	20.314.675	29.454.144
Outros créditos	377.361.207	741.951.068
Descobertos em depósitos à ordem	20.318.950	22.645.047
	7.058.229.587	6.920.039.092
Crédito ao exterior		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos	2.917.436	2.302.316
Curto prazo		
Descobertos depósitos à ordem	153.070	195.147
	3.070.506	2.497.463
Juros a receber	50.500.049	48.135.816
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Receitas com rendimento diferido	(14.813.406)	(9.429.599)
Despesas com encargo diferido	65.826	86.609
	(14.747.580)	(9.342.990)
Total crédito não vencido	7.097.052.562	6.961.329.381
Crédito e juros vencidos		
Crédito vencido	283.338.192	342.172.269
Juros vencidos	8.128.111	9.697.487
	291.466.303	351.869.756
	7.388.518.865	7.313.199.137
Imparidade (Nota 23)		
Para crédito e juros vencidos	(179.648.967)	(223.411.183)
Para créditos de cobrança duvidosa	(99.560.240)	(117.543.137)
	(279.209.207)	(340.954.320)
	7.109.309.658	6.972.244.817

Em 31 de Dezembro de 2007, para além da imparidade acima referida, encontra-se registado no passivo, na rubrica "Provisões para riscos gerais de crédito" o montante de 60.743.385 Euros para fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Titulos detidos até à maturidade:		
Títulos cotados:		
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	298.998.241	427.965.420
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	28.611.052	28.778.208
	327.609.293	456.743.628
Juros a receber	6.847.243	8.971.813
	334.456.536	465.715.441

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

		2007			
Descrição	31-12-2006 Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	31-12-2007 Valor líquido
Imóveis:					
De serviço próprio	220.618.933	29.461.117	(4.806.620)	3.334.279	248.607.709
Obras em imóveis arrendados	-	1.520.918	(532.496)	6.168.142	7.156.564
Outros imóveis	9.862.559	109.873	(46.079)	(8.051.938)	1.874.415
	230.481.492	31.091.908	(5.385.195)	1.450.483	257.638.688
Equipamento	47.059.781	26.207.833	(13.822.790)	(959.782)	58.485.042
Património artistico	739.138	166	-	65.883	805.187
Equipamento em locação financeira:					
Equipamento	-	183.841	(179.286)	881.537	886.092
Outros activos em locação financeira	719.221	5.544	(6.035)	(718.730)	-
	719.221	189.385	(185.321)	162.807	886.092
Outros activos tangíveis:					
Activos tangíveis em curso	21.789.436	1.522.271	-	(6.616.381)	16.695.326
Outros	151.592	44.823	(26.693)	(10.231)	159.491
	21.941.028	1.567.094	(26.693)	(6.626.612)	16.854.817
	300.940.660	59.056.386	(19.419.999)	(5.907.221)	334.669.826

Descrição	31-12-2005 Valor líquido	2006 Aquisições	Ajustamentos transição Valor bruto	Ajustamentos transição Amortizações	Amortizações	Abates, alienações e outros	31-12-2006 Valor líquido
Imóveis:							
De serviço próprio	209.099.283	4.590.993	(3.459.620)	1.023.655	(4.181.987)	13.546.610	220.618.933
Obras em imóveis arrendados	8.046.961	2.475.039	-	-	-	(10.522.000)	-
Outros imóveis	9.862.559	-	-	-	-	-	9.862.559
	227.008.803	7.066.032	(3.459.620)	1.023.655	(4.181.987)	3.024.610	230.481.492
Equipamento	55.882.477	14.009.118	(20.115.177)	16.429.796	(10.188.968)	(8.957.465)	47.059.781
Património artistico	679.696	118.165	(55.223)	-	-	(3.500)	739.138
Equipamento em locação financeira:							
Outros activos em locação financeira	671.447	412.960	-	-	(365.186)	-	719.221
Outros activos tangíveis:							
Activos tangíveis em curso	16.871.245	17.837.141	-	-	-	(12.918.950)	21.789.436
Outros	6.979.288	592.873	-	-	(1.256.272)	(6.164.297)	151.592
	23.850.533	18.430.014	-	-	(1.256.272)	(19.083.247)	21.941.028
	308.092.956	40.036.289	(23.630.020)	17.453.451	(15.992.413)	(25.019.602)	300.940.660

Durante os exercícios de 2007 e 2006, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos tangíveis encontram-se registadas na rubrica "Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis" (Nota 40).

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2006 Valor líquido	2007 Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	31-12-2007 Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	12.932.836	22.543.375	(9.098.076)	-	26.378.135
Outros activos intangíveis	271.842	16.378	(51.637)	7.027	243.610
Activos intangíveis em curso	7.707.909	613.808	-	-	8.321.717
	20.912.587	23.173.561	(9.149.713)	7.027	34.943.462

Descrição	31-12-2005 Valor líquido	2006 Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	Ajustamentos transição Valor bruto	Ajustamentos transição Amortizações acumuladas	31-12-2006 Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	22.300.720	407.194	(7.614.758)	9.614.314	(31.166.469)	19.391.835	12.932.836
Outros activos intangíveis	3.048.793	1.554.651	(1.006.102)	(338.725)	(14.834.091)	11.847.316	271.842
Activos intangíveis em curso	4.439.768	12.840.756	-	(7.001.020)	(2.571.595)	-	7.707.909
	29.789.281	14.802.601	(8.620.860)	2.274.569	(48.572.155)	31.239.151	20.912.587

Durante o exercício de 2007 a Caixa Central desenvolveu internamente uma aplicação informática de apoio à gestão de recursos humanos, tendo registado o montante de 243.977 Euros. Este montante corresponde aos custos incorridos entre 2003 e 2006 com os colaboradores afectos a este projecto.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Sistema de tratamento automático de dados (software) inclui os montantes 9.320.000 Euros e 4.621.000 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços.

17. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Investimentos em filiais" tem a seguinte composição:

	2007	2006
FCR InovCapital Global 2	4.550.847	4.550.847
FIQ Agrocapital 1	4.403.677	4.408.954
FIQ Central Frie	2.300.757	2.300.757
Portugal Blue Chip Fund	1.065.291	1.757.457
Rurabela	6.567	6.567
	12.327.139	13.024.582
Imparidade (Nota 23)	(122.874)	(815.040)
	12.204.265	12.209.542

Em 31 de Dezembro de 2007, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras não auditadas destas empresas encontram-se resumidos na Nota 5.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 eram os seguintes:

	2007	2006
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	60.122.992	46.824.999
Por prejuízos fiscais reportáveis	1.275.701	2.662.839
	61.398.693	49.487.838
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(8.501.474)	(10.826.780)
	52.897.219	38.661.058
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	2.368.287	3.040.912
Outros	6.725	-
	2.375.012	3.040.912
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(23.973.833)	(11.027.128)
	(21.598.821)	(7.986.216)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007			
	Saldo em 31-12-2006	Variação em resultados	Variação em reservas	Saldo em 31-12-2007
Activos tangíveis e imparidade	1.711.448	(17.207)	-	1.694.241
Activos intangíveis	4.368.709	(111.404)	-	4.257.305
Provisões não aceites fiscalmente:	-			
. Provisões para créditos de cobrança duvidosa	19.828.803	379.198	-	20.208.001
. Provisões para crédito e juros vencidos	1.989.892	12.442.178	-	14.432.070
. Provisões para riscos gerais de crédito	4.163.532	672.448	-	4.835.980
. Provisão para aplicações financeiras	14.307	(47)	-	14.260
. Provisão para risco país	-	16.081	-	16.081
. Provisões para imóveis	37.917	158.794	-	196.711
. Provisões para outras aplicações	128.619	323.638	-	452.257
. Provisões para outros riscos e encargos	547.109	295.144	-	842.253
. Provisões para outros riscos e encargos - IAS 37	183.055	-	-	183.055
. Provisões para activos não correntes detidos para venda - IFRS 5	439.516	-	-	439.516
Pensões:	-		-	
. Reformas antecipadas	-	36.220	-	36.220
. Contribuição efectuada	1.444.473	-	-	1.444.473
. Prémio de antiguidade	4.044.345	49.514	-	4.093.859
. Encargos com saúde	5.861.129	(628.794)	-	5.232.335
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(3.365.819)	32.306	-	(3.333.513)
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(18.962)	843	-	(18.119)
Reavaliação da posição cambial a prazo	(28.869)	(1.853)	-	(30.722)
Valias fiscais	(860)	(2.198)	-	(3.058)
Prejuízos fiscais reportáveis	2.662.839	(1.387.138)	-	1.275.701
Comissões	2.062.146	(357.464)	-	1.704.682
Valorização dos activos disponíveis para venda	(6.687.411)	-	2.297.699	(4.389.712)
Títulos detidos até à maturidade	(724.859)	-	-	(724.859)
Outros	-	38.202	-	38.202
	38.661.058	11.938.461	2.297.699	52.897.219

	2006				
	Saldo em 31-12-2005	Ajustamentos de transição	Variação em resultados	Variação em reservas	Saldo em 31-12-2006
Activos tangíveis e imparidade	-	1.636.791	74.657	-	1.711.448
Activos intangíveis	-	4.593.246	(224.537)	-	4.368.709
Provisões não aceites fiscalmente:					
. Provisões para créditos de cobrança duvidosa	-	17.088.224	2.740.579		19.828.803
. Provisões para crédito e juros vencidos	-	2.127.706	(137.814)	-	1.989.892
. Provisões para riscos gerais de crédito	-	3.225.034	938.498	-	4.163.532
. Provisão para aplicações financeiras	-	66.503	(52.196)	-	14.307
. Provisão para risco país	-	35.099	(35.099)	-	-
. Provisões para imóveis	-	37.917	-	-	37.917
. Provisões para outras aplicações	-	128.619	-	-	128.619
. Provisões para outros riscos e encargos	-	793.780	(246.671)	-	547.109
. Provisões para outros riscos e encargos - IAS 37	-	183.055	-	-	183.055
. Provisões para activos não correntes detidos para venda - IFRS 5	-	439.516		-	439.516
Pensões					
. Contribuição efectuada	-	1.444.473	-	-	1.444.473
. Prémio de antiguidade	-	4.044.345	-	-	4.044.345
. Encargos com saúde	-	5.861.129	-	-	5.861.129
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(56.155)	(3.253.510)	(56.154)	-	(3.365.819)
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	(18.962)	-	-	(18.962)
Reavaliação da posição cambial a prazo	(8.353)	(12.163)	(8.353)	-	(28.869)
Valias fiscais	-	(860)	-	-	(860)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	2.662.839	-	-	2.662.839
Comissões	-	2.113.263	(51.117)	-	2.062.146
Valorização dos activos disponíveis para venda	-	(6.531.180)	-	(156.231)	(6.687.411)
Títulos detidos até à maturidade	-	(724.859)	-	-	(724.859)
	(64.508)	35.940.005	2.941.793	(156.231)	38.661.058

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser demonstrada como segue:

	2007		2006	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		163.273.101		120.048.836
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	26,50%	43.267.372	27,50%	33.013.430
Proveitos não aceites fiscalmente	(0,55%)	(904.161)	(1,85%)	(2.215.209)
Benefícios fiscais	(0,25%)	(404.377)	(0,19%)	(230.183)
Imposto registado na demonstração de resultados	25,70%	41.958.834	25,46%	30.568.038

19. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Ramo vida:		
Provisão matemática	542.778.760	449.073.304
Provisão para sinistros	3.118.421	4.951.543
	545.897.181	454.024.847
Ramos não vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	11.835.630	13.396.640
Provisão para sinistros	69.976.023	70.894.459
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para riscos em curso	2.322.783	1.234.081
. Provisão para desvios de sinistralidade	260.522	211.507
	84.394.958	85.736.687
	630.292.139	539.761.534

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

Protecção Poupança Investimento	368.370.936	306.879.722
Protecção Poupança Reforma	148.081.203	117.497.188
Protecção Poupança Educação	21.925.890	20.927.924
Protecção Crédito Habitação	4.380.425	3.762.276
Protecção Super-Crédito	20.306	6.194
	542.778.760	449.073.304

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Outros activos		
Outras disponibilidades	84.907	200
Ouro e outros metais preciosos	572.832	598.868
Devedores por operações sobre futuros	28.426	3.959
Aplicações conta-caução	82.555	1.380.972
Outras aplicações	1.141.861	1.404.699
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	3.091.721	10.517.369
IMT – reembolsos pedidos	1.549.495	953.650
Outros valores a receber	654.120	536.430
Devedores por capital não realizado	3.760	3.760
Despesas de crédito em contencioso	1.688.749	1.361.309
Bonificações a receber	6.357.735	5.697.508
Devedores diversos - adiantamentos	3.228.186	2.637.517
Clientes de locação financeira	358.797	200.460
Outros devedores diversos	45.674.514	33.593.690
	64.517.658	58.890.391
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 46)		
Responsabilidades totais	(28.511.034)	-
Valor patrimonial do fundo de pensões	29.024.305	-
Desvios actuariais	7.813.195	-
	8.326.466	-
Rendimentos a receber		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	61.096	1.663
Por serviços bancários prestados	765.378	-
	826.474	1.663
Despesas com encargo diferido		
Comissões por prestação de serviços	3.962.095	-
Rendas e alugueres	65.072	34.446
Seguros	52.003	922.800
Fundo de Pensões	49.794	-
Outras despesas a diferir	2.164.607	2.525.375
Outras	2.919.201	3.704.731
	9.212.772	7.187.352

	2007	2006
Valores a regularizar		
Operações cambiais a liquidar	48.974	62.702
Economato	356.337	215.359
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	39.245.250	32.511.433
Compensação de valores	152.366	1.661.383
Acordos protocolares	9.120.371	4.855.542
Sistemas informáticos	4.810.718	3.371.646
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	10.207.330	23.969.975
	63.941.346	66.648.040
Activos tangíveis disponíveis para venda		
Imóveis	163.458.592	164.604.022
Equipamento	126.208	250.734
Outros	1.208.704	647.833
	164.793.504	165.502.589
	311.618.220	298.230.035
Imparidade (Nota 23)		
Outros devedores diversos	(15.290.159)	-
Activos tangíveis disponíveis para venda:		
Imóveis	(24.068.999)	(26.389.546)
Equipamento	(110.253)	(175.740)
Outros	(42.438)	(124.044)
	(39.511.849)	(26.689.330)
	272.106.371	271.540.705

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2007 e 2006 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2006		Regularizações				Imparidade			31-12-2007		
	Valor bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilizações	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda												
Imóveis	164.604.022	(26.389.546)	953.650	(1.404.891)	34.041.006	(36.140.086)	3.979.345	(4.107.948)	3.854.041	163.458.592	(24.068.999)	139.389.593
Equipamento	250.734	(175.740)	-	-	435.698	(560.224)	73.841	(16.584)	8.230	126.208	(110.253)	15.955
Outros	647.833	(124.044)	-	-	596.606	(35.735)	104.780	(23.397)	223	1.208.704	(42.438)	1.166.266
	165.502.589	(26.689.330)	953.650	(1.404.891)	35.073.310	(36.736.045)	4.157.966	(4.147.929)	3.862.494	164.793.504	(24.221.690)	140.571.814

	31-12-2005					Imparidade			31-12-2006		
	Valor bruto	Imparidade	Ajustamentos Transição	Aquisições	Alienações	Utilizações	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda											
Imóveis	131.839.528	(24.689.992)	(1.658.550)	47.657.409	(14.892.915)	4.193.897	(6.161.922)	1.927.021	164.604.022	(26.389.546)	138.214.476
Equipamento	197.898	(204.476)	-	145.232	(92.396)	34.732	(8.547)	2.551	250.734	(175.740)	74.994
Outros	367.697	(153.201)	-	314.003	(33.867)	98.956	(74.340)	4.541	647.833	(124.044)	523.789
	132.405.123	(25.047.669)	(1.658.550)	48.116.644	(15.019.178)	4.327.585	(6.244.809)	1.934.113	165.502.589	(26.689.330)	138.813.259

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outros devedores diversos" inclui os montantes de 14.470.696 Euros e 14.129.846 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFADAP pela CA Seguros.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Comissões por prestação de serviços" diz respeito ao montante pago à Cotavalor pela aquisição do negócio de agenciamento da Western Union. O montante pago ascendeu a 4.100.000 Euros e encontra-se a ser diferido ao longo do período de duração do contrato, que ascende a 5 anos, pelo método da taxa efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Valores a regularizar - Acordos protocolares" refere-se a valores a receber relativos a cobranças efectuadas a clientes de entidades com acordo junto do GCA.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Valores a regularizar – Sistemas informáticos" refere-se a montantes pendentes de regularização que se encontram a aguardar data-valor, nomeadamente remessas de cheques sobre o estrangeiro, para serem registadas nas contas nostro. Estes montantes foram regularizados na sua maioria no início de Janeiro de 2008 e 2007, respectivamente.

21. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	4.340.749	5.188.107
Outros recursos	450.065	-
	4.790.814	5.188.107
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito:		
Depósitos	6.731.624	25.485.087
Operações de venda com acordo de recompra	-	128.770.605
Outros recursos	26.709	393.706
	6.758.333	154.649.398
Juros a pagar	31.843	202.751
	11.580.990	160.040.256

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o prazo residual dos recursos de outras instituições de crédito apresenta a seguinte estrutura:

	2007	2006
Até três meses	11.549.147	82.635.141
Entre três meses e um ano	-	77.202.364
	11.549.147	159.837.505
Juros a pagar	31.843	202.751
	11.580.990	160.040.256

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Depósitos:		
À ordem	2.420.772.741	2.380.479.014
De poupança	3.424.403.606	3.025.087.636
A prazo	3.206.784.157	3.178.291.873
Outros recursos de clientes	493.615	327.466
Cheques e ordens a pagar	12.460.675	12.418.784
Outros	2.223.755	-
	9.067.138.549	8.596.604.773
Juros a pagar	54.460.941	40.601.772
	9.121.599.490	8.637.206.545

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2007	2006
Até três meses	5.964.143.838	5.681.697.833
Entre três meses e um ano	2.550.057.164	2.522.357.651
Entre um ano e cinco anos	542.065.556	351.990.614
Mais de cinco anos	10.871.991	40.558.675
	9.067.138.549	8.596.604.773
Juros a pagar	54.460.941	40.601.772
	9.121.599.490	8.637.206.545

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007					
	Saldos em 31-12-2006	Reforços líquidos de reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Ajustam. por dif. cambiais	Saldos em 31-12-2007
Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito (Nota 13):						
- Créditos de cobrança duvidosa	117.543.137	9.930.019	-	(27.912.916)	-	99.560.240
- Crédito e juros vencidos	223.411.183	57.697.887	(104.616.982)	3.149.353	7.526	179.648.967
	340.954.320	67.627.906	(104.616.982)	(24.763.563)	7.526	279.209.207
Provisões:						
- Riscos gerais de crédito	56.791.188	1.757.609	(2.757.958)	4.958.621	(6.075)	60.743.385
- Outros riscos e encargos	5.888.810	5.781.274	-	6.875.786	(25.345)	18.520.525
	62.679.998	7.538.883	(2.757.958)	11.834.407	(31.420)	79.263.910
Provisões técnicas de contratos de seguros (Nota 19)	539.761.534	91.124.926	(594.321)	-	-	630.292.139
Imparidade						
- Imparidade de outros activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 11)	4.550.794	27.858	(3.591.665)	314.686	-	1.301.673
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos (Nota 17)	815.040	(692.339)	-	173	-	122.874
- Imparidade de outros activos:						
Outros activos (Nota 20)	26.689.330	619.143	(410.921)	12.614.297	-	39.511.849
	32.055.164	(45.338)	(4.002.586)	12.929.156	-	40.936.396
	975.451.016	166.246.377	(111.971.847)	-	(23.894)	1.029.701.652

	2006						
	Saldos em 31-12-2005	Reforços líquidos de reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Ajustam. por dif. cambiais	Ajustam. transição	Saldos em 31-12-2006
Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito (Nota 13):							
- Créditos de cobrança duvidosa	109.677.431	6.280.229	(2.206.355)	2.877.804	914.028	-	117.543.137
- Crédito e juros vencidos	348.347.664	50.733.104	(174.794.786)	119.995	(994.794)	-	223.411.183
- Risco-país	264.898	(241.027)	-	-	(23.871)	-	-
	458.289.993	56.772.306	(177.001.141)	2.997.799	(104.637)	-	340.954.320
Provisões:							
- Riscos gerais de crédito	54.030.039	6.513.317	(1.834.282)	(1.894.009)	(23.877)	-	56.791.188
- Outros riscos e encargos	4.844.754	2.032.901	(1.382.590)	(741.678)	(33.650)	1.169.073	5.888.810
	58.874.793	8.546.218	(3.216.872)	(2.635.687)	(57.527)	1.169.073	62.679.998
Provisões técnicas de contratos de seguros (Nota 19)	413.346.162	126.415.372	-	-	-	-	539.761.534
Imparidade							
- Imparidade de outros activos financeiros							
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 11)	761.186	2.167.198	(4.397)	(332.571)	-	1.959.378	4.550.794
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos (Nota 17)	2.310.390	11.843	-	19.418	432.767	(1.959.378)	815.040
- Imparidade de outros activos:							
Outros activos (Nota 20)	27.632.256	1.999.229	(4.381.734)	(48.959)	(170.012)	1.658.550	26.689.330
	30.703.832	4.178.270	(4.386.131)	(362.112)	262.755	1.658.550	32.055.164
	961.214.780	195.912.166	(184.604.144)	-	100.591	2.827.623	975.451.016

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Provisões para créditos de cobrança duvidosa” inclui o montante de 3.345.650 Euros para fazer face ao risco de crédito associado a títulos em carteira (Nota 11). Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica “Provisões para créditos de cobrança duvidosa” inclui ainda provisões no montante de 2.000.000 Euros e 5.000.000 Euros, respectivamente, para fazer face a riscos de crédito e operacionais de outras rubricas do balanço.

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

C.C.A.M. Costa Azul, CRL	18.811.215
C.C.A.M. Açores	7.467.985
C.C.A.M. Porto de Mós	2.850.330
C.C.A.M. do Guadiana Interior	2.172.565
C.C.A.M. Vila Verde e Terras do Bouro	1.827.900
C.C.A.M. Albufeira	1.468.660
C.C.A.M. Loures, Sintra e Litoral, CRL	1.079.075
C.C.A.M. Nordeste Alentejano, CRL	932.705
C.C.A.M. Ribatejo Norte	837.325
C.C.A.M. Sotavento Algarvio	734.965
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul), CRL	659.595
C.C.A.M. Pernes	513.870
C.C.A.M. Baixo Vouga, CRL	414.800
C.C.A.M. Santo Tirso	413.310
C.C.A.M. Lamego e Castro Daire, CRL	371.485
C.C.A.M. Tramagal	342.970
C.C.A.M. Vila Nova de Tazém	279.560
C.C.A.M. Vale do Douro	219.770
C.C.A.M. Guarda e Celorico da Beira	30.750
C.C.A.M. Guimarães	11.000
C.C.A.M. S. João da Pesqueira	3.500
C.C.A.M. Campo Maior	2.870
C.C.A.M. Azambuja	1.000
C.C.A.M. Estremoz	190
C.C.A.M. Mogadouro e Vimioso	100
	41.447.495

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2007, as condições de remuneração dos títulos de capital variavam de um mínimo de 3,5% a 6% e o prazo de reembolso de 3 a 5 anos.

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:		
Não titulados	147.875.984	158.362.761
Títulos de investimento:		
Emitidos	57.606.650	59.250.200
	205.482.634	217.612.961
Juros a pagar	1.119.516	917.765
	206.602.150	218.530.726

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 analisa-se como segue:

	2007	2006
Entre três meses e um ano	16.364.163	18.004.827
Entre um ano e três anos	59.471.023	72.144.206
Entre três e cinco anos	68.427.469	69.118.438
Mais de cinco anos	61.219.979	58.345.490
Juros a pagar	1.119.516	917.765
	206.602.150	218.530.726

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo analisa-se como segue:

Descrição	Entidade emissora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2007	Data de vencimento	2007			
						Saldo em 31.12.2006	Reembolsos	Emissões	Saldo em 31.12.2007
Empréstimo do FGCAM	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	Euro	16-Jun	2,8125%	16-06-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C1440 - Área Metropolitana do Porto	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2011	3.491.585	-	-	3.491.585
Empréstimo do FGCAM	C3190 - Lafões	Euro	30-Set	0,5000%	30-09-2007	748.197	748.197	-	-
Empréstimo do FGCAM	C3240 - Baixo vouga	Euro	30-Nov	0,5000%	30-11-2009	3.000.000	-	-	3.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3310 - Albergaria e Sever	Euro	31-Mai	0,5000%	31-05-2010	4.500.000	-	-	4.500.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2011	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2013	6.000.000	-	-	6.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3450 - Beira Centro	Euro	29-Jul	0,2500%	29-07-2008	3.990.383	-	-	3.990.383
Empréstimo do FGCAM	C4020 - Fundão e Sabugal	Euro	10-Nov	0,5000%	10-11-2007	997.596	997.596	-	-
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-Mai	1,6250%	15-05-2013	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5020 - Alcobaça	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2009	4.987.979	-	-	4.987.979
Empréstimo do FGCAM	C5020 - Alcobaça	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2011	9.975.958	-	-	9.975.958
Empréstimo do FGCAM	C5020 - Alcobaça	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2007	2.992.788	2.992.788	-	-
Empréstimo do FGCAM	C5130 - Caldas da Rainha	Euro	29-Out	0,3000%	29-10-2007	748.197	748.197	-	-
Empréstimo do FGCAM	C5270 - Salvaterra de Magos	Euro	27-Dez	0,5000%	27-12-2007	5.000.000	5.000.000		-
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2011	7.968.745	7.000.000	-	968.745
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2012	2.493.989	-	-	2.493.989
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2013	2.493.990	-	-	2.493.990
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2010	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	29-Out	0,3000%	31-12-2014	10.000.000	-	-	10.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Álcacer Sal e Montemor-Novo	Euro	30-Nov	1,3750%	30-11-2015	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	15-Dez	1,6875%	15-12-2015	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6310 - Alto Guadiana	Euro	22-Out	4,4600%	22-10-2011	748.197	-	-	748.197
Empréstimo do FGCAM	C6310 - Alto Guadiana	Euro	17-Dez	3,3500%	17-12-2012	1.246.995	-	-	1.246.995
Empréstimo do FGCAM	C6310 - Alto Guadiana	Euro	13-Mai	3,0000%	13-05-2013	7.481.968	-	-	7.481.968
Empréstimo do FGCAM	C6320 - Costa Azul	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2011	-	-	7.000.000	7.000.000
Empréstimo do FGCAM	C7130 - Silves	Euro	16-Dez	0,5000%	16-12-2009	2.000.000	-	-	2.000.000
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	28-Abr	0,7500%	28-04-2009	6.340.260	-	-	6.340.260
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	28-Abr	1,0000%	28-04-2010	7.459.134	-	-	7.459.134
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	28-Abr	0,7500%	28-04-2008	7.696.800	-	-	7.696.800
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	23-Dez	5,0000%	23-12-2011	12.000.000	-	-	12.000.000
						158.362.761	17.486.778	7.000.000	147.875.984

Descrição	Entidade emissora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2007	Data de vencimento	2007			
								Saldo em 31.12.2006	Reembolsos	Emissões	Saldo em 31.12.2007
Tit.Investimento/2003	C1040 - Barcelos	46.000	Euro	500	30-Jun	4,0000%	30-06-2007	1.500.000	1.500.000	-	-
Tit.Investimento/2006	C1040 - Barcelos	1.676	Euro	500	30-Mar	4,1000%	30-03-2012	838.000	838.000	-	-
Tit.Investimento/2007	C1040 - Barcelos	20.000	Euro	500	31-Mar	4,5000%	30-03-2012	-	-	2.500.000	2.500.000
Tit.Investimento/2007	C1120 - Guimarães	10.000	Euro	500	01-Nov	4,3000%	31-01-2011	-	-	122.000	122.000
Tit.Investimento/2004	C1210 - Santo Tirso	3.000	Euro	500	30-Abr	6,5180%	31-10-2009	1.500.000	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2007	C1290 - Vila Verde e Terras do Bouro	219.260	Euro	5	12-Jun	4,2500%	16-06-2012	-	-	1.096.300	1.096.300
Tit.Investimento/2004	C1320 - Terras de Sousa	190.500	Euro	5	02-Jan	5,6250%	02-01-2007	952.500	952.500	-	-
Tit.Investimento/2004	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	500	Euro	5	30-Set	6,2500%	31-03-2009	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2006	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	500	Euro	5	30-Set	5,0000%	31-03-2011	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2001	C1420 - Alto Minho	46.000	Euro	500	31-Dez	4,0000%	31-12-2008	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2004	C1420 - Alto Minho	6.000	Euro	500	31-Dez	2,5000%	31-12-2009	3.000.000	3.000.000	-	-
Tit.Investimento/2006	C2090 - Lamego e Castro Daire	1.225	Euro	500	31-Dez	3,8500%	31-12-2008	612.500	-	-	612.500
Tit.Investimento/2004	C2160 - Vale do Távora	411	Euro	500	30-Jun	3,1875%	31-12-2009	205.500	-	-	205.500
Tit.Investimento/2007	C2160 - Vale do Távora	2.146	Euro	500	02-Jan	4,8750%	30-06-2012	-	-	1.073.000	1.073.000
Tit.Investimento/2004	C2190 - Terra Quente	2.152	Euro	500	31-Dez	4,8125%	31-12-2009	1.076.000	-	-	1.076.000
Tit.Investimento/2007	C2190 - Terra Quente	1.721	Euro	500	02-Jul	5,0000%	31-01-2013	-	-	860.500	860.500
Tit.Investimento/2002	C2200 - Montalegre	200.000	Euro	5	15-Set	3,5000%	15-09-2007	1.000.000	1.000.000	-	-
Tit.Investimento/2004	C3010 - Baixo Mondego	12.600	Euro	100	22-Mai	5,2500%	22-05-2007	1.260.000	1.260.000	-	-
Tit.Investimento/2005	C3020 - Cantanhede e Mira	278.900	Euro	5	19-Dez	3,6700%	19-12-2010	1.394.500	-	-	1.394.500
Tit.Investimento/2004	C3110 - Pombal	240.000	Euro	5	19-Mai	5,6250%	19-11-2009	1.200.000	-	-	1.200.000
Tit.Investimento/2004	C3160 - Vale de Cambra	150.000	Euro	5	31-Dez	4,0000%	31-12-2008	750.000	-	-	750.000
Tit.Investimento/2007	C3160 - Vale de Cambra	98.700	Euro	5	01-Jun	6,0000%	31-01-2013	-	-	493.500	493.500
Tit.Investimento/2002	C3300 - Satão e Vila Nova de Paiva	300.000	Euro	5	05-Set	4,9100%	05-09-2007	1.500.000	1.500.000	-	-
Tit.Investimento/2005	C3340 - Vagos	500.000	Euro	5	15-Jul	5,8560%	15-07-2010	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2003	C3370 - Serras de Ansião	79.200	Euro	5	29-Fev	5,2500%	01-03-2009	396.000	-	-	396.000
Tit.Investimento/2004	C3370 - Serras de Ansião	50.000	Euro	5	31-Dez	5,0000%	01-01-2010	250.000	-	-	250.000
Tit.Investimento/2005	C3370 - Serras de Ansião	40.000	Euro	5	31-Mai	5,2500%	01-12-2010	200.000	-	-	200.000
Tit.Investimento/2006	C3400 - Bairrada e Aguieira	1.000.000	Euro	5	28-Dez	4,5500%	28-12-2013	5.000.000	5.000.000	-	-
Tit.Investimento/2003	C3470 - Terras de Viriato	140.900	Euro	5	01-Mai	4,5500%	01-05-2008	704.500	-	-	704.500
Tit.Investimento/2001	C4050 - Beira Baixa	11.500	Euro	5	31-Mar	3,8500%	31-03-2007	57.500	57.500	-	-
Tit.Investimento/2002	C4050 - Beira Baixa	49.300	Euro	5	31-Mar	3,8500%	31-03-2007	246.500	246.500	-	-
Tit.Investimento/2005	C5010 - Alcanhões	10.000	Euro	100	30-Jun	5,8400%	31-12-2010	1.000.000	-	-	1.000.000
Tit.Investimento/2005	C5130 - C.da Rainha, Óbidos e Peniche	1.000.000	Euro	5	10-Ago	5,0600%	11-08-2010	5.000.000	-	-	5.000.000
Tit.Investimento/2004	C6040 - Aljustrel e Almodovar	333.230	Euro	500	30-Jun	4,1700%	31-12-2009	1.666.150	-	-	1.666.150
Tit.Investimento/2007	C6040 - Aljustrel e Almodovar	400.000	Euro	500	01-Out	4,5600%	01-10-2012	-	-	2.000.000	2.000.000
Tit.Investimento/2004	C6120 - Campo Maior	135.800	Euro	5	30-Jun	5,6250%	30-06-2009	679.000	-	-	679.000
Tit.Investimento/2007	C6120 - Campo Maior	108.800	Euro	5	02-Jan	4,0000%	02-07-2012	601.550	57.550	-	544.000
Tit.Investimento/2005	C6150 - Nordeste Alentejano	123.300	Euro	5	30-Mar	4,5700%	30-09-2010	616.500	-	-	616.500
Tit.Investimento/2004	C6250 - Guadiana Interior	800.000	Euro	5	01-Jan	4,1700%	01-07-2010	4.000.000	-	-	4.000.000
Tit.Investimento/2006	C6250 - Guadiana Interior	16.700	Euro	5	02-Mai	4,5600%	02-11-2012	13.500	-	70.000	83.500
Tit.Investimento/2002	C6430 - Norte Alentejano	80.000	Euro	5	31-Mar	2,5000%	31-03-2007	400.000	400.000	-	-
Tit.Investimento/2004	C7010 - Albufeira	300.000	Euro	5	01-Abr	4,3750%	01-10-2009	1.500.000	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2005	C7010 - Albufeira	100.000	Euro	5	01-Abr	4,3750%	01-10-2010	500.000	-	-	500.000
Tit.Investimento/2006	C7010 - Albufeira	150.000	Euro	5	04-Jun	4,3750%	01-10-2011	750.000	-	-	750.000
Tit.Investimento/2007	CCCAM	40.000	Euro	500	10-Out	5,4000%	10-10-2012	8.880.000	-	5.953.200	14.833.200
								59.250.200	15.812.050	14.168.500	57.606.650

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	7.953	2.599.171
Recursos - conta cativa	1.151.680	986.205
Recursos - conta caução	3.330.141	3.079.535
Outros recursos	1.282.599	4.509.965
Sector Público Administrativo:		
Retenção de impostos na fonte	10.990.659	9.232.565
Contribuições para a Segurança Social	2.446.358	2.017.855
Imposto sobre o valor acrescentado	721.642	558.601
Outros impostos	2.501.032	320.736
Cobranças por conta de terceiros	201.935	79.162
Contribuições para outros sistemas de saúde	524.510	458.267
Credores por fornecimento de bens	11.459.291	11.141.148
Operações sobre valores mobiliários:	7.673	1.402.278
Credores por valores a liquidar	192.948	268.442
Credores por valores prescritos	24.519	24.519
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	750.066	750.066
Credores - cartões de crédito	65.661	48.840
Adiantamentos por contratos de promessa de compra e venda (imóveis)	6.857.133	7.232.709
Bonificações a receber	22.729	22.729
Outros credores	7.502.962	8.404.281
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 46)		
Responsabilidades totais	-	20.261.701
Valor patrimonial do fundo de pensões	-	(12.348.781)
Desvios actuariais incluídos no corredor	-	(1.866.256)
Encargos a pagar		
Por gastos com pessoal:		
Provisão para férias e subsídio de férias	18.441.918	16.445.263
Prémio de antiguidade (Nota 46)	16.140.906	16.109.262
Cuidados de saúde (SAMS) (Nota 46)	20.842.162	23.695.167
Outros	1.314.080	374.069
Por gastos gerais administrativos	53.929	154.988
Outros	1.365.105	530.161
Receitas com rendimento diferido		
Comissões sobre garantias prestadas	773.839	804.270
Rendas	232.336	360.383
Outras	3.270	154.778

	2007	2006
Valores a regularizar		
Posição cambial	59.382	-
Operações cambiais a liquidar	56.774	503
Pagamentos por conta de IRC	251.577	221.074
Outras operações a regularizar - transf. electrónicas	7.476.971	7.722.729
Outras operações a regularizar - SDD	8.749.508	4.743.222
Outras operações a regularizar - acordos protocolares	8.915.990	4.988.513
Valores em trânsito – *real time*	10.095.228	6.895.783
Outras operações a regularizar	25.003.932	10.076.513
	169.818.398	154.011.275

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo da rubrica "Outras operações a regularizar – transf. electrónicas" refere-se a transferências bancárias a expedir na respectiva data-valor, através do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo da rubrica "Outras operações a regularizar – SDD" inclui montantes ao abrigo do sistema de débitos directos. Os valores registados nesta rubrica foram cobrados ao cliente da entidade ordenante, tendo sido compensados através do Banco de Portugal nos primeiros dias de Janeiro de 2008 e 2007, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo da rubrica "Outras operações a regularizar – acordos protocolares", inclui montantes cobrados a clientes, ao abrigo dos acordos protocolares celebrados entre esta e outras entidades, tendo sido regularizados nos primeiros dias de Janeiro de 2008 e 2007, respectivamente.

27. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2007	2006
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	302.081.720	267.071.198
Activos dados em garantia - títulos	15.583.946	15.411.058
Créditos documentários abertos	7.485.920	8.992.232
Activos dados em garantia – outros activos	750.000	750.000
Fianças	111.967	161.967
Transacções com recurso	-	1.476.712
Outros passivos eventuais	23.471.649	31.939.792
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	620.634.327	596.908.746
Compromissos revogáveis	443.690.035	360.665.965
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	273.951	593.402
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	1.395.867.181	290.432.749
Valores recebidos para cobrança	223.742.760	244.737.936
Valores administrados pela instituição	901.324.100	810.048.226
Outros	51.257	6.304
	3.935.068.813	2.629.196.287

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Activos dados em garantia - títulos” refere-se aos títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura da linha de crédito intradiária disponibilizada no montante de 15.000.000 Euros.

28. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 680.707.181 Euros em 31 de Dezembro de 2007.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo "Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo", o montante de 41.447.495 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com a actual redacção do Artigo 17º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as alterações posteriores), os associados das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas podem exonerar-se a seu pedido, não estando este facto dependente de uma decisão de cada Caixa de Crédito Agrícola, situação que de acordo com o definido na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 32 poderá implicar a classificação de parte do capital como um passivo. O Crédito Agrícola Mútuo já propôs a alteração do seu regime jurídico, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual manteve a classificação como capital dos títulos nominativos subscritos pelas caixas agrícolas que integram o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo. As condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- O pedido terá de ser apresentado por escrito, com antecedência mínima de 90 dias e só será eficaz se tiverem decorrido pelo menos três anos desde a realização dos títulos de capital;

- O reembolso não poderá implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola;

No exercício de 2007, verificou-se um aumento de capital no montante de 43.961.325 Euros, sendo 41.353.630 Euros resultado da incorporação de reservas e 2.607.695 Euros por subscrição de capital por entrada de novos associados.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	2007	2006
C.C.A.M. de Pombal	40.261.080	40.243.865
C.C.A.M. Costa Azul	28.247.880	22.359.310
C.C.A.M. Batalha	27.737.665	26.047.220
C.C.A.M. Região de Bragança	20.346.035	19.179.075
C.C.A.M. Açores	19.577.920	18.222.270
C.C.A.M. do Baixo Mondego	15.637.190	15.639.465
C.C.A.M. P.Varzim, V.Conde e Esposende	15.418.625	14.559.660
C.C.A.M. Sotavento Algarvio	14.428.775	12.588.715
C.C.A.M. C. da Rainha, Óbidos e Peniche	13.912.590	13.248.095
C.C.A.M. Baixo Vouga	12.208.650	11.756.975
C.C.A.M. Costa Verde.	11.718.860	11.984.010
C.C.A.M. de Vale de Sousa e Baixo Tâmega	11.575.605	11.415.650
C.C.A.M. S. João da Pesqueira	11.492.155	11.994.580
C.C.A.M. de Terras de Sousa, Ave, Basto e Tâmega	11.129.500	11.118.775
C.C.A.M. Alto Minho	10.191.265	9.549.370
C.C.A.M. do Guadiana Interior	10.020.240	9.472.265
C.C.A.M. Alenquer	10.012.680	8.865.725
C.C.A.M. de São Teotónio	10.000.000	4.630.980
C.C.A.M. Coruche	9.951.760	9.551.110
C.C.A.M. Alto Corgo, Tâmega e Barroso	9.737.290	9.275.570
C.C.A.M. da Zona do Pinhal	9.652.320	9.261.480
C.C.A.M. Coimbra	9.537.720	8.356.580
C.C.A.M. Loures, Sintra e Litoral.	9.380.695	8.784.660
C.C.A.M. da Terra Quente	8.663.050	8.377.395
C.C.A.M. Salvaterra de Magos	8.434.335	7.168.695
C.C.A.M. Seia	8.404.705	8.296.435
C.C.A.M. de Cantanhede e Mira	8.389.440	8.355.850
C.C.A.M. Lourinhã	8.304.720	7.245.510
C.C.A.M. Alto Douro	8.174.280	7.398.755
C.C.A.M. do Minho	8.044.205	8.058.590
C.C.A.M. Região do Fundão e Sabugal	7.417.755	6.979.960
C.C.A.M. Amares	7.344.950	6.862.050
C.C.A.M. de Moravis	7.258.945	7.247.105
C.C.A.M. de Vale do Távora	7.193.250	6.130.095
C.C.A.M. Alcobaça	7.142.850	6.880.305
C.C.A.M. Ribatejo Norte	6.924.205	6.410.780
C.C.A.M. da Bairrada e Aguieira	6.825.310	6.792.180
C.C.A.M. Lamego e Castro Daire	6.678.225	6.395.460
C.C.A.M. de Terras de Viriato	6.596.830	5.813.735
C.C.A.M. S.Bart.Messin. e S.Marcos Serra	6.565.610	5.988.855

	2007	2006
C.C.A.M. Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo	6.323.215	6.264.445
C.C.A.M. Cadaval	6.315.595	5.982.865
C.C.A.M. Ferreira do Alentejo	6.202.155	6.001.715
C.C.A.M. Vale do Douro	5.951.935	5.703.010
C.C.A.M. do Vale do Dão	5.772.410	5.392.585
C.C.A.M. Arouca	5.362.220	4.539.110
C.C.A.M. de Silves	5.337.165	5.353.155
C.C.A.M. Arruda dos Vinhos	5.272.120	4.828.515
C.C.A.M. Área Metropolitana do Porto	5.189.775	3.955.200
C.C.A.M. do Ribatejo Sul	5.160.140	4.761.365
C.C.A.M. Vila Nova de Famalicão	5.103.485	4.255.615
C.C.A.M. Nordeste Alentejano	5.063.665	5.009.035
C.C.A.M. Vagos	4.798.725	4.867.260
C.C.A.M. Porto de Mós	4.764.715	4.986.985
C.C.A.M. do Algarve	4.752.546	4.711.991
C.C.A.M. Sousel	4.598.740	4.326.600
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul)	4.479.570	4.551.255
C.C.A.M. Sobral de Monte Agraço	4.184.750	3.934.780
C.C.A.M. Oliveira de Azeméis	4.137.525	3.783.775
C.C.A.M. Elvas	4.088.375	3.822.680
C.C.A.M. Azambuja	4.069.530	3.865.870
C.C.A.M. Beja e Mértola	3.903.995	3.664.840
C.C.A.M. Lafões	3.856.135	3.869.710
C.C.A.M. Vila Franca de Xira	3.705.395	3.440.595
C.C.A.M. Fornos de Algodres	3.683.840	3.672.150
C.C.A.M. Barcelos	3.529.255	3.500.405
C.C.A.M. Entre Tejo e Sado	3.420.465	3.637.095
C.C.A.M. do Alto Guadiana	3.317.570	3.302.215
C.C.A.M. Borba	3.200.075	3.079.450
C.C.A.M. Satão e Vila Nova de Paiva	3.172.480	2.783.565
C.C.A.M. Oliveira do Bairro	3.135.960	2.835.340
C.C.A.M. Armamar e Moimenta da Beira	3.112.800	3.070.935
C.C.A.M. Guarda e Celorico da Beira	3.100.950	2.845.915
C.C.A.M. Estremoz	3.084.480	3.040.215
C.C.A.M. Cartaxo	2.987.280	2.717.340
C.C.A.M. Évora	2.937.505	2.858.875
C.C.A.M. Aljustrel e Almodovar	2.934.030	2.848.700
C.C.A.M. Guimarães	2.918.305	2.629.710
C.C.A.M. do Norte Alentejano	2.893.280	2.763.950
C.C.A.M. Tramagal	2.875.595	2.589.525
C.C.A.M. Terras de Miranda do Douro	2.728.815	2.441.850
C.C.A.M. Santo Tirso	2.721.100	3.041.750
C.C.A.M. Albufeira	2.702.470	2.096.230
C.C.A.M. Oliveira do Hospital	2.694.065	2.372.485
C.C.A.M. Estarreja	2.674.135	2.371.085
C.C.A.M. Vale de Cambra	2.625.460	2.435.705
C.C.A.M. de Albergaria e Sever	2.534.025	2.522.630
C.C.A.M. Beira Centro	2.492.140	1.800.585
C.C.A.M. Anadia	2.420.725	2.270.250
C.C.A.M. Mogadouro e Vimioso	2.323.015	2.133.335
C.C.A.M. Serras de Ansião	2.263.595	1.936.525
C.C.A.M. Tarouca	2.228.510	2.099.260
C.C.A.M. Paredes	2.191.100	2.151.870
C.C.A.M. Pernes	2.180.045	2.095.895
C.C.A.M. Vila Nova de Tazém	1.855.055	1.851.490
C.C.A.M. Alcanhões	1.641.275	1.619.410
C.C.A.M. Campo Maior	1.605.200	1.600.850
C.C.A.M. Vila Verde e Terras do Bouro	1.589.535	1.349.150
	680.707.181	636.745.856

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

29. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2007	2006
Reservas de reavaliação:		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda:		
Valias potenciais	16.659.256	25.329.817
Impostos diferidos	(4.389.712)	(6.687.411)
	12.269.544	18.642.406
Reservas de reavaliação do imobilizado	8.538.295	8.538.295
	20.807.839	27.180.701
Outras reservas	218.795.993	201.913.609
Resultados transitados	(178.042.401)	(208.644.662)
	40.753.592	(6.731.053)
Lucro do exercício (Nota 30)	120.245.751	88.736.639
	181.807.182	109.186.287

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

30. LUCRO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2007 e 2006, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2007
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo [1]	100.976.067
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	10.764.029
	111.740.096
Resultados das CCAMs alvo de fusões no exercício	1.659.789
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	(69.847)
Resultado líquido do SICAM	113.330.038
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	11.101
FII CA Património Crescente	2.141.589
FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	170.082
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	423.191
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	94.083
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	28.573
FII CA Imobiliário	(509.361)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	938.144
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(40.228)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	128.066
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	4.418.408
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	4.206.423
	12.010.071
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas:	
FCR InovCapital Global 2	1.471.434
FIQ Central FRIE	(602)
FIQ Agrocapital 1	(3.738)
	1.467.094
Anulação de mais e menos valias potenciais do FII CA Património Crescente registadas nas contas individuais das empresas do Grupo:	
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	(111.037)
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Resultado da anulação das mais valias da Caixa Central, obtidas na venda das seguradoras à Credito Agrícola SGPS	(6.791.862)
Resultado do ajustamento das amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(428.378)
Anulação da amortizações do exercício dos activos intangíveis da CA Serviços considerados como não ilegíveis ao abrigo dos IAS/IFRS	2.547.471
Outros ajustamentos de consolidação	(421.589)
	(5.094.358)
	121.712.845
Resultados atribuível a interesses minoritários	(1.068.516)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	120.245.751

[1] Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

	2006
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo [1]	85.567.209
Lucro do exercício das Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	10.573.923
	96.141.132
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	(564.420)
Resultado líquido do SICAM	95.576.712
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(26.732)
FII CA Patrmonio Crescente	1.530.658
FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	(10.654)
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	424.301
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	93.121
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	17.233
FII CA Imobiliário	(65.812)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	(6.271)
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(38.337)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	(56.904)
Crédito Agrícola Dealer	303.415
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	6.312.899
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	3.763.414
	12.240.331
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	(508.389)
Anulação da reposição de provisões que as Caixas haviam contabilizado para as participações em entidades do Grupo	(19.864.965)
Anulação da amortizações do exercício dos activos tangíveis e intangíveis considerados como não ilegíveis ao abrigo dos IAS/IFRS	3.592.648
Resultado do ajustamento das amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(509.603)
Interesses minoritários	(744.159)
Outros ajustamentos de consolidação	(1.045.936)
	(19.080.404)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	88.736.639

[1] Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2007 e 2006, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2007		2006	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Informática	27.201	(156)	27.045	(94)
Fenacam	991	(51)	951	3
Agrocapital SCR	263.126	(42.689)	220.632	18.966
FII Património Crescente	23.947.772	(913.602)	18.801.045	(661.397)
Crédito Agrícola Vida	29.075	(2.651)	16.642	(3.788)
Crédito Agrícola Seguros	610.035	(109.367)	497.737	(97.849)
	24.878.200	(1.068.516)	19.564.052	(744.159)

O movimento nos interesses minoritários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 apresenta-se de seguida:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2006	19.564.052
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
FII Património Crescente	913.602
Crédito Agrícola Seguros	109.367
Agrocapital SCR	42.689
Outros	2.623
	1.068.516
Diminuição da participação detida no FII Património Crescente	4.233.125
Aumento dos capitais próprios das seguradoras por variação da reserva de justo valor	12.713
Outros	(206)
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2007	24.878.200

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Juros de disponibilidades em bancos centrais	5.859.770	4.540.890
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito:		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	398.785	203.888
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	99.919	70.788
	498.704	274.676
Juros de aplicações em instituições de crédito:		
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	41.277.697	21.673.965
Aplicações em instituições de crédito no país	13.493.421	6.733.420
	54.771.118	28.407.385
Juros de crédito a clientes:		
Empréstimos	272.513.210	293.691.575
Habitação	99.681.590	1.905.032
Créditos em conta corrente	44.198.322	39.753.811
Descobertos em depósitos à ordem	12.351.023	11.972.063
Papel comercial	16.691.348	11.359.551
Outros	44.602.210	68.098.709
	490.037.703	426.780.741
Juros de crédito vencido	21.947.489	21.359.027
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	9.905.957	5.397.943
Juros de activos financeiros detidos para venda	24.074.491	36.230.800
Juros de activos financeiros detidos para negociação	693.717	250.131
Juros de investimentos detidos até à maturidade	19.873.959	20.097.444
Juros do Fundo de pensões (Nota 46)	508.609	504.645
Outros juros e rendimentos similares	118.276	484.986
	77.122.498	84.324.976
	628.289.793	544.328.668

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	203.823.215	149.997.571
Juros de recursos de outras instituições de crédito	9.435.197	5.495.870
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	5.233.623	9.431.187
Juros de passivos subordinados	4.381.562	3.552.586
Fundo de pensões (Nota 46)	861.187	778.344
Outros juros e encargos similares	10.377	54.452
	223.745.161	169.310.010

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes	3.411.930	1.105.471
	========	=======

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica refere-se a dividendos recebidos de instrumentos de capital constantes nas carteiras de títulos da CA Vida e da CA Seguros.

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	5.887.423	5.464.760
Créditos documentários abertos	293.006	249.427
Outras	3.004	976
	6.183.433	5.715.163
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	2.281.721	1.002.755
Compromissos revogáveis	-	2.137
	2.281.721	1.004.892
Por serviços prestados		
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	16.013.034	16.652.879
Transferência de valores	2.864.125	594.023
Cobrança de valores	1.213.277	763.646
Depósito e guarda de valores	456.643	1.078.642
Administração de valores	1.132	5.568
Anuidades	2.731.470	3.480.517
Gestão de cartões e de organismos de investimento colectivo	2.474.489	2.915.015
	25.754.170	25.490.290
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	19.266	1.666.921
Em operações fora de Bolsa	-	353.583
Outras operações realizadas por conta de terceiros	157.705	483.214
	176.971	2.503.718
Outras comissões recebidas	51.774.950	59.808.988
	86.171.245	94.523.051
	========	========

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Por garantias recebidas	27.537	1.345
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	1.034.776	543.059
Cobrança de valores	53.582	52.720
Administração de valores	85.534	18.884
Comissões de intermediação	7.917	-
Outros	3.304.309	3.527.834
Por operações realizadas por terceiros	162.884	494.090
Outras comissões pagas	5.301.385	5.363.792
	9.977.924	10.001.724

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos			
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	4.880.922	(6.433.801)	(1.552.879)
Derivados de negociação	6.644.361	(6.035.143)	609.218
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	780.942	(1.839.970)	(1.059.028)
	12.306.225	(14.308.914)	(2.002.689)

	2006		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos			
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	1.114.458	(432.385)	682.073
Derivados de negociação	4.904.707	(2.621.509)	2.283.198
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	152.250	(2.178.484)	(2.026.234)
	6.171.415	(5.232.378)	939.037

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	(11.541.536)	(1.656.196)
Instrumentos de capital	4.813.834	(308.054)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(113.177)	(533.510)
Instrumentos de capital	(343.228)	(1.200.455)
	(7.184.107)	(3.698.215)

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Operações cambiais à vista	1.026.869	816.228
Operações cambiais a prazo	-	16.173
	1.026.869	832.401

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	(2.296.438)	1.436.889
Outros activos tangíveis	134.661	16.971
Outros activos não financeiros	73	9.042
	(2.161.704)	1.462.902

41. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2007	2006
Outros rendimentos de exploração		
Rendas de locação operacional	1.742.230	459.909
Reembolso de despesas	2.479.255	2.999.048
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	17.350.670	3.049.061
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	11.348.606	11.000.357
Rendimentos da prestação de serviços diversos	6.876.504	4.375.334
Ganhos relativos a anos anteriores	1.414.035	3.160.448
Mais-valia obtida na venda da CA Dealer (Notas 1 e 5)	6.056.500	-
Outros	24.488.476	15.126.960
	71.756.276	40.171.117
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(2.407.757)	(1.914.243)
Contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	(13.924.232)	(13.774.550)
Outros impostos	(2.744.418)	(1.563.388)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(157.913)	(112.439)
Outros encargos e gastos operacionais relativos a exercícios anteriores	(796.832)	(11.133.699)
Custos de exploração de seguros	(22.050.758)	(20.776.807)
Outros encargos e gastos operacionais	(6.536.738)	(12.411.124)
	(48.618.648)	(61.686.250)
	23.137.628	(21.515.133)

42. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Prémios líquidos de resseguro		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	140.995.557	146.807.351
Prémios de resseguro cedido	(7.917.737)	(7.947.333)
	133.077.820	138.860.018
Ramos não vida		
Prémios brutos emitidos	68.515.862	146.807.351
Prémios de resseguro cedido	(10.722.027)	(7.947.333)
	57.793.835	56.195.453
	190.871.655	195.055.471
Custos com sinistros		
Montantes pagos		
Montantes brutos	84.350.042	57.364.977
Parte dos resseguradores	(7.956.110)	(4.333.327)
	76.393.932	53.031.650
	114.477.723	142.023.821

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Salários e vencimentos		
Empregados	119.227.432	107.316.127
Órgãos de Gestão e Fiscalização	9.075.140	8.386.277
Encargos sociais obrigatórios		
Fundos de Pensões (Nota 46):		
Custo do serviço corrente	753.934	701.239
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	161.459	-
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	21.741.959	19.869.439
SAMS	6.358.394	5.377.218
Outros	21	17.641
Outros encargos sociais obrigatórios	1.001.443	1.657.245
Encargos sociais facultativos	33.545	191.188
Outros custos com pessoal:		
Indemnizações contratuais	306.601	587.586
Outros	1.887.545	3.271.419
	160.547.473	147.375.379

O número médio de colaboradores do GCA em 2007 e 2006 apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Direcção	135	164
Chefias e gerência	816	771
Quadros técnicos	2.104	1.995
Administrativos	841	909
Outros	289	310
	4.185	4.149

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	5.364.533	4.540.749
Material de consumo corrente	2.424.121	3.173.446
Material de higiene e limpeza	320.808	500.081
Publicações	175.030	154.936
Material para assistência e reparação	95.740	102.153
Outros fornecimentos de terceiros	1.886.380	1.430.275
	10.266.612	9.901.640
Com serviços:		
Comunicações	12.852.903	14.121.043
Conservação e reparação	10.098.924	11.720.100
Publicidade e edição de publicações	8.636.689	7.476.966
Deslocações, estadas e despesas de representação	5.255.067	4.876.154
Rendas e alugueres	3.920.256	3.280.731
Transportes	1.281.685	994.154
Seguros	2.979.402	2.896.263
Formação de pessoal	854.922	1.116.454
Serviços especializados:		
Informática	6.785.739	2.110.649
Avenças e honorários	6.592.339	6.326.955
Judiciais, contencioso e notariado	2.920.719	3.046.175
Segurança e vigilância	1.119.882	943.336
Informações	1.029.331	518.491
Mão de obra eventual	349.570	227.805
Bancos de dados	103.017	162.835
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	5.519.018	4.300.133
Avaliadores externos	516.143	306.311
Outros serviços de terceiros	13.191.816	17.906.031
	84.007.422	82.330.586
	94.274.034	92.232.226

45. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos a noventa Caixas Agrícolas que integram o Grupo Crédito Agrícola ascende a 4.231.990 Euros.

46. PENSÕES DE REFORMA

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

Os pressupostos utilizados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram os seguintes:

	NCA's (31/12/2007)	NCA's (1/1/2006)	PCSB (31/12/2006)
Pressupostos financeiros:			
Taxa de desconto	5,25%	4,50%	6%
Taxa de rendimento	4,50%	4,50%	6%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%	2%
Pressupostos demográficos			
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	65	65	65
Método de avaliação	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2007	2006
Estimativa das responsabilidades por serviços passados	27.656.595	18.682.560
Contribuições dos empregados	854.439	1.579.141
Total de responsabilidades (Nota 20)	28.511.034	20.261.701
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 20)	29.024.305	12.348.781
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	513.271	(7.912.920)

As responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2007 decompõem-se como segue:

Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	18.817.049
Licenças sem vencimento	48.368
Pré-reformados	340.435
Pensões em pagamento	8.450.743
	27.656.595

As responsabilidades com pensões de reforma em 1 de Janeiro de 2006, assumindo os novos pressupostos, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

Estimativa das responsabilidades por serviços passados:	
. Responsabilidades em PCSB	11.116.532
Alteração de pressupostos na adopção do IAS 19	7.183.917
Responsabilidades IAS 19	18.300.449
Cobertura das responsabilidades:	
. Valor patrimonial do Fundo	12.392.815
Valor não financiado	(5.907.634)

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. As responsabilidades do Grupo Crédito Agrícola apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 1 de Janeiro de 2006, decompõem-se como segue:

Responsabilidades IAS 19	16.885.418
Cobertura das responsabilidades:	
. Valor patrimonial do Fundo	11.434.575
Valor não financiado	(5.450.843)

O valor não financiado corresponde ao aumento das responsabilidades decorrente da alteração da tábua de mortalidade e da adopção de novos pressupostos financeiros, que foi registado em resultados transitados (Nota 4).

De acordo com o IAS 19, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. No exercício de 2007 e 2006, os custos com pensões têm a seguinte composição:

	2007	2006
Custo do serviço corrente (Nota 43)	753.934	701.239
Custo dos juros (Nota 33)	861.187	778.344
Rendimento esperado dos activos do Fundo (Nota 32)	(508.609)	(504.645)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas (Nota 43)	161.459	-
Acréscimo anual de responsabilidades	1.267.971	974.938

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a decomposição do corredor é a seguinte:

	2007	2006
Corredor	2.225.755	1.866.256
Ganhos e perdas actuariais		
. Desvio financeiro	221.987	171.579
. Desvio actuarial	7.847.767	1.694.677
	8.069.754	1.866.256
Desvios incluídos no corredor (Nota 20)		
. Desvio financeiro	128.468	171.579
. Desvio actuarial	2.097.287	1.694.677
	2.225.755	1.866.256
Desvios fora do corredor (Nota 20)		
. Desvio financeiro	93.519	-
. Desvio actuarial	5.750.480	-
	5.843.999	-
Amortização em 2007:		
. Desvio financeiro	(4.217)	-
. Desvio actuarial	(252.342)	-
	(256.559)	-
	5.587.440	-

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2006 e 2007 foi o seguinte:

Responsabilidades em 1 de Janeiro de 2006	16.885.418
Custo do serviço corrente	701.239
Custo dos juros	778.344
Ganhos e perdas actuariais	957.736
Pensões pagas	(640.177)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2006 (IAS)	18.682.560
Custo do serviço corrente	753.934
Custo dos juros	861.187
Ganhos e perdas actuariais	7.847.767
Pensões pagas	(650.312)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	161.459
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007	27.656.595

Os desvios actuariais em 2007 foram originados pela alteração à lei da Segurança Social em que a comparticipação do Grupo Crédito Agrícola aumentou.

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2006 e 2007 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 1 de Janeiro de 2006	11.434.575
Contribuições efectuadas	1.231.355
Rendimento líquido do Fundo	333.166
Pensões pagas	(650.315)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2006	12.348.781
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	16.184.778
Contribuições dos empregados	854.439
Rendimento líquido do Fundo	286.619
Pensões pagas	(650.312)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2007	29.024.305

Tal como referido anteriormente, o Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra, no entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. No exercício de 2007, a quota-parte no valor do fundo e as responsabilidades por serviços passados ascendem a 2.302.745 Euros e 2.268.523 Euros, respectivamente.

Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de comparticipação dos encargos com saúde (SAMS) e prémio de antiguidade dos colaboradores (Nota 26). Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades são como seguem:

	2007	2006
Encargos com saúde (SAMS):		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	17.526.166	20.522.929
. Pensões em pagamento	2.860.095	2.679.851
. Licenças sem vencimento	185.257	191.386
. Pré-reformados	270.644	301.001
Total de responsabilidades com saúde (Nota 26)	20.842.162	23.695.167

	2007	2006
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	15.968.246	15.974.023
. Licenças sem vencimento	172.660	135.239
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade (Nota 26)	16.140.906	16.109.262

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, *spreads* de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pelo Departamento Financeiro do Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

A carteira de títulos da CA Vida é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada. A referida carteira é valorizada mensalmente com base em relatórios enviados pela CA Gest. No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São mantidos contactos permanentes com a CA Gest, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;

- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pela CA Gest, sendo efectuado a respectiva análise; e

- São realizadas reuniões trimestrais com a CA Gest e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa óptica conservadora.

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos posição aberta total.

A gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade do Departamento Financeiro sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- Diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);
- Alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- Variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- Existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

O Departamento Financeiro da Caixa Central avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

No caso da CA Vida, este risco é monitorizado de forma diária pela CA Gest, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos. A CA Gest poderá efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património, mediante a autorização prévia da CA Vida. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em bolsa ou mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2007 a exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Sujeito a risco de taxa de juro	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	754.337	754.337	-	-	754.337
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	17.339	17.339	118.735	-	136.074
Activos financeiros detidos para negociação	4.182	9	4.191	925	-	5.116
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	309.282	2.092	311.374	12.460	-	323.834
Activos financeiros disponiveis para venda	449.125	46.233	495.358	155.259	48.926	699.543
Aplicações em instituições de crédito	1.061.940	14.419	1.076.359	9.949	13.797	1.100.105
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.058.480	5.080.559	7.139.039	249.480	-	7.388.519
Investimentos a deter até a maturidade	238.822	-	238.822	11.315	84.320	334.457
	4.121.831	5.914.988	10.036.819	558.123	147.043	10.741.985
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	11.075	-	11.075	427	79	11.581
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.789.515	1.762	8.791.277	330.148	174	9.121.599
Instrumentos representativos de capital	-	41.448	41.448	-	-	41.448
Outros passivos subordinados	-	92.496	92.496	-	114.106	206.602
	8.800.590	135.706	8.936.296	330.575	114.359	9.381.230
Futuros sobre taxa de juro (equivalentes a passivo)	210.667	-	210.667	-	-	210.667
Exposição líquida	(4.889.426)	5.779.282	889.856	227.548	32.684	1.150.088

Em 31 de Dezembro de 2007 o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	589.963	164.374	-	-	-	-	754.337	-	-	754.337
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.339	-	-	-	-	-	17.339	118.735	-	136.074
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.702	1.462	273	-	754	4.191	925	-	5.116
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	55.761	186.533	50.625	16.363	309.282	12.460	2.092	323.834
Activos financeiros disponiveis para venda	-	9.866	38.556	119.305	94.558	273.763	536.048	155.259	8.236	699.543
Aplicações em instituições de crédito	3.935	1.056.581	29.003	47	256	314	1.090.136	9.949	20	1.100.105
Crédito a clientes (saldo bruto)	72.420	3.656.739	2.309.338	351.622	197.618	551.302	7.139.039	249.480		7.388.519
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	65.276	111.550	73.219	68.500	318.545	11.315	4.597	334.457
	683.657	4.889.262	2.499.396	769.330	416.276	910.996	10.168.917	558.123	14.945	10.741.985
Passivo										
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.575	4.500	3.000	-	-	11.075	427	79	11.581
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.373.297	3.478.276	2.431.167	473.431	25.195	10.020	8.791.386	330.148	65	9.121.599
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	41.448	-	41.448
Outros passivos subordinados	-	-	12.392	63.334	56.043	72.963	204.732	-	1.870	206.602
	2.373.297	3.481.851	2.448.059	539.765	81.238	82.983	9.007.193	372.023	2.014	9.381.230
Derivados										
Futuros sobre taxa de juro (equivalentes a passivo)	-	-	-	174.178	31.539	4.950	210.667	-	-	210.667
Exposição líquida	(1.689.640)	1.407.411	51.337	55.387	303.499	823.063	951.057	186.100	12.931	1.150.088

Considerando os valores apurados, os quadros anteriores apresentam uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, pouco significativa. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2007, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, da variação até 200 pontos base na taxa de referência, incluindo o impacto na margem financeira (valores em milhares de Euros):

	Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	771	395	200	(203)	(410)	(831)
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	12.269	6.021	2.983	(2.929)	(5.806)	(11.408)
Activos Financeiros disponíveis para venda	63.937	30.337	14.783	(14.050)	(27.406)	(52.177)
Aplicações em instituições de crédito	2.171	1.077	536	(532)	(1.060)	(2.102)
Crédito a clientes	51.534	24.712	12.721	(11.660)	(22.898)	(44.224)
Investimentos detidos até a maturidade	17.472	8.508	4.199	(4.092)	(8.082)	(15.767)
Outros Activos	204	100	49	(48)	(95)	(187)
	148.357	71.150	35.470	(33.515)	(65.757)	(126.696)
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	32	65	32	(32)	(63)	(125)
Recursos de clientes e outros empréstimos	52.921	26.140	12.991	(12.838)	(25.525)	(50.459)
Outros passivos subordinados	1.250	628	315	(316)	(633)	(1.271)
	54.203	26.833	13.338	(13.186)	(26.221)	(51.855)
Derivados						
Futuros sobre Taxa de juro (equivalentes a passivo)	(9.630)	(4.721)	(2.337)	2.293	4.542	8.916
Impacto na margem financeira	84.523	39.597	19.794	(18.036)	(34.994)	(65.925)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do GCA financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), estando a sua gestão diária cometida ao Departamento Financeiro.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do GCA dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários das Caixas Associadas são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de elevada qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 642 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controlo e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.

- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;

- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária pelo seu Departamento Financeiro. Para o efeito, são elaborados controlos diários dos saldos existentes e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez junto das várias Instituições. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento da seguradora, a CA Gest faz a gestão diária da sua tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, por um lado, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários, por outro. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2007 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	589.963	164.374	-	-	-	-	-	754.337
Disponibilidades em outras instituições de crédito	136.074	-	-	-	-	-	-	136.074
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.702	1.462	273	-	790	889	5.116
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	55.761	186.533	52.484	23.688	5.368	323.834
Activos financeiros disponiveis para venda	-	15.560	39.811	141.499	113.876	329.025	59.772	699.543
Aplicações em instituições de crédito	3.935	1.056.581	29.003	47	256	314	9.969	1.100.105
Crédito a clientes (saldo bruto)	55.456	1.151.840	1.170.755	1.159.810	727.694	2.949.170	173.794	7.388.519
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	65.276	111.550	73.219	68.500	15.912	334.457
	785.428	2.390.057	1.362.068	1.599.712	967.529	3.371.487	265.704	10.741.985
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.575	4.500	3.000	-	-	506	11.581
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.409.411	3.478.276	2.431.167	473.431	25.195	10.020	294.099	9.121.599
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	41.448	41.448
Outros passivos subordinados	-	-	12.392	63.334	56.043	72.963	1.870	206.602
	2.409.411	3.481.851	2.448.059	539.765	81.238	82.983	337.923	9.381.230
Diferencial	(1.623.983)	(1.091.794)	(1.085.991)	1.059.947	886.291	3.288.504	(72.219)	1.360.755

Risco de Crédito

A eficiência e a rendibilidade de uma instituição financeira dependem objectivamente de um rigoroso controlo dos riscos, no que assenta também a sua solidez financeira.

Neste sentido, deu-se elevada prioridade ao projecto de Transformação da Função Risco no Crédito Agrícola, desenvolvido à luz das melhores práticas organizacionais neste domínio e enquadrado no cumprimento dos requisitos regulamentares de Basileia II e na implementação das IAS. Para a coordenação desse projecto, foi criado o Gabinete de Riscos do GCA que centraliza na sua unidade de estrutura as competências e funções de coordenação em matéria de análise e controlo integrado de riscos, articulando a actividade desenvolvida com a dos departamentos especializados (v.g. Risco de Crédito, Risco de Mercado e Gestão de Balanço, Risco Operacional).

O risco de crédito associado à possibilidade de incumprimento efectivo e/ou à degradação da qualidade da contraparte em operações de crédito constitui o risco mais relevante da actividade de qualquer instituição financeira. O programa de Transformação da Função Risco é constituído, em matéria de avaliação da exposição a este risco, por diversas iniciativas complementares que, iniciadas em 2006, se desenvolveram no decurso do exercício de 2007 e que compreendem uma forte articulação com a vertente tecnológica, exigindo o desenvolvimento de competências internas específicas:

- Solução de propostas e credit scoring: Pretende criar um fluxo de trabalho padronizado para os processos de concessão de crédito a particulares e pequenos negócios associado a um modelo de credit scoring por segmento, onde se salienta o crédito ao consumo, o crédito a ENI's (na vertente de tesouraria e na vertente de investimento) e o crédito à habitação, que deverão estar em produção logo no início de 2008.

- Central de balanços: Visa a implementação de uma aplicação que materializa o repositório de dados único de informação financeira dos clientes do SICAM. Desta forma será possível assegurar a consistência da informação e a sua integração com outras aplicações, designadamente workflow de propostas de crédito, sistemas de alertas de risco, imparidade, modelo de rating, entre outros. O desenvolvimento desta ferramenta ficou concluído no final do ano, prevendo-se, por isso, a sua entrada em produção no decurso do primeiro semestre de 2008.

- Ferramenta de gestão de garantias (recebidas): Visa definir um novo processo de registo de todas as garantias subjacentes às operações de crédito do Grupo e que assegure a sua adequada caracterização e avaliação. Neste ano ficou concluída a análise funcional e a especificação de requisitos, esperando-se o arranque no desenvolvimento desta ferramenta logo no princípio de 2008, de forma a obter a sua operacionalidade até ao final do terceiro trimestre de 2008.

- Rating empírico: Como ferramenta de apoio à decisão nos processos de concessão de crédito a clientes empresa, desenvolveu-se um modelo de rating interno com base em critérios quantitativos e qualitativos, através dos quais se pretende avaliar o perfil de risco de cada cliente deste segmento de negócio não só com base na sua evolução económico-financeira e no histórico do seu relacionamento com o GCA, mas sobretudo reflectindo em torno do sector de actividade em que se insere e das características do negócio e, ainda, das competências de gestão de que dispõe. Já na fase de testes, espera-se a sua implementação no GCA no decurso do primeiro semestre de 2008 e o posterior recurso a Caixas piloto, preparando o desenvolvimento do futuro rating de base estatística.

- Repositório de informação de risco: A criação de um repositório de dados (datamart) adequado às necessidades da Função Risco do GCA, designadamente ao especificado por Basileia II, constitui outro dos objectivos do Programa. Concluída a fase de especificação de requisitos e de análise de gaps, prevê-se para 2008 o processo de desenvolvimento desta ferramenta crítica para o processo de gestão de risco.

- Manual de risco de crédito: Implementou-se um Manual de risco de crédito que estabelece as políticas, processos e procedimentos de risco para o GCA, de modo a alcançar uma padronização e homogeneidade de comportamentos e práticas neste domínio. Este documento constituirá doravante o referencial no estudo e na elaboração do corpo normativo do GCA no que se refere à gestão do risco de crédito.

- Segregação de funções: Para o desenvolvimento das actividades do GCA e seguindo as recomendações de Basileia II quanto à resolução de eventuais conflitos de interesses na organização funcional, numa lógica de independência e especialização, promoveu-se a segregação de funções no DRC, detalhando as funções e o modelo de competências necessário no âmbito da gestão comercial de empresas, da análise de risco de crédito, do acompanhamento e da recuperação de crédito. A publicação de normas reguladoras das diversas funções e actividades continuará a desenvolver-se durante 2008.

- Modelo de desenvolvimento de competências: A partir do Plano de Transformação da Função Risco e com o suporte de um modelo pedagógico entretanto concluído, mas cujo desenvolvimento só irá ocorrer durante os próximos anos, deu-se já início à formação específica em gestão do risco de crédito, em colaboração com Centro de formação do Departamento de Recursos Humanos. Este projecto, bastante ambicioso, pretende o envolvimento de todos os colaboradores do SICAM na apreensão e domínio dos principais temas e aspectos relacionados com a gestão do risco.

- *Standard Approach*: Para preparar o GCA para o cálculo dos requisitos de capital a nível consolidado e individual, de acordo com os requisitos da metodologia standard de Basileia II na vertente do risco de crédito (e de mercado) deu-se início ao estudo e definição dos suportes, dos meios e da informação necessários ao processo de cálculo.

A criação de um ambiente de gestão de risco de crédito apropriado implica a existência de uma estrutura organizativa clara e definida. Apesar de ser uma actividade transversal a todo a instituição, tem contudo estruturas organizacionais que participam e promovem a actividade de forma mais directa e continuada.

O Gabinete de Riscos viu alargadas as suas competências, assumindo agora a função risco, de forma global, como estrutura central, em coordenação com as restantes unidades orgânicas competentes, sendo designadamente responsável por: recomendar ajustamentos nas políticas, regulamentos ou práticas; desenvolver um modelo de avaliação de perdas por imparidade da carteira de crédito; desenhar, implementar e assegurar a manutenção das estruturas e das ferramentas de gestão de risco de crédito (e.g. rating, scoring, sistema de alertas, gestão de limites); e monitorizar as estruturas que actuam directa e diariamente na gestão do risco.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2007	2006
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	7.384.784.131	7.321.779.971
Disponibilidades em outras instituições de crédito	136.073.832	151.769.758
Aplicações em instituições de crédito	1.100.104.822	1.058.905.949
	8.620.962.785	8.532.455.678
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	302.081.720	267.071.198
Compromissos irrevogáveis	620.634.328	596.908.746
	922.716.048	863.797.944
	9.543.678.833	9.396.253.622

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2007, a qualidade de crédito dos activos financeiros do Grupo Crédito Agrícola de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

Activo	AAA	AA	A	BBB	BB	Indeterminado	Total
Aplicações em instituições de crédito	-	79.737	817.342	30.000	94.000	69.201	1.090.280
Activos financeiros detidos para negociação	-	4.181	-	-	-	935	5.116
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.860	225.596	96.378	-	-	-	323.834
Activos financeiros disponíveis para venda	176.318	299.742	44.044	13.384	2.092	10.005	545.585
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	298.998	28.611	-	-	-	327.609
	178.178	908.254	986.375	43.384	96.092	80.141	2.292.424

A rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” não inclui os instrumentos de capital, dado que este tipo de activos financeiros não possui risco de crédito.

O Grupo Crédito Agrícola define o seu rating de referência de médio e longo prazo como sendo o mais baixo dos ratings divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody’s e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, e tal como referido acima, o GCA não dispõe actualmente ratings internos ou externos de modo a aferir da qualidade da sua carteira. O GCA implementou recentemente um sistema de scoring para particulares para auxílio à decisão da concessão de crédito e planeia implementar brevemente um sistema de rating para empresas.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2007 o valor de balanço de crédito a clientes cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade é o seguinte:

Crédito vivo	170.432.205
Crédito vencido	44.242.944
	214.675.149

O montante de crédito vencido diz respeito aos contratos cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade em 31 de Dezembro de 2007.

Os montantes apresentados incluem apenas os clientes que foram objecto de análise individual ao abrigo do modelo de imparidade do GCA, não representando assim a totalidade do universo de créditos reestruturados/renegociados em 31 de Dezembro de 2007.

Tal como mencionado na Nota 2.4.c), os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual no modelo de imparidade foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (à mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

As operações consideradas como reestruturadas/renegociadas resultam das análises individuais realizadas pelas diversas Caixas Associadas e caracterizadas por estas como não cumprindo o plano financeiro estabelecido inicialmente, sendo a sua recuperação realizada através das seguintes alternativas:

- Dentro do prazo inicialmente contratado;
- Por dilatação do prazo;
- Renegociação/reestruturação.

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue:

	2007	2006
Até 3 meses	26.856.968	42.073.691
De 3 a 6 meses	20.523.156	23.451.803
De 6 a 12 meses	59.464.034	52.175.790
De 1 a 3 anos	112.775.346	131.644.536
De 3 a 5 anos	63.718.688	92.826.449
Juros vencidos	8.128.111	9.697.487
	291.466.303	351.869.756

Riscos específicos da actividade seguradora

A actividade seguradora do GCA está exposta também ao risco de crédito relativo a montantes devidos de resseguradoras devido a indemnizações que já foram pagas.

O resseguro é um meio de gerir o risco de seguro. No entanto, como primeiro intermediário, as Companhias continuam expostas a este risco. No caso de incumprimento por parte do ressegurador, as companhias continuam obrigadas a pagar ao cliente. A qualidade de crédito do ressegurador é observada numa base anual, sendo a sua condição financeira analisada antes da finalização dos contratos.

A CA Seguros implementou durante o ano de 2007 a Unidade de Gestão de Risco, tendo iniciado diversas actividades e projectos relacionados com o desenvolvimento do Sistema integrado de Gestão de Risco e de Controlo Interno. Ao nível da componente de Risco mais relevante, o Risco Específico de Seguros, foram implementadas novas metodologias de avaliação de suficiência das Provisões Técnicas e da adequação das tarifas, incluindo modelos estocásticos (Bootstrap, Thomas Mack), as quais confirmaram a adequação dos actuais níveis de provisionamento de responsabilidades para com Segurados e Sinistrados.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de Dezembro de 2007 é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

	Saldos Analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	754.337	754.337	-	-	754.337
Disponibilidades em outras instituições de crédito	136.074	136.074	-	-	136.074
Aplicações em instituições de crédito	1.086.308	1.096.016	9.708	13.797	1.100.105
Crédito a Clientes	6.923.528	6.980.612	57.084	264.501	7.188.029
	8.900.247	8.967.039	66.792	278.298	9.178.545
Passivo					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	11.581	11.581	-	-	11.581
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.121.490	9.121.106	384	-	9.121.490
Instrumentos representativos de capital	41.448	41.448	-	-	41.448
Outros passivos subordinados	206.602	206.631	(29)	-	206.602
	9.381.121	9.380.766	355	-	9.381.121

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo GCA com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:

    a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;

    b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;

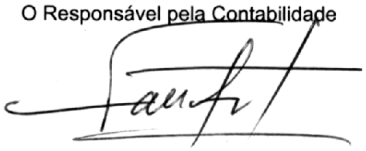
    c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

Fundos próprios consolidados

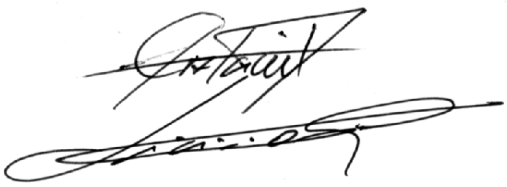
Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe dos fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola apresenta-se de seguida:

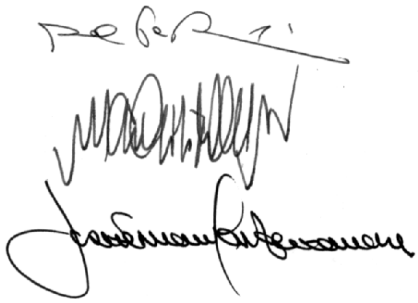
Fundos próprios de base	742.595.232
Fundos próprios complementares	226.973.240
Deduções	(38.638.297)
Fundos próprios totais	930.930.175
Activos ponderados	6.978.100.858
Extrapatrimoniais ponderadas	377.024.492
Outros riscos ponderados	190.018
Riscos ponderados totais	7.355.315.368
Rácio de solvabilidade	12,5%

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração Executivo





3. Certificação Legal de Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Associadas e Subsidiárias (Grupo Crédito Agrícola), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 11.180.472.442 Euros e capitais próprios de 887.392.563 Euros, incluindo um resultado líquido de 120.245.751 Euros, as demonstrações dos resultados consolidados, dos fluxos de caixa consolidados e de alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Reserva

4. No processo de consolidação, as demonstrações financeiras das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias foram integradas no pressuposto da utilização de princípios, critérios e politicas contabilísticas uniformes. Atendendo a que não auditámos as demonstrações financeiras das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, nem as das suas Subsidiárias, não podemos assegurar o cumprimento do pressuposto acima referido nem a ausência de ajustamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Associadas e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios descritos na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Ênfases

6. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 2007 o Grupo Crédito Agrícola aplicou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, com excepção dos critérios de consolidação, os quais foram aplicados conforme descrito na Nota 2. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente em vigor (Plano de Contas para o Sistema Bancário – PCSB) para as IAS/IFRS, o Grupo Crédito Agrícola seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 – Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2006. Consequentemente, a informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2006 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as IAS/IFRS para efeitos de comparabilidade. Na Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas as divulgações relativas ao impacto da transição para este normativo.

7. De acordo com a actual redacção do Artigo 17º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as alterações posteriores), os associados das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas podem exonerar-se a seu pedido, não estando este facto dependente de uma decisão de cada Caixa de Crédito Agrícola, situação que de acordo com o definido na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 32 poderá implicar a classificação de parte do capital como um passivo. O Crédito Agrícola Mútuo já propôs a alteração do seu regime jurídico, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual manteve a classificação como capital dos títulos nominativos subscritos pelos associados das Caixas Agrícolas que integram o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (Nota 28).

8. A Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, datada de 3 de Maio de 2007, continha duas reservas, uma de conteúdo idêntico ao descrito no parágrafo 4 e outra não aplicável às demonstrações financeiras consolidadas de 2007.

Lisboa, 7 de Maio de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

4. Parecer do Conselho Consultivo

Parecer do Conselho Consultivo

Nos termos da alínea c) do artigo 31º dos Estatutos da Caixa Central, reuniu o Conselho Consultivo para emitir parecer sobre o Relatório e Contas do SICAM, relativo ao exercício de 2007.

No desempenho das suas funções, o Conselho Consultivo acompanhou o funcionamento da Caixa Central e a evolução do Grupo, com o detalhe julgado conveniente, não só através das informações prestadas pelo Senhor Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, como dos membros do Conselho de Administração Executivo com quem manteve contactos regulares e profícuos.

Por outro lado e nos termos das competências que lhe são atribuídas, o Conselho Consultivo analisou e emitiu pareceres sobre outras matérias, designadamente, em processos de intervenção nas Caixas Associadas.

No âmbito da apreciação do Relatório e Contas do SICAM saliente-se desde logo, o resultado líquido obtido que ultrapassou a barreira dos 100.000.000 €. Contribuíram para estes resultados o cumprimento dos objectivos traçados no Plano de Actividades, nomeadamente, ao nível do crédito vencido.

Saliente-se, ainda, os valores alcançados no que diz respeito ao rácio de eficiência médio global e, a rentabilidade dos capitais próprios.

Numa outra vertente, refira-se o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido relacionado com a aplicação da regulamentação prudencial e de supervisão, com vista a preparar o Grupo para o cumprimento dos requisitos de Basileia II e do Modelo de Avaliação de Riscos.

No que concerne às matérias relacionadas com os requisitos de conformidade com os princípios, critérios e políticas contabilísticas geralmente aceites, o Conselho Consultivo remete para o parecer que consta da Certificação Legal das Contas Consolidadas do Grupo, esperando que a aprovação do novo Regime Jurídico solucione a reserva que normalmente afecta a Certificação Legal de Contas.

O Conselho Consultivo quer realçar ainda o desempenho do Conselho Geral e de Supervisão, do Conselho de Administração Executivo, bem como da generalidade dos Órgãos Sociais das Caixas Associadas pelo trabalho desenvolvido.

Em conclusão, o Conselho Consultivo da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo emite parecer favorável sobre o Relatório e Contas do SICAM referente ao ano de 2007, solicitando a sua aprovação pela Assembleia Geral.

Lisboa, 08 de Maio de 2008

O CONSELHO CONSULTIVO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio *(Presidente)*

João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Corgo, Tâmega e Barroso

Alcino Pinto dos Santos Sanfins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro

Paulo Alexandre Varela Martins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga

José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra

José Paulo Barbosa Moreira de Sousa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

Henrique Vasconcelos Teixeira

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes